



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS  
MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO  
SOCIAL**

**ELANE MENDONÇA CONDE CARNEIRO**

**MULHERES EM RESISTÊNCIA: MORADORAS DO BAIRRO SERRINHA NO  
ENFRENTAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL**

**FORTALEZA - CEARÁ  
2016**

ELANE MENDONÇA CONDE CARNEIRO

MULHERES EM RESISTÊNCIA: MORADORAS DO BAIRRO SERRINHA NO  
ENFRENTAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Área de concentração: Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liana Brito de Castro Araújo

FORTALEZA - CEARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Carneiro, Elane Mendonça Conde.

Mulheres em resistência: moradoras do bairro Serrinha no enfrentamento das expressões da questão social [recurso eletrônico] / Elane Mendonça Conde Carneiro. - 2016.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 160 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: mestrado.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Ph.D. Liana Brito de Castro Araújo.

1. questão social. 2. bairro Serrinha. 3. mulheres em resistência. 4. cidade. 5. relações patriarcais de gênero. I. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Centro de Estudos Sociais Aplicados  
Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social,  
Trabalho e Questão Social



Elane Mendonça Conde Carneiro

**MULHERES EM RESISTÊNCIA: MORADORAS DO BAIRRO SERRINHA NO  
ENFRENTAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Área de concentração: Serviço Social

Aprovada em: 14/07/2016

BANCA EXAMINADORA

*Liana Brito de C. Araújo*

Profª. Dra. Liana Brito de Castro Araújo (Orientadora)  
Universidade Estadual do Ceará - UECE

*Mirla Cisne Alvaro*

Profª. Dra. Mirla Cisne Alvaro (Membro)  
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN

*Maria Cristina de Queiroz Nobre*

Profª. Dra. Maria Cristina de Queiroz Nobre (Membro)  
Universidade Estadual do Ceará - UECE

## AGRADECIMENTOS

Para um trabalho acadêmico se concretizar, quem o faz passa por angústias que são superadas com ajuda de pessoas. Durante os dois anos de mestrado, passei por momentos difíceis e contei com muitas pessoas para me ajudarem quando precisei.

Agradeço a minha família, mamãe (Robenilta), papai (Agamenon) e irmã (Aline), pelo amor incondicional e apoios contínuos.

Às minhas primas, Lia e Ludimila, pela amizade que nos une além do sangue.

Ao tio Rubim, pela consideração e presença constante em minha vida.

À tia Robinha, por ser uma segunda mãe sempre que preciso.

Aos felinos Bentinho e Capitu, por me acordarem, quando eu não quis levantar, em meio a miados e azunhadas e estarem ao meu lado em todas as madrugadas que fiquei escrevendo esse trabalho.

Aos queridos amigos Morgana Araújo, José Aurélio, Aline Ramos, Gabriela Ramos, que permanecem em meu cotidiano há 11 anos e sempre se fizeram presentes durante os momentos que mais precisei. Sinto-me sortuda por ter vocês como amigos.

À Daiane Daine, que de parceira de trabalhos acadêmicos, tornou-se amiga querida, companheira de procrastinação e o melhor presente que o mestrado me deu.

Agradeço imensamente a todos os amigos que estiveram comigo, bem como entenderam minhas constantes ausências durante esse período: Ana Kelly, Antonia Sheilane, Bruno Alves, Cristiano Lemos, Dani Guerra, Dina Lavor, Elaine Cristina, Ed Borges, Jório Matos, Kauhara Hellen, Raissa Sena, Sarah Carvajal e Tamara Lopes.

Agradeço à professora Liana Brito, exemplo de ser humano, que contribuiu para além dos ensinamentos acadêmicos, ajudando-me a enxergar a vida com mais leveza. Pela paciência, compreensão, competência e constante presença durante esses dois anos de mestrado, muito obrigada!

Ao Pedro Rafael, amigo querido e companheiro que me rendeu boas risadas durante os dois anos de mestrado.

Às bolsistas do Lapess, Amanda Oliveira, Agatha Creston, Raniely Costa, Iris Alcântara e Girlane Medeiros, por terem estado presente durante todo o percurso da

pesquisa, ajudarem-me quando precisei; além de também serem prazerosas companhias durante os dois anos de pesquisa no Laboratório.

Às professoras Cristina Nobre e Mirla Cisne por aceitaram fazer parte desse trabalho e compartilharem seus conhecimentos.

À FUNCAP, por me proporcionar dedicação exclusiva à dissertação, através da bolsa que recebi durante os dois anos de mestrado.

Por fim, agradeço a todos os moradores do bairro Serrinha, especialmente às entrevistadas dessa pesquisa, que abriram as portas de suas casas para mim, reviraram suas memórias e sempre se dispuseram a me ajudar durante a pesquisa.

"Quero gritar!  
ah, eu quero é mais!  
O medo não muda nada  
Tô viciado na porra desse gás  
Quero minha pegada, minha marca,  
Minha voz, é nós!  
Desistir não é opção, mermão  
Se não é verdade não é paz,  
Jamais! Sonho só presta solto,  
Não pode ser pouco, acomodado,  
permitido. A minha dor também é sua, O  
POVO NOVO ESTÁ NA  
RUA! E nunca mais,  
Nunca mais a injustiça terá paz. Medo não  
muda nada. Avisa lá, avisa lá, que é para  
a Mídia Ninja filmar! Avisa lá, avisa e vem,  
para Mídia Ninja também! É o grito da rua  
assustando o poder. Os mesmos que são  
os donos das TV.  
Ocupe, Ocupe a rua, a praça, o país  
O Estado existe para servir, e não diz!  
Onde o povo deve estar, vamos ocupar.  
Ocupe, senão alguém ocupa o seu lugar!  
Agora é o fim, acabou, vá por mim... Vem  
pra rua! A verdade está nua. O Povo Novo  
não tem medo de caradura, é filho do  
povo que enfrentou a ditadura. Aprendeu  
na Turquia, e em todo lugar, a resistir.  
E o que é mesmo Vandalizar?"

(Trecho do documentário "Com Vandalismo")

## RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo analisar a prática social e política das mulheres moradoras no bairro Serrinha, Fortaleza/Ce, no enfrentamento das manifestações da questão social. Focamos na luta das mulheres desde o surgimento do bairro até o presente; quando a Serrinha passa a se configurar com certa centralidade frente os investimentos do capital, embora permaneçam marcantes a realidade de pobreza e de conflitos urbanos e ambientais cada vez mais aprofundados. Levando em consideração as contradições da vida concreta e a ordem patriarcal de gênero, postas pela sociedade brasileira, realizamos a pesquisa de natureza social cuja base metodológica se fundou nas categorias de totalidade, historicidade e mediações, como organizadoras da dinâmica social humana. A pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo nos permitiram adentrar no *lócus* dessa pesquisa tendo um melhor embasamento teórico. A observação participante, a entrevista semiestruturada e a amostragem por bola de neve proporcionaram uma apropriação do real, em sua riqueza material e dialética que foi se delineando na objetivação dessa dissertação de mestrado. Tivemos um compromisso ético com um processo de investigação científica que levasse em consideração o percurso de luta social que cada interlocutora construiu e constrói ao longo de suas histórias construídas em suas práxis sociais. Para tal analisamos nossos dados a partir de 18 mulheres, como nossas interlocutoras, que participaram fortemente nas conquistas do bairro em diversas áreas, principalmente na educação, na habitação e no combate a pobreza. Suas práticas sociais e políticas ocorrem através de suas inserções em espaços das organizações associativas e no trabalho na catação de materiais recicláveis. A análise dos dados nos mostrou a grande inserção feminina na Serrinha, definindo espaços e se inserindo na dinâmica social do bairro.

**Palavras-chave:** Questão social. Bairro Serrinha. Mulheres em resistência.

## ABSTRACT

The present research aimed to analyse the social and political practice of women living in the neighbourhood of Serrinha, Fortaleza/CE, in the confrontation of the manifestations of social issues. We focus on the women struggle since de emergence of the neighbourhood until de present moment; when Serrinha is set up with certain centrality by the capital investment, although remain striking the reality of poverty and environment and urban conflicts increasingly thorough. Taking into account the contradictions of the concrete life and the patriarchal gender order, imposed by the Brazilian society, we conduct the research of a social nature whose methodological basis was founded in the entirety categories, historicity and mediations, as organizers of human dynamics. The participant observation, the semi-structured interview and the snowball sampling provided real ownership in its material wealth and dialect that has been characterized by the objectification of this dissertation. We had an ethical commitment to a process of scientific research to take into account the social struggle that each speaker ha built and builds throughout their stories built in their social praxis. To this end we analyze our data from 18 women, as our speakers, who participated heavily in the achievements of the neighbourhood in several areas, especially education, habitation and fighting poverty. Their social and political practices occur through their inserts spaces of membership organizations and work in scavenging of recyclable materials. The analysis of the data showed us the great female insertion in Serrinha, defining spaces and entering in the social dynamics of the neighbourhood.

**Key words:** Social Question. Serrinha neighbourhood. Women in resistance.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Bairro Serrinha e vizinhos.....	52
Figura 2 –	Foto tirada no dia 15 de novembro de 1940. A 1ª escola da Serrinha chamou-se Escola São Pedro e o espaço pertencia ao Núcleo do Círculo Operário da Parangaba (escrito na parede).....	56
Figura 3 –	Mapa de Fortaleza com destaque para o bairro Serrinha.....	66
Figura 4 –	Professora Heloísa e a 1ª turma da Serrinha, em 1940.....	103
Figura 5 –	Quintal da entrevistada Socorro Reis, onde era localizada a Escola fundada por sua mãe, Raimunda Reis. A porta da esquerda era a entrada da sala de aula.....	105
Figura 6 –	Grupo de grávidas na área da casa de Socorro Reis e doações para as moradoras do bairro que estão gestantes...	106
Figura 7 –	Mulheres e crianças participam da construção das casas do Conjunto Habitacional Ayrton Senna.....	113
Figura 8 –	Moradoras da Serrinha assistem à palestra sobre consumo econômico de energia, oferecido pela COELCE.....	118
Figura 9 –	Sala de exposição da AMORBASE - Venda dos objetos produzidos pelas moradoras que participaram das oficinas ofertadas pela Associação.....	119
Figura 10 –	Calçada da ACORES lotada de materiais em dia de coleta. Na esquerda, o carro da Associação trazendo mais materiais.....	126
Figura 11 –	Galpão da ACORES. Na parede, a bandeira do MNCR.....	132

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAL	Associação Brasileira do Alumínio
ABBJ	Associação Beneficente Bom Jesus
ACORES	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do bairro Serrinha e adjacências
AEGRE	Assessoria Especial de Promoção à Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
AMORBASE	Associação dos Moradores do Bairro da Serrinha
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupação
CDODH	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos
CEB(s)	Comunidade Eclesial de Base
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMBASE	Conselho Comunitário do Bairro Serrinha
COMDEC	Coordenadoria Municipal de Defesa Civil
CRC	Centro de Reciclagem do Ceará
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-b	Índice de Desenvolvimento Humano por bairro
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISB	Índice de Saneamento Básico
LAPESS	Laboratório de Pesquisa e Estudos em Serviço Social
MLDM	Movimento de Luta em Defesa da Moradia
MNCR	Movimento Nacional dos <i>Catadores</i> de Materiais Recicláveis
MOTU	Movimento Organizado dos Trabalhadores/as Urbanos
MPLI	Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba
ONGs	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza

PT Partido dos Trabalhadores  
R.U Restaurante Universitário  
SDE Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município  
SER Secretarias Executivas Regionais  
UECE Universidade Estadual do Ceará  
UN-HABITAT Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1	O CAMINHO PERCORRIDO PELO BAIRRO E PELA PESQUISA: ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	21
1.2	DO CONFINAMENTO ÀS MEMÓRIAS DAS ENTREVISTADAS: A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E AS ENTREVISTAS.....	24
<b>2</b>	<b>A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO E A CIDADE DE FORTALEZA.....</b>	<b>32</b>
2.1	SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E RESISTÊNCIAS URBANAS NA CIDADE DE FORTALEZA.....	38
2.2	MULHERES EM MOVIMENTO NA CAPITAL CEARENSE.....	44
<b>3</b>	<b>DE FAZENDAS A BAIRRO DISPUTADO: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA SERRINHA.....</b>	<b>52</b>
3.1	QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE; CONCEITOS E DEBATES.....	68
3.2	A POBREZA NA SERRINHA.....	73
3.3	CONFLITOS E RESISTÊNCIAS: QUESTÃO SOCIAL NO BAIRRO SERRINHA.....	75
<b>3.3.1</b>	<b>O Movimento Pró-Parque Lagoa Itaperaoba: a resistência contra os muros na lagoa.....</b>	<b>83</b>
<b>4</b>	<b>O SER MULHER E A ATUAÇÃO NO BAIRRO: O QUE DIZEM AS INTERLOCUTORAS.....</b>	<b>88</b>
4.1	A LUTA PELAS PRIMEIRAS ESCOLAS NO BAIRRO: O LEGADO DAS PIONEIRAS DA SERRINHA.....	101
4.2	“A GENTE COMIA COM O ALUGUEL NO PRATO”: A QUESTÃO DA MORADIA NA SERRINHA E A LUTA DAS MULHERES DO BAIRRO...	108
4.3	“QUEM SABIA CROCHÊ, ENSINAVA A OUTRA PARA ELA COSTURAR PARA FORA”: O FAMILISMO E AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIAS DAS MULHERES DO BAIRRO SERRINHA.....	116
4.4	“O BICHO, MEU DEUS, ERA UMA MULHER”: A CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E A ACORES.....	124
<b>4.4.1</b>	<b>“Para catador, nada é pesado”: as mulheres catadoras e a</b>	

	<b>precarização do trabalho.....</b>	<b>134</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>141</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>145</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>153</b>
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	154
	APÊNDIA B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	155
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>156</b>
	ANEXO A – TABELA 1 SOBRE OS BAIROS DE FORTALEZA.....	157
	ANEXO B – TABELA 2 SOBRE OS BAIROS DE FORTALEZA.....	158
	ANEXO C - FÓRUM DA GRANDE PARANGABA.....	159
	ANEXO D – DOCUMENTO REDIGIDO POR HELOÍSA FERREIRA LIMA.....	160

## 1 INTRODUÇÃO

A formação de um bairro confunde-se com a história das pessoas que se tornaram sujeitos construtores dele. Bairro é uma causalidade posta pelas múltiplas relações sociais, como um concreto real por ser resultado das atuações nele materializadas. Mais ainda, são concretas também as conquistas advindas de lutas e resistências das pessoas que neste bairro residem e realizam-se como sujeitos sociais. Dessa forma, (re)constroem espaços para exercerem sua práxis e materializarem sua sociabilidade.

Em tempo de individualização exacerbada, muito característico desses tempos de aprofundamento do projeto burguês com suas crises sociais permanentes, lutar por um campo de futebol no bairro é resistir à barbárie do mundo presente, no qual a propriedade privada assume o centro da vida. Esta barbárie na qual hoje vivemos atinge, primeiramente, e principalmente, os pobres da cidade grande, que, geralmente, moram atrás de outdoors ou, nesse caso, de muros universitários ou de aeroportos internacionais. Em tempo de correria para não perder o ponto do trabalho e de catracas limitando quem pode ou não frequentar espaços na cidade, movimentos e grupos sociais insistem em sobreviver, contra a vontade daqueles que teimam em naturalizar a miséria e as desigualdades atuais.

As praças têm caído no gosto dos acadêmicos devido à importância que assumem na luta de classes em tempo de capital fetiche e, assim, tornam-se centrais nos estudos sobre direitos à cidade. Ocupa-se a Praça *Tahrir* no Egito, a Praça *Zuccotti*, do Occupy em *Wall Street* em Nova York ou até mesmo a Praça Portugal, em Fortaleza. Por que ouvimos falar dessas tantas praças e não da Praça da Cruz Grande no bairro da Serrinha, em Fortaleza? Quem define que praças são importantes para serem mantidas e conservadas? A praça, como os que nela se organizam, é uma expressão do bairro, e, na Serrinha, ela própria é uma de suas lutas, pois, atualmente, somente uma praça está em condições de ser usada.

Na Serrinha, essa única praça, chamada Cruz Grande, também já foi palco de notícias pela violência que nela ocorreu. Ela se tornou conhecida e ganhou capas de jornais, não por ser um espaço onde há grupos socioculturais de hip hop,

de rock ou saraus, mas por ter sido o local de morte<sup>1</sup> de uma estudante da Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A mesma UECE que cresceu junto com o bairro, abria suas portas para que os moradores da Serrinha buscassem água em suas torneiras durante a seca ou pegassem ônibus para o centro da cidade juntamente com seus estudantes de veterinária, quando não havia mais nenhum transporte para os mesmos nesse lado da cidade, hoje, fecha suas portas para comunidade. Fechar? Mas a UECE não é pública e o portão não está sempre aberto? Sim, o fechamento da Universidade ocorre de maneira velada, embora<sup>2</sup> haja tentativas de aproximações e diálogo. Esse fechamento velado faz com que não consigamos enxergá-lo. “Põe catraca na universidade”; “Cobra carteirinha, pois o R.U é só para nós, da Universidade”; “Que é que tem fazer um baculejo? Quem não deve, não teme!”<sup>3</sup>.

Sim, há uma dívida social e nós, da UECE, devemos aos moradores da Serrinha, que para fugir da fome em época de seca, trabalharam colocando piçarras em grandes avenidas, como a própria Avenida Dedé Brasil, hoje chamada de Avenida Silas Munguba. A Serrinha, que de pequena só possui o diminutivo do nome, parece ter uma grande vontade de sobreviver, mas há aqueles que não veem sentido em algo que não produza lucros; nesse sentido, não querem deixá-la respirar.

Há também, aquelas pessoas que foram invisibilizadas mesmo tendo contribuído para o surgimento das primeiras salas de alfabetizações, das primeiras luzes que acenderam no bairro. Mas por que não foram vistas e reconhecidas como deveriam? Uma das primeiras salas de aula não foi entre paredes, mas debaixo de um cajueiro; as suas primeiras professoras poderiam ser vistas com facilidade, já que não havia muros para escondê-las. A luz, obviamente, era essencial para a iluminação do bairro também. E, ainda assim, nem todas que contribuíram para o

---

<sup>1</sup> Em abril de 2009, Francisca Nádia Nascimento Brito, estudante de História da Uece, foi baleada por um policial militar quando estava na Praça da Cruz Grande. Mais informações no link: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/bala-perdida-atinge-aluna-da-uece-um-policial-e-o-suspeito-1.36487>

<sup>2</sup> Desde 2014, a Uece e moradores das comunidades do seu entorno têm se reunido para discutir como a universidade pode trazer melhorias para a sociedade. A parceria é chamada de Fórum da Grande Parangaba e tem uma forte de articulação política dos diversos movimentos sociais, grupos organizados dos diversos bairros nas proximidades da UECE. Essa articulação tem sido feita a través da PROEX – UECE (ANEXO 1)

<sup>3</sup> Falas como essas são recorrentes na Uece em assembleias estudantis e debates a respeito da segurança da Universidade.

bairro ser construído, lutando, inclusive pela própria iluminação, por exemplo, foram ou são vistas como sujeitos dessas conquistas.

Onde estão e quem são? Não sei quantas foram e quem são todas elas. Foram muitas, e eram mulheres. Algumas são lembradas por dar seu nome a uma lagoa que é famosa no bairro, ou até mesmo por terem seu nome em uma rua da Serrinha. Devem ter sido muitas e, por isso, colocamos claramente que essa pesquisa não consegue dar conta de tudo. Há, ainda hoje, mulheres em diversos espaços tentando trazer mais melhorias para o bairro. Assim, o processo histórico, que está em constante mudança, sempre precisará de mais tempo para ser analisado, pois o real é complexo, dinâmico e não se esgota em uma pesquisa. Esse trabalho, no entanto, propõe recuperar a atuação e a luta dessas mulheres que estiveram e estão presentes no enfrentamento da questão social, que se manifesta no bairro nas áreas da moradia, da educação, do meio ambiente, do trabalho e da infraestrutura, dentre outras.

Nesse contexto, entender as questões que perpassam o bairro Serrinha é de suma importância porque o foco da presente pesquisa será o enfrentamento das expressões da questão social por parte das mulheres moradoras do referido bairro. Expressões essas que são parte da produção social do espaço urbano e se aprofundam no contexto de mundialização da economia, com o capital utilizando, cada vez mais, as cidades não só como local, mas como fonte direta no processo de acumulação (HARVEY, 2005).

Devido à priorização do lucro na sociabilidade capitalista, notamos que há resistências sociais frente o constante processo de exploração que atinge homens e mulheres atualmente. Esta sociabilidade é marcada pela degradação ambiental, pelos assentamentos urbanos de risco, além da violência que atinge, mesmo que de maneira diferente, a todos os seus moradores. Maricato (2013, p.19-20) afirma que as desigualdades resultantes do modo de produção capitalista se apresentam com mais força nos espaços urbanos contemporâneos. Dessa forma, atinge profundamente a classe trabalhadora e, assim, a autora destaca que: “as cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda”.

Fortaleza aponta no cenário internacional como uma das 20 cidades mais desiguais do mundo, onde 75,1% dos seus bairros possuem um Índice de

Desenvolvimento Humano por bairro (IDH<sup>4</sup>-b) menor que 0,5%, segundo o relatório das Nações Unidas 'State of the World Cities'. (UN HABITAT, 2010). O bairro Serrinha, com o IDH de 0,282 (IBGE, 2010), está incluído nessa realidade.

A Serrinha, como boa parte dos bairros periféricos de cidade grande, enfrenta sérias dificuldades e sofre com a negligência dos órgãos competentes. As manifestações das mazelas resultantes do capitalismo marcam o cotidiano das pessoas que ali residem, além de sua paisagem; desvelando, assim, a questão social, que segundo lamamoto (2008, p.160)

[...] expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização [...]

Assim, na Serrinha, seus habitantes se organizam em busca de melhorias no bairro, na tentativa de conquistar direitos e serviços sociais, exigindo do Estado mais que intervenções repressivas. As mulheres do bairro estão presentes na resistência a essa condição de vida e se inserem nas lutas da comunidade. Nesse contexto, a participação política das moradoras da Serrinha contribui na resistência à exploração do trabalho pelo capital. Em estudos sobre as ações coletivas desenvolvidas pelas mulheres, Gohn (2007, p.44-p.45) destaca, no geral, as principais inserções delas atualmente:

[...] estão nas redes associativas e de mobilização estruturadas em organizações não-governamentais (ONGs), nas associações de bairro e nas associações comunitárias, em entidades assistenciais, nas organizações criadas por empresas a partir de políticas de responsabilidade social, em organizações populares que atuam junto a mediadores (como entidades articuladoras e fóruns), nos movimentos sociais propriamente ditos e nos diversos conselhos de gestão pública compartilhada existentes. As mulheres são maioria nos movimentos feministas, nos movimentos populares de luta por melhores condições de vida e trabalho nas redes e fóruns transversais que ultrapassam as fronteiras nacionais [...]

Ainda assim, menospreza-se a participação das mulheres nas lutas sociais por melhorias de vida e conquista de direitos; “até a academia denomina-as

---

<sup>4</sup> A classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) varia de 0 a 1. Quanto mais se aproxima de 1, melhor o nível de desenvolvimento humano, e quanto mais se aproxima de 0, pior o nível de desenvolvimento. O IDH analisa indicadores como renda, educação e longevidade das pessoas.

'ator(es)', encobertas pelo véu da denominação de um genérico masculino (GOHN, 2007, p.65)".

Nessa direção, estudar o significado da atuação das mulheres nos movimentos sociais do bairro nos leva, indispensavelmente, aos estudos sobre a ordem patriarcal de gênero, já que o patriarcado é "indispensável para compreender criticamente e em uma perspectiva de totalidade a subordinação da mulher e os seus fundamentos" (CISNE, 2014, p.73). Dito isto, considera-se essencial destacar a participação política das mulheres neste estudo para compreender as conquistas, as dificuldades e os desafios das moradoras atuantes no bairro.

Perrot (2007, p.6) afirma que, após séculos de atenção dedicada às realizações dos homens, houve um "silêncio rompido", que "envolve o continente perdido das vidas submersas no esquecimento no qual se anula a massa da humanidade". As mulheres não-burguesas, moradoras da periferia, e, na maioria das vezes, negras, são exemplos de vidas que caíram no esquecimento. Apesar das inquestionáveis conquistas do movimento feminista e de muitas outras mulheres que lutaram para que a desigualdade social entre homens e mulheres não existisse mais, ainda há uma invisibilidade da participação política feminina. Existem estudos sobre mulheres de Fortaleza em espaços públicos, seja em movimentos sociais, seja em Associações de bairro. Esmeraldo (1998) traz contribuições sobre o sexo feminino e as relações de poder presentes na Central Única dos Trabalhadores, no período da década de 1990. Da Silva (2000) aborda o assunto ao analisar a trajetória de mulheres da capital cearense que iniciaram a atuação na vida pública como lideranças comunitárias e seguiram como lideranças comunitárias.

O presente estudo delimita o objeto da pesquisa, ou seja, as moradoras da Serrinha que atuaram fortemente no bairro, sem ter uma delimitação precisa da área de atuação, uma vez que as refrações da questão social no bairro encontram-se diluídas e as mulheres atuam em muitas dessas expressões. Na tabela seguinte apresentamos as entrevistadas com informações básicas sobre cada uma delas.

### Quadro 1 – Mulheres entrevistadas

NOME	INFORMAÇÕES MAIS RELEVANTES/ATUAÇÃO NO BAIRO
Adelaíde Apolinária	Primeira moradora e líder comunitária do Conjunto Habitacional Airtton Senna. Mora na Serrinha desde 1991. Possui Ensino Médio Completo.
Ana Lúcia	Nascida na Serrinha, Ana Lúcia é professora voluntária, atuou em prol da educação e, atualmente, é integrante do CONBASE. Filha de Heloísa Ferreira Lima, considerada a primeira professora da Serrinha. Com 57 anos, Ana Lúcia se declara negra e tem Ensino Superior Completo.
Cícera Edilene	Com 38 anos, Cícera é catadora da Acores, afirma-se negra e tem Ensino Fundamental Incompleto. Na infância, morou no bairro Bom Jardim e trabalhou como malabarista de circo para ajudar a mãe. Viveu durante quase 12 anos em um dos galpões da ACORES.
Elizabeth Calú	Declarando-se morena, Elizabeth tem 70 anos, possui Ensino Fundamental Incompleto e foi líder comunitária da Serrinha. Atuou no bairro durante os mandatos da ex-prefeita petista Luizianne Lins (2005-2012), tendo como foco principal as lutas pelas demandas das mulheres do bairro.
Eliane Batista	Integrante da AMORBASE, Eliane, que tem Ensino Superior Completo, ministra cursos e oficinas na Associação para os moradores da Serrinha. Moradora do bairro desde que nasceu. Atua voluntariamente na AMORBASE.
Francisca Adriana	Catadora e Integrante Acores. Começou ainda criança a trabalhar como empregada doméstica. Foi adotada por Nilda e optou pelo trabalho na reciclagem. Francisca Adriana, 43 anos, declara-se parda e tem Ensino Fundamental Incompleto.
Inês Ângela	Integrante do movimento PPLI, Inês tem 58 anos e se declara branca. É filha da professora Valda e neta de Rosinha. Tem Ensino Superior Completo e
Maria Aparecida	Integrante da AMORBASE nas décadas de 1980 e 1990, Maria Aparecida afirma-se negra. Merendeira voluntária das escolas e uma das primeiras moradoras da Comunidade Garibaldi. Chegou à Serrinha na década de 1970. Tem 59 anos e possui Ensino Fundamental Incompleto.

Maria Augusta	Integrante do Movimento em defesa da Lagoa Itaperaoba. Maria Augusta atuou em prol da educação no bairro, principalmente do colégio Waldemar Barroso. Mora na Serrinha desde que nasceu e tem Ensino Superior Completo.
Maria Das Dores	Primeira presidente mulher da AMORBASE. Lutou por creches e escola no bairro, além de ter se engajado nas lutas por uma melhor infraestrutura para a Serrinha. Tem Ensino Médio Completo.
Maria de Jesus	Integrante do PPLI e do GIS. É engajada nas lutas pela melhoria na infraestrutura da Serrinha. Moradora do bairro há 38 anos.
Maria de Lourdes	Integrante da ACORES, Maria de Lourdes faz parte do MOTU e atualmente possui uma casa advinda do Programa Minha Casa Minha Vida. Tem 40 anos.
Maria José do Amaral	Diretora da COMBASE e da Escola Duque de Caxias. Maria José tem 72 anos e possui o Ensino Médio Completo. Realizadora de grupos religiosos com mulheres e crianças pobres do bairro.
Maria Marta	Catadora e integrante da ACORES, Maria Marta, que possui Ensino Básico Incompleto, viveu em situação de rua durante 7 anos. Integra o MOTU. Mora na Serrinha há quase 15 anos.
Maria Teixeira	Catadora e integrante da ACORES, Maria Teixeira é engajada na luta pela moradia através do MOTU. Tem Ensino Básico Incompleto. Mudou-se para a Serrinha para fugir da seca do interior.
Maria Nilda	Catadora e atual presidente da ACORES, Maria Nilda tem 54 anos, afirma-se negra e possui o Ensino Básico Incompleto. Também foi fundadora da ABBJ.
Maria Navegante	Com Ensino Médio Completo, Navegante, 54 anos, foi integrante da ABBJ. É articuladora do movimento que luta por campos de futebol no bairro. Declara-se parda.
Socorro Reis	Uma das primeiras professoras da Escola Menino de Deus. Realizadora de grupos com idosos e gestantes do bairro, com foco na diminuição da pobreza. Filha de Raimunda Reis, fundadora da escola Menino de Deus.

Fonte: elaboração da autora

Essa pesquisa, a respeito das mulheres do bairro Serrinha no enfrentamento da questão social, divide-se em três partes buscando organizar

melhor os diálogos entre os autores e as informações e as percepções advindas da pesquisa de campo.

Na seção 2, discutimos sobre as mediações capitalistas na cidade e os movimentos sociais urbanos que fazem da cidade uma espaço de luta de classes; damos ênfase a Fortaleza e suas principais características atuais. Logo depois, na seção 3, buscamos compreender a categoria questão social e debatemos suas expressões da Serrinha, trazendo um breve histórico do bairro.

Na última seção, abordamos detalhadamente a atuação das moradoras da Serrinha em diversas áreas onde as refrações da questão social se expressam. O tópico a seguir destrincha a metodologia empregada para que a dissertação se concretizasse, desde a utilização da discussão teórica entre diversos autores até a ida á campo.

## 1.1 O CAMINHO PERCORRIDO PELO BAIRRO E PELA PESQUISA: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Grandes poças de lama e odor forte dos esgotos a céu aberto são recorrentes nas ruas do bairro Serrinha após uma madrugada chuvosa. Moradores que ali passam não parecem sentir grandes dificuldades para transitarem. As mulheres, com sacolas, embrulhos ou crianças no colo, são as que mais passam pelas ruas do bairro. Com o sol surgindo, cadeiras de plásticos para servirem de assentos para algumas senhoras são colocadas nas calçadas. A rotina de quem vive na Serrinha assemelha-se com o dia-a-dia dos demais bairros periféricos das grandes cidades atuais: trabalhadores indo para seus empregos em meio a um cenário de infraestrutura urbana precária.

A maioria das casas, pequenas e bem semelhantes, são coladas umas às outras. Várias delas possuem um “puxadinho” na parte de cima, mercearias ou bodegas anexadas à moradia. Em algumas residências, antenas de TV à cabo ou de internet as diferenciam das demais moradias. Destoando mais ainda da maioria das casas do local, há casas maiores, com materiais mais sofisticados. Uma delas, construída com muro no porcelanato brilhoso, tem em suas paredes refletido o casebre da frente. As grades nas janelas e nas portas das residências, sejam casas pequenas, sejam casas grandes, são comuns.

Na esquina de um quarteirão, a parede de um galpão com desenhos e informações sobre reciclagem se destaca naquela rua. Do lado de fora, um odor forte atinge toda a calçada e parte da mesma rua. Dentro, objetos diversos estão espalhados em um espaço que, apesar de grande, torna-se pequeno diante de tantas cadeiras empilhadas, garrafas pets e até mesmo uma geladeira, localizada no centro do ambiente. No compartimento vizinho, grandes barris preenchidos com óleos e resto de comidas e dois carros de madeira, com o nome ACORES na lateral de cada um, ocupam a maior parte do local.

Apesar dos referidos carros, os instrumentos de trabalho ali parecem precários: uma sacola de plástico é usada como luva por um catador quando este vai transferir um líquido marrom de um balde para um barril. Logo depois, a sacola é colocada de volta na primeira sala, juntando-se aos demais objetos, que hoje são chamados de materiais recicláveis. Em poucos segundos, essa sacola, objeto descartado por alguém, virou instrumento de trabalho de uma pessoa e, mais na frente, será também o objeto de sua atividade. Os pouquíssimos espaços desocupados nas salas são, sem dificuldades, utilizados pelas pessoas que ali trabalham transitarem. Em um dos galpões, um colchão com lençol denuncia que ali, além de ser espaço de trabalho, é também espaço de moradia de alguém.

O cenário descrito se refere a uma rua central da Serrinha, bairro localizado na periferia da cidade de Fortaleza; o galpão referenciado é a Associação dos Catadores de Serrinha (ACORES), que conta atualmente com cerca de 15 catadores que trabalham na catação de materiais recicláveis na capital cearense.

A escolha, como pesquisadora, deste local para lócus da pesquisa não se deu pela proximidade física da universidade com a comunidade, mas por ser um bairro que passa constantemente por conflitos sociais e ambientais, que afetam a vida da população moradora; e pela diversidade de movimentos sociais e grupos socioculturais que procuram resistir, através de seus movimentos de associações e movimentos ambientalistas, culturais e políticos, às imposições do grande capital em seu território.

A delimitação do presente objeto teve como premissa básica a vontade de estudar a intervenção das mulheres na sociedade patriarcal, enfatizando as mulheres da cidade de Fortaleza. Desde a graduação, a referida temática esteve presente na monografia, ao estudarmos a representação social do(a) Assistente Social no cinema contemporâneo. As análises dos(a) personagens Assistentes

Sociais, que eram em sua maioria mulheres, remetiam a pesquisa para duas categorias: patriarcado e divisão sexual do trabalho, permitindo, naquele momento, nos aproximarmos melhor da temática.

Ao fim da monografia, no entanto, sentimos a necessidade de desenvolver uma pesquisa em que pudéssemos aprofundar essas categorias e que tivesse uma metodologia de pesquisa com a técnica de ir a campo e ouvir/analisar as falas de sujeitos, visto que na monografia a análise dos filmes se limitou à pesquisa bibliográfica e à análise documental. Ainda cursando a graduação, estagiamos durante 14 meses no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – Comarca de Fortaleza, fazendo aumentar nosso interesse acadêmico pelas relações patriarcais de gênero e pelas mulheres de Fortaleza.

Ao ingressarmos no Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social e no Laboratório de Pesquisa e Estudos em Serviço Social (LAPCESS), tivemos contatos com assuntos cujas temáticas de estudos e projetos são principalmente sobre questão urbana, cidade e movimentos sociais (especialmente movimentos sociais urbanos).

Entre os anos de 2011 e 2013, o LAPCESS desenvolveu o Projeto “Palavras e Olhares da Serrinha: memória socioambiental da Lagoa da Itaperaoba”, financiado pelo CNPq / CAPES, que possibilitou aos estudantes e professores uma aproximação essencial para entender as problemáticas sociais e urbanas do bairro, bem como suas resistências que se concretizam através das práticas culturais e sociais nos diversos espaços da cidade. Além disso, levamos em consideração a função social da universidade. Assim, formamos esse estudo com o compromisso de contribuir para a aproximação da UECE às comunidades mais próximas, buscando ultrapassar o academicismo para atuar além de seus muros.

Com um rico acervo de documentos, filmagens (como o documentário “No passinho da Serrinha”) e produções acadêmicas, dentre elas trabalhos de conclusão de curso e uma dissertação de mestrado, os dados sobre o bairro cresceram. No entanto, nem nas produções do LAPCESS; nem fora dele, encontrei estudos sobre as mulheres da Serrinha. A partir daí, nossa atenção voltou-se para elas: recortar da complexidade de um bairro como a Serrinha, as mulheres em sua prática social e política na luta pelo melhoramento da comunidade e das condições de vidas dos que ali moram e, conseqüentemente, na luta pelo direito à cidade.

Delimitando, dessa forma, o objeto de estudo, é necessário saber que procedimentos utilizar para que a pesquisa se concretize. Na metodologia, explicamos os métodos de abordagem e de procedimentos, os instrumentos de coleta de dados usados, o tipo de pesquisa, e o que mais for utilizado para o desenvolvimento do estudo. Assim, destrinchamos o caminho percorrido desde antes da ida ao campo até a realização da própria pesquisa, uma vez que o estudo de um objeto se constrói desde a primeira observação que o investigador faz. Como afirma Minayo (2009, p.14): “entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem”.

Almeida, Osterne e Santos (2014, p.30) colocam que os métodos e as técnicas de pesquisa, ao se relacionarem com as teorias, permitem ao pesquisador “a aproximação e coletas de dados da realidade, mediante exploração, descrição, compreensão, explicação e/ou interpretação do objeto a ser investigado”.

Realizamos a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, como passo prévio para a pesquisa. O levantamento bibliográfico foi de fundamental importância para um aprofundamento teórico-prático do real a ser investigado e a temática que ele encerra, possibilitando assim um embasamento teórico acerca do que se pretende estudar. A utilização de atas, dossiês de denúncias dos movimentos, das reuniões e da associação do bairro Serrinha, bem como de qualquer documento que nos possibilitou aproximarmos da atuação das mulheres do referido bairro nos mostraram a necessidade de utilizar a pesquisa documental.

A isso, remetemos a questão do método de abordagem, essencial para o pesquisador seguir uma lógica de investigação científica. Nesse sentido, levamos em consideração a não petrificação dos papéis sociais e nem dos sujeitos sociais da pesquisa, já que a realidade está em constante mudança. Neste contexto, o método a ser utilizado é materialista histórico-dialético que parte da afirmação que a realidade é construída a partir das condições materiais postas, que existem independente do pesquisador, como coloca Araújo (2003, p.6): “o real é concreto porque é dado objetivo, que existe independentemente do sujeito”. Para analisar o real, como afirmam Marx e Engels (2007, p.86-87):

[...] Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real [...]

Assim, tem-se a preocupação em analisar o objeto de estudo proposto na sua relação com a totalidade social, considerando suas diversas relações dialéticas e contraditórias (ARAÚJO, 2003). Portanto, a identificação da dinâmica apresentada pela prática social e política das mulheres como possibilidade posta pela prática social da humanidade definindo, dentro de seus limites históricos, os espaços das relações na Serrinha.

A presente pesquisa utiliza esse método levando em consideração que o assunto principal abordado, a atuação das mulheres do bairro, possui uma base material devido às relações patriarcais de gênero, que nos permite estudar a condição das mulheres ativas em suas vidas concretas.

Sendo assim, é necessário um método que permita desenvolver o objeto estudado não somente através de dados, mas também dos processos em inter-relação. Procuramos compreender o objeto tanto como fenômeno sob a perspectiva dos sujeitos, quanto pela mediação das interações entre estes e o mundo real. Posto isto, é primordial considerar, sua materialidade histórica e processual.

Nesse direcionamento, a pesquisa social é de natureza qualitativa, embora ela não exista sem sua dimensão quantitativa, pois nos permitirá considerar os fenômenos humanos, analisados pelo pesquisador, como parte da realidade social que não é exterior aos sujeitos, apesar de ter sua dinâmica independente destes (MINAYO, 2004). Visando a construção da realidade, a pesquisa qualitativa considera valores e significados que constroem a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Parafraseando Marx e Engels: são as mulheres ativas, em sua vida real, que estamos analisando.

A escolha e a definição das mulheres interlocutoras da pesquisa surgiram na dinâmica que se assemelha à amostragem em bola de neve: a cada entrevista, novas descobertas e novas mulheres apareciam como sujeitos. Para Dewes (2013), o método de amostragem em bola de neve é utilizado com populações raras ou em grupos desconhecidos, em que não há lista ou estudos anteriores que os identifique.

Dewes (apud FAUGIER e SARGEANT, 1997) acrescenta que esse método “pressupõe que há uma ligação entre os membros da população dado pela característica de interesse, isto é, os membros da população são capazes de identificar outros membros da mesma” (p.11). Apresentamos algumas falas a seguir em que uma interlocutora indica outra durante a entrevista:

Sabe, mamãe atuou muito na primeira escola municipal da Serrinha, inclusive junto com mãe de Inês, dona Walda, que já é falecida e era filha da Rosinha... Inesinha também lutou muito! (Ana Lúcia)

Na minha época de AMORBASE, era muita mulher ajudando... A Aparecida me ajudou com a merenda foi tempo, ela participava das reuniões e lutava também pela associação... (Dorinha)

Essa mulher que passou agora, a Bete Calú, foi líder comunitária e chegou aqui faz tempo... mas desse lado aqui, nesse conjunto habitacional aqui, que é o conjunto Airton Sena, a primeira pessoa que chegou e ocupou foi a Adelaíde, que ainda mora nessa rua. (Nilda)

Aqui na Serrinha tem muita mulher que atua... Maria de Jesus, Dorinha, Socorro Reis, Navegantes são nomes que eu lembro assim de cabeça, que fizeram e ainda fazem muito! (Maria Augusta)

Por fim, o desenvolvimento de uma pesquisa supõe que esta traga resultados para a sociedade, seja a médio ou a longo prazo. É através do estudo e debate construído coletivamente que a pesquisa se faz. Destacamos assim que esta pesquisa parte do pressuposto que a prática social e política das mulheres moradores do bairro Serrinha está diluída no processo coletivo de luta da Serrinha. O *locus* da pesquisa é o próprio bairro, onde moram as mulheres desse estudo e onde se dão os resultados de suas práticas.

Os resultados desse trabalho serão compartilhados nos diversos espaços que fomos conquistando na experiência de pesquisa, dando o retorno a esses grupos de mulheres, inclusive uma cópia de seu trabalho e apresentando a pesquisa em um espaço coletivo do bairro. No tópico a seguir, destrinchamos com mais detalhes as técnicas observação participante e entrevista.

## 1.2 DO CONFINAMENTO ÀS MEMÓRIAS DAS ENTREVISTADAS: A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E AS ENTREVISTAS

“Escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas”, afirma Perrot (2015, p. 16). Nesse âmbito, escrever sobre mulheres que vivem em um bairro periférico, em uma cidade grande marcada pela invisibilidade e disparidade social; de um país que, apesar de estar entre o mais ricos do mundo, é marcado pela pobreza e a discriminação de raça, sexo e classe, é difícil, já que o confinamento para elas parece ser maior.

Indo a campo, a entrevista semiestruturada com as mulheres moradoras do bairro Serrinha foi fundamental para a apropriação das práticas diversas

vivenciadas por elas. Essa técnica nos permitiu maior flexibilidade durante a pesquisa em campo:

“a interação é feita por meio de conversa informal, sendo possível ao entrevistador manter contato mais estreito com o entrevistado, aprofundando tópicos, pedindo esclarecimentos dos fatos relatados e de outros pontos...” (ALEMIDA; SANTOS; OSTERNE, 2014, p.37).

A observação se fez necessária, pois permitiu uma aproximação com o campo de pesquisa, no caso, o bairro Serrinha e as próprias mulheres do mesmo bairro. Quando falamos aqui do ato de observar, estamos tratando do método de procedimento utilizado pelo investigador para este atingir de forma competente a apreensão dos fatos sociais em questão. O ato de observar grupos humanos, de acordo com Cavalcante e Azevedo (2014), e exigir que o pesquisador se aproxime dessa realidade é uma observação participante. Dessa forma, com a aproximação, por menor que seja, do pesquisador com o grupo, o estudioso estará também em um processo de observação pelos sujeitos do campo de pesquisa, o que caracteriza uma participação:

[...] Há que se ter em mente a importância de o pesquisador entrar no campo cautelosamente. É importante considerar o que e como ele vai observar e, evidentemente, ter consciência de que será também observado, uma vez que não há como passar imune ao processo de observação em pesquisa social sem que haja participação do outro que é observado e, ao mesmo tempo, observador [...] (CAVALCANTE; AZEVEDO, 2014, p. 77)

Assim, uma das técnicas de pesquisa utilizada foi a observação participante, já que participamos da dinâmica das atividades dessas mulheres durante reuniões, mobilizações e encontros no bairro e na Universidade. Cavalcante e Azevedo (2014, p. 76) afirmam ainda que uma das condições centrais para que o pesquisador realize o trabalho de campo com a observação participante é “ser prudente e não considerar os sujeitos da pesquisa como ocupantes de papéis sociais estáticos onde se é glorificado ou vitimizado”

Assim, conhecer, questionar e procurar essas mulheres foi um caminho árduo, pois não era comum para quase nenhuma delas ter sido referência em alguma luta, movimento ou associação. Por diversas vezes, além do nome de outras mulheres, foi nos sugerido pelas próprias entrevistas, diversos nomes de moradores

homens que “realmente sabem falar sobre o movimento”. O primeiro contato que tínhamos era em alguma reunião ou encontro na UECE e assim conseguíamos o telefone das interlocutoras. Ao ligar para tentar marcar uma entrevista, escutamos diversas respostas: “assim, fiz muita coisa sim, mas o *fulano* é referência, eu não”, “Posso te dar o telefone do *beltrano*, ele já deu várias entrevistas para pesquisas assim”. Essas respostas eram um incentivo para continuar a pesquisa, pois podem também ser reflexos da própria desigualdade social entre o homem e a mulher e da naturalização da invisibilidade feminidade nas lutas sociais por direitos.

O atual conturbado período político do período também foi empecilho durante as tentativas de entrevistas. Atos, manifestações e reuniões se chocavam com as entrevistas marcadas. Fizemos as visitas ao bairro entre 2014 e 2016. As entrevistas foram realizadas, principalmente, ao decorrer do ano 2015 e do início de 2016, momento em que havia no Brasil um grande embate político sobre o impeachment, o que acarretava, conseqüentemente, uma discussão sobre os contínuos 13 anos de governo do PT.

Assim, algumas entrevistas foram complicadas porque, durante os questionamentos, as pessoas lembravam momentos tristes pelos quais já tinham passado. Ao compararem como era a Serrinha antes e agora, indiretamente, comparavam também suas vidas nas décadas passadas à atual, e, conseqüentemente, chegavam ao assunto da conjuntura política e social brasileira. Muitas vezes, essa conjuntura trazia à tona lembranças ruins: como a vivência do violento período da ditadura militar; a visão de ver seu barraco derrubado por policiais; a lembrança de ser agredida com um balde de lixo com urina no rosto ao catar, em uma lixeira residencial, algum material para a reciclagem.

Em uma dessas entrevistas, um dia após a votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, fomos à casa de uma mulher para entrevistá-la, conforme havia marcado. Logo no início de seu depoimento, ela disse:

Pensei em desmarcar, mas queria recebê-la e falar com você. É que estou indisposta depois da votação, sabe? É uma tristeza, dedicaram voto<sup>5</sup> a um

---

<sup>5</sup> O episódio a que a interlocutora se refere ocorreu no dia 17 de abril de 2016, quando, durante a votação pela continuação ou não do prosseguimento do impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Jair Bolsonaro (Partido Social Cristão, do Rio de Janeiro) declara ser a favor do afastamento da presidente e vota sim “em memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra”.

torturador <sup>6</sup> da ditadura... e, não sei se você sabe, mas eu vivi a ditadura, era contra, inclusive meu irmão foi preso porque era de movimento, sofreu que só. (Maria de Jesus)

O relato da mesma entrevistada mulher também faz referência ao momento político atual do país em outro momento da entrevista:

Falar sobre as lutas daqui do bairro... olha, é uma vida todo de luta e, as vezes, não tem retorno A gente se decepçiona com muita coisa nesse percurso. Olha o PT, o que fizeram depois de tanta luta? Fizeram coligações. Então, isso é muito errado, né!? Mas houve conquistas e acho que não é justo esquecermos desses avanços que houve nos últimos aqui no Brasil para a população que não é rica. Resumindo, o que acho é que as pessoas têm raiva do que tá acontecendo, mas não é raiva da Dilma e do Lula não, é de gente mais pobre, de classe média, de gente que mora em bairros tipo o da Serrinha. (Maria de Jesus)

A interlocutora, ao responder sobre suas experiências de luta, reflete sobre o caminho traçado pelo PT, que mesmo abandonando parte significativa de suas bandeiras devido as coligações políticas, trouxe avanços para a população pobre do país. A autora Nobre (2016, p.4) discorre sobre o assunto:

De modo mais amplo essa última crise se apresenta como o desgaste ou quiçá o esgotamento do projeto social democrata do Partido dos Trabalhadores – PT que se mostrou limitado e imensamente comprometido com o grande capital. Isto ocorreu mesmo que tais governos tenham contribuído para o reconhecimento de direitos para determinados segmentos sociais (LGBT, mulheres, negros, etc.), expandido as políticas sociais compensatórias para os mais pobres e obtido resultados impactantes no combate à fome [...]

A entrevistada Maria de Lourdes também faz referência a essas conquistas quando questionamos o que significa ser mulher para ela:

Acho que toda mulher é guerreira. Hoje, toda mulher está colocando o homem aqui no bolso. Olha a presidente... falam tanta coisa dela, coisa que não fariam se fosse presidente homem! Querem derrubar a Dilma porque ela é mulher! Político homem não vai querer mulher no maior cargo! E olha, ela fez muita coisa, viu!? Eu mesma moro numa casa do “Minha Casa,

---

<sup>6</sup> O Coronel Ustra foi chefe do Destacamento de Operações Internas (DOI-Codi) de São Paulo no período de 1970 a 1974. O militar, de acordo com levantamento do projeto “Brasil: Nunca Mais”, foi responsável por mais de duas mil prisões políticas, além de 502 casos de tortura, dentre eles a tortura de Dilma Rousseff. Fonte: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/historia/conheca-o-coronel-ustra-homenageado-por-bolsonaro-e-chefe-do-temido-doi-codi-8sed82y14k1b2hnuu1yxk5pnb>

Minha Vida”, a outra catadora aqui tem uma filha que já está no segundo curso, já é formada e é professora e agora está fazendo direito por aquele programa do governo” (Maria de Lourdes)

A narrativa de Eliane, moradora da Serrinha há 53 anos, também traz comparações sobre as condições dos moradores do bairro antes e atualmente:

Olha, quando eu era criança era tudo tão mais difícil! A gente pode dizer que o que passamos era extrema pobreza... hoje o que se chama de extrema pobreza é família que vive com bem menos de um quarto do salário mínimo... Acho que é isso, um quarto! Naquela época, vivíamos com menos e não tinha bolsa família. (Eliane)

Assim a pobreza, assunto frequente pela própria condição real do bairro, ao surgir durante a entrevista, era logo remetida aos programas do governo atual, especialmente o Programa Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, e colocada como um problema que diminuiu na vida das interlocutoras e dos moradores, em geral. Dessa forma, ao mesmo tempo, em que houve conturbações na pesquisa pelo momento instável da política nacional, esse momento serviu também para refletir a condição das interlocutoras e, conseqüentemente, das pessoas que vivem na Serrinha.

A crise financeira aprofundou a falta de tempo e de disponibilidade das entrevistadas que, apesar de gentis e solícitas, tinham os horários apertados porque tinham que trabalhar mais. Passamos a aproveitar cada minuto e segundo que tínhamos para falar com elas: depois de uma aula ou durante um bazar. Todas as mulheres catadoras, por exemplo, foram entrevistadas na calçada que fica na frente da Associação, enquanto separavam latinhas ou esperavam algum material chegar. Assim, mesmo com o aproveitamento máximo, as entrevistas dificilmente duravam mais de 30 minutos.

Enfatizamos ainda a dificuldade em achar alguma mulher que tenha atuado, ou até mesmo trabalhado, na Fábrica Del Rio, que era uma indústria que empregava um grande contingente de moradoras da Serrinha. Apesar das constantes buscas bibliográficas e interrogações nas idas a campo, não conseguimos contato com nenhuma mulher que tenha sido próxima da Del Rio, o que reflete que a atuação das moradoras teve mais destaque em conselhos e/ou associações de bairros, por exemplo.

Cabe destacarmos ainda que três moradores homens foram entrevistados também, ocasionalmente. Um catador se ofereceu para contar sua história e pediu

para ser ouvido. Outro estava presente, coincidentemente, durante uma entrevista e passou também a relatar sua vivência no bairro. O último morador a ser entrevistado foi chamado por uma interlocutora que declarou achar melhor ele relatar sobre o movimento que ambos faziam parte, visto que este tinha sido o pioneiro na luta em questão.

Das entrevistadas desta pesquisa, algumas conseguiram relatar com facilidade o que lhes era perguntado, outras já sentiram mais dificuldades e foram mais monossilábicas, o que refletiu tanto no uso das falas de cada uma ao decorrer do trabalho.

## 2 A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO E A CIDADE DE FORTALEZA

A cidade não se apresenta de forma igual para todos os seus moradores; a reprodução dela está ligada ao modo de produção e distribuição da riqueza socialmente produzida e privadamente apropriada (IAMAMOTO, 2001). Tendo isso em mente, falamos em divisão social e territorial do trabalho, como categoria. Para Santos (2012, p.135), a divisão social e territorial do trabalho, direcionada pela produção, confere novos papéis aos lugares e estabelece uma distribuição desigual dos recursos, social e geograficamente. Assim, o autor destaca que ela “cria uma hierarquia entre os lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições”.

A formação da cidade sob o capital revela esta espacialidade demarcada por relações desiguais. Assim, por exemplo, nos lugares que concentram uma maior riqueza material, encontramos a oferta de serviços diversos, e, naqueles demarcados pela carência e pela pobreza, há ausência de serviços. Tal realidade não passa sem as diversas reações e resistências dos homens e mulheres pertencentes às diversas classes sociais que ocupam os diversos lugares do campo ou da cidade. A divisão social e territorial do trabalho é a categoria que representa esse movimento de estruturação da produção e distribuição da riqueza no território e de reação e resistência das classes sociais que compõe a sociabilidade. Vão se definindo, dessa forma, os espaços diversos no campo e na cidade.

A cidade vai se estruturando a partir da luta de classes, estando portanto inserida em um jogo de forças antagônicas e correlações de forças nas relações que se delineiam socialmente. Tendo isso em mente, ela é hoje o espaço principal da produção da riqueza e, portanto, da extração da mais valia, e conseqüentemente, da acumulação do capital. Iasi (2013, p.41) a conceitua cidade como:

[...] a expressão das relações sociais de produção capitalista, sua materialização política e espacial que está na base da produção e reprodução do capital. A cidade é a forma reificada dessas relações, mas também do amadurecimento das contradições que lhes são próprias [...]

Dito isto, a cidade é parte integrante e determinada do modo de produção vigente. Entendemos tal categoria não só como um espaço físico, mas como condição e produto formado pelas relações sociais, que se desenvolvem pelas

práticas políticas, econômicas e culturais. Tomamos a análise de Silva (2006, p. 72) destacando que “da mesma forma que a sociedade possui uma dinâmica, o espaço também possui, sendo que caminham imbricados, não sendo possível a separação, a não ser, para fins meramente didáticos”.

A urbanização brasileira se fez inicialmente tendo como determinante a relação metrópole-colônia entre Portugal e Brasil. Assim, a atividade econômica baseada na extração de matéria-prima era uma produção voltada para a metrópole que definia territórios na colônia. No século XVI, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro já possuíam, pelo menos, duas cidades construídas em seus territórios devido à exploração a que esses locais eram submetidos pela coroa portuguesa. Já o Ceará só passou ter sua primeira vila ou cidade no século XVIII, quando a metrópole ibérica passou a se interessar por seus produtos econômicos. (SILVA, 2006)

Desenvolvendo-se gradualmente até o século XVIII, o processo de urbanização do Brasil teve na segunda metade do século XIX um primeiro momento de aceleração. Nesse contexto, forma-se, ainda que se limitasse a uma parte do território nacional, uma rede urbana (com a criação de estradas de ferro, portos aperfeiçoados e desenvolvimento de meios de comunicação, etc) para atender ao fluxo comercial do café, produzido pelo do estado de São Paulo. No século seguinte, a urbanização praticamente generalizou-se, sendo acompanhada logo depois pela metropolização. A partir da década de 1970, o crescimento das cidades do país chegou a um patamar altíssimo (SANTOS, 2009).

E é nesse período que as cidades se tornam foco maior dos investimentos do grande capital. Com as modificações causadas pela crise mundial, expressa principalmente pela decadência do fordismo-keynesianismo, o lucro vai ser retomado com um novo padrão de acumulação. Sob a ideologia neoliberal, a reestruturação produtiva, baseada da acumulação flexível, vai trazer, segundo Antunes (2009), duas principais consequências: a crescente degradação ambiental e a precarização extrema do trabalho.

Tendo isso em mente, as cidades na atualidade estão inseridas duplamente nesse contexto: primeiro, pela crise ambiental se que expressa nos espaços urbanos através, dentre outras, da desorganização espacial e da poluição do meio ambiente; segundo, pelo espaço urbano local onde mais se reproduz a exploração da classe trabalhadora.

É surpreendente os estudos de Davis (2016) denunciando as condições de moradias nas grandes cidades. Casos extremos passam a ocorrer nessa urbanização desigual e contraditória que deixa milhares de pessoas sem uma moradia digna. Em Cairo, na Cidade dos Mortos, maior necrópole do mundo, cerca de 01 (um) milhão de pessoas moram no local utilizando as sepulturas como módulos habitacionais. Na mesma cidade, há cemitérios judaicos ocupados por pobres que não tem onde residir. Em Mumbai, na Índia, em 1995, 01 (um) milhão de pessoas estavam em situação de rua, morando nas calçadas da cidade.

Ainda de acordo com Davis (2006), pelos dados da UN-Habitat de 2003, o Brasil está em terceiro lugar dentre os países que mais possuem populações urbanas em favelas, com 51, 7 milhões de habitantes; perdendo apenas para a China (193,8 milhões) e Índia (158,4 milhões). Os dados mostram ainda que São Paulo é uma das cidades com mais favelas do mundo.

Vairne (2013, p.36-37) diferencia a cidade do período do keynesiano e do período neoliberal. No primeiro momento, a mesma deveria ser voltada e regida para atender demandas gerais de acumulação do capital, “cabendo ao planejamento (modernista) a tarefa da racionalização e funcionalização espacial [...], colocando planos diretores e zoneamento em primeiro lugar.” Já sob a lógica neoliberal sob o marco do período o Consenso de Washington, ainda de acordo com o mesmo autor a cidade “passa a ser investida como espaço direto e sem mediações da valorização e financeirização do capital. Concebidas enquanto empresas em concorrência umas com as outras pela atração de capitais (e eventos, é óbvio).”

Nessa mesma linha de pensamento, Harvey (2005) esclarece que o processo de urbanização torna-se fundamental para a reprodução do capital sob a tutela do Estado que, na onda privatizante, cada vez mais utiliza os fundos públicos para financiar o necessário para atender a lógica mercantil.

Maricato (2014) acrescenta que os países emergentes têm sido os mais escolhidos para esse processo de acumulação, tendo os megaeventos como momentos especiais para grandes corporações adquirirem lucros na cidade, com a aprovação do Estado, que se insere nessa dinâmica financiando construção de grandes obras e reprimindo lutas sociais.

Fortaleza é um exemplo de cidade afetada por essa dinâmica. Destaca-se que movimentos sociais urbanos, como o Comitê Popular da Copa, o Portal Popular da Copa, o Movimento de Luta em Defesa da Moradia – MLDM, dentre outros,

fortaleceram-se na cidade como forma de resistência a essa forma de exploração do sistema de capital. Nessa lógica, Cunha (2013, p.8) destaca que:

[...] a capital cearense tem passado por grandes intervenções urbanísticas, tendo em vista criar um consenso sobre o legado positivo do megaevento. Entretanto, constatamos a articulação de movimentos organizados que denunciam as violações de direitos sociais, o crescimento exacerbado do processo de especulação imobiliária, o processo de segregação espacial e a apropriação privada de recursos públicos [...]

Dito isto, percebemos que os espaços urbanos hoje são, em sua maioria, repartidos por contrastes: de um lado, áreas estigmatizadas pela falta de estrutura urbana; e de outro, o esbanjamento manifestado no consumo desenfreado, materializado por prédios altíssimos e luxuosos, outdoors brilhosos e viadutos enormes. Os outdoors incentivam o consumo, ao anunciarem necessidades forjadas pela sociedade burguesa. Os prédios, além de serem espaços de lucros investidos e expressão da especulação imobiliária, escondem o contraste posto nas favelas. O que mais for preciso para a cidade ser vista pelos detentores do capital como um espaço predominante de desenvolvimento e lucro será feito<sup>7</sup>. Os viadutos, que atravessam quilômetros das cidades, tornam-se símbolo de uma mobilidade urbana falha, que não consegue beneficiar maior parte da população, usuária do transporte coletivo.

Considerando que as cidades se estruturam em um cenário de extrema disparidade social e de reprodução da luta de classes, podemos observar as mais diversas reações à exploração que a maioria dos seus moradores estão submetidas. As cidades nunca foram espaços de harmonia, pois o seu desenvolvimento desigual tem como consequência o conflito social e nele a violência.

Segundo Harvey (2013), a Comuna de Paris, de 1871, foi um exemplo histórico disso. No entanto, as chamadas cidades globais de hoje têm a violência urbana como uma das principais características. Todos os moradores delas são afetados pela violência, seja pelo constante medo, seja pela frequente criminalização da pobreza, que atinge principalmente os moradores da periferia.

---

<sup>7</sup>Para ilustrar bem essa dinâmica, temos hoje o conflito em um terreno no Cais em Recife. Essa questão revela, de um lado a população reivindicando o direito de acesso ao terreno público para usufruto coletivo e, de outro, o capital conquistando a terra urbana, pela mediação do Estado, para a sua própria valorização, alterando a paisagem da cidade e demarcando o que Santos (1993) chama de divisão social e territorial do trabalho.

Num contexto de desigualdade social, de alto desemprego e de omissão do Estado quanto à oferta dos serviços sociais e de políticas públicas, a violência urbana tende a aumentar afetando principalmente àqueles que carregam a estigmatização que acompanha por ser pobre e ser negro no Brasil. Maricato (2013, p.21) faz a seguinte colocação: “em 1980, a média de assassinatos no país era de 13,9 mortes para cada 100 mil habitantes. Em 2010, saltou para 49,9. A principal vítima dos homicídios é o jovem negro e pobre, morador da periferia metropolitana”.

Dito isto, séculos depois de a cidade se firmar como centro político e econômico da sociedade atual, ela está longe de ser um local onde imperam a modernização e riqueza, como se colocava no auge do seu crescimento:

As cidades do futuro, em vez de feitas de vidro e aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira. Em vez de cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração. [...] (DAVIS, 2006, p. 28-p.29)

E isso se torna mais visível com o constante aumento da favelização e do empobrecimento urbano, principalmente nos países de capitalismo periférico, onde ocupações, loteamentos clandestinos e cortiços são cada vez mais comuns no espaço urbano. Inclusive, grande parte da população é empurrada para essas moradias com a mediação do próprio Estado.

Davis (2006) coloca que desde 1970 o crescimento das favelas ultrapassou o processo de urbanização principalmente no hemisfério sul, levando em consideração que a cada ano a população das favelas cresce cerca de 25 milhões de pessoas, de acordo com dados da UN-Habitat que o autor utiliza.

Sobre esse assunto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos colocou, dentre outros, o direito à moradia como um direito de viver bem de cada pessoa. Já a habitação, como algo que assegura a saúde e o bem estar de cada família. Tratamos esse direito hoje inserido no direito à cidade (LEFEBVRE, 2001) (HARVEY, 2013). Ao denunciarmos o precário e violento estilo de vida urbana atual, estamos reivindicando o “direito à vida urbana, transformada e renovada” (LEFEBVRE, 2001, p.118).

A questão também é reconhecida pelas convenções internacionais de direitos humanos quanto à especificidade dos direitos das crianças, das mulheres,

etc. Esta última tem destaque desde 1965, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu a Convenção Sobre A Eliminação De Todas As Formas De Discriminação Contra A Mulher.

A situação das mulheres em relação ao bem estar nas cidades, no entanto, não se mostra favorável e muito menos segura, especialmente nas grandes áreas periféricas. Davis (2006) pontua que não há vasos sanitários suficientes para os moradores de favelas da América Latina e, principalmente, nas favelas localizadas no sul e sudeste da Ásia e na África subsaariana. O autor destaca que essa crise sanitária global, que tem raízes no colonialismo a que os países do terceiro mundo foram submetidos; quando lhes foi negado infraestrutura necessária para tratar a água, o esgoto e os dejetos, atinge, primeiramente, as mulheres moradoras da periferia:

[...] Ser obrigado a atender a uma necessidade orgânica em público, com toda a certeza, é humilhante para qualquer um, mas acima de tudo esse é um problema feminista. As mulheres urbanas pobres vivem aterrorizadas pelo beco sem saída de ter de obedecer a padrões escritos de recato sem acesso a nenhum meio privativo de higiene. “A ausência de banheiros”, escreve a jornalista Asha Krishnakumar, “é devastadora para as mulheres. Afeta gravemente a sua dignidade, saúde, segurança e sensação de privacidade e, de forma indireta, o seu nível de instrução [...]” (DAVIS, 2006, p.145)

Assim, mulheres e meninas são postas em situações extremas de insegurança e falta de saneamento devido aos problemas urbanos. As relações sociais advindas da sociedade patriarcal aprofundam a situação delas, os maiores alvos das construções sociais que impõem o que é ser homem e ser mulher. Nessas imposições, a mulher deve se preservar e ter sua intimidade guardada para si se quiser ser respeitada. Logo, devem defecar ou urinar quando podem manter sua privacidade. A natureza do ser humano, tanto do homem como da mulher, determina essas necessidades (defecar, urinar). No entanto, devido às ideias impostas sobre a diferenciação de comportamento, hábitos e pensamentos sobre o sexo masculino e o sexo feminino, esta necessidade torna-se uma fardo para a mulher, que se submete à situações que prejudica sua saúde ou à situações constrangedoras; sendo exposta ao assédio moral, físico ou sexual, legitimado por uma ordem patriarcal:

Os homens podem urinar a qualquer momento, em qualquer lugar, enquanto as mulheres só são vistas obedecendo ao chamado da natureza antes do amanhecer e depois que anoitece. Para evitar riscos, as mulheres têm de ir em grupos às cinco da manhã [...] muitas vezes a locais pantanosos onde pode haver serpentes ocultas ou algum depósito de lixo deserto com ratos e outros roedores. É comum as mulheres dizem que não comem durante o dia só para evitar ter de sair em campo aberto à noite (LOES SCHENK-SANBERGEN APUD DAVIS, 2006, p.145)

Sobre a situação das mulheres na questão da moradia, Connolly (1999, p.56) afirma que, desde a década de 1970, até 60% do aumento de moradores nas cidades dos países subdesenvolvidos ocorre quando há a ocupação de terrenos por pessoas pobres, em sua maioria mulheres, que “constroem heroicamente suas próprias moradias em terrenos periféricos sem uso, enquanto o trabalho informal de subsistência sempre foi responsável por grande proporção do total de empregos”.

Além disso, compreendemos que as mulheres também são protagonistas na luta pelo direito à cidade, embora suas atuações não tenham visibilidade nessa área. A respeito desse assunto, Castells (1999, p.223) afirma: “Muitas lutas urbanas, antigas ou contemporâneas, foram na realidade, movimentos feministas envolvendo as necessidades e a administração da vida diária”. Outros bairros de Fortaleza foram palcos de movimentos populares devido à ausência de serviços essenciais aos moradores. Este assunto será destrinchado na próxima seção.

## 2.1 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E RESISTÊNCIAS URBANAS NA CIDADE DE FORTALEZA

Fortaleza é hoje uma das maiores cidades do Brasil, sendo a quinta maior em população segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, e tendo semelhanças com as grandes cidades mundiais do terceiro mundo, que se desenvolveram de forma desordenada. Atualmente, tem uma população de 2.571.896 habitantes. Em 1950, possuía 270.169 habitantes, e, na década seguinte, esse número quase dobrou, com 514.831 habitantes. Assim como a maioria das cidades do país, a capital cearense tem o crescimento urbano acentuado a partir da década de 1970 do século XX.

Cunha (2014) afirma que, nesse período, o Ceará se torna o 3º Polo Industrial do Nordeste e a industrialização acelera a urbanização, acarretando um

adensamento populacional no Centro e a transferência das classes mais abastadas para a zona leste da cidade e para o litoral, onde há bairros como Aldeota e Praia de Iracema. Nessa conjuntura, a cidade passa por um forte processo de verticalização, sendo construídos conjuntos habitacionais e crescendo significativamente o número de favelas.

Desde os governos de Tasso Jereissati (1987-1990), que antecipou a hegemonia neoliberal no Brasil, e de Ciro Gomes (1991-1994), a referida cidade passou por mudanças devido às novas prioridades do governo, que a inseria num modelo de desenvolvimento que privilegiava os investimentos na indústria e no turismo. O segundo governo de Tasso (1995-1998) também seguiu essa tendência de desenvolvimentismo (GONDIM, 2009). Os “governos das mudanças” colocava o Ceará como foco atrativo para investimentos do neoliberalismo; grandes estruturas, como Porto do Pecém, shoppings e o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura eram construídas.

Ao mesmo tempo em que se “moderniza”, Fortaleza se empobrece. Santos (2012) discorre sobre essa dinâmica afirmando que, quanto maior a cidade, mais visíveis são seus problemas, pois o crescimento urbano implica sistematicamente no crescimento das mazelas. Se a divisão do trabalho é determinante na relação campo-cidade, esta também influenciará nas ocupações e atividades dentro das cidades e, assim, na divisão dos espaços urbanos e nos contrastes sociais.

O autor cita também a especulação imobiliária para explicar as divisões dentro da cidade, causando competição por determinado espaço, na qual pessoas com mais condições econômicas buscam instalar-se em cantos considerados mais atraentes, ignorando as outras questões da cidade. Nesse sentido, a especulação também se faz e se sustenta por outras questões, como a organização dos transportes<sup>8</sup>, que serve para a classe trabalhadora deslocar-se das periferias para o

---

<sup>8</sup> A questão do transporte hoje é pautada pelos movimentos sociais urbanos, que lutam contra o pagamento das passagens. A luta pelo passe livre, entretanto, não se limita a esse não pagamento. Se é o transporte que nos leva de um canto a outro da cidade, o acesso a ele torna-se uma forma de termos acesso aos espaços urbanos; e assim, de termos direito à cidade: [...] As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana. Para a maior parte da população explorada nos ônibus, o dinheiro para a condução não é suficiente para pagar mais do que as viagens entre a casa, na periferia, e o trabalho, no centro: a circulação do trabalhador é limitada, portanto, à sua condição de mercadoria, de força de trabalho. [...] (MOVIMENTO PASSE LIVRE –SÃO PAULO, 2013, p. 15)

centro pagando por determinado serviço; e o marketing urbano, que cria fetiches influentes no preço de determinados espaços.

[...] Havendo especulação, há a criação mercantil da escassez e acentua-se o problema do acesso à terra e à habitação. Mas o déficit das residências também leva à especulação, e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano. As carências em serviços alimentam a especulação, pela valorização diferencial das diversas frações do território urbano [...] (SANTOS, 2009, 106).

Fortaleza expressa bem essas frações no território urbano. Enquanto a população mais pobre é forçada a se mudar e morar nas periferias sem serviços essenciais, como o saneamento básico; condomínios fechados e de luxo são construídos em bairros como Água Fria, Meireles, Cidades dos Funcionários, Cocó, Praia de Iracema, dentre outros (CUNHA, 2014).

Podemos citar a Serrinha para trazeremos o exemplo de como a especulação imobiliária está presente na cidade e repercute na vida de seus moradores. Neste bairro, há disputa de espaço, já que nele se localizam pontos estratégicos de lucro (como o Supermercado Atacadão), o aeroporto de Fortaleza, dentre outros, que influenciam na tomada de decisões políticas;

[...] O Aeroporto Cearense, torna a loja uma vitrine do Grupo Carrefour para o Nordeste, pois será uma loja visitada por formadores e outros grandes líderes de opinião que pela boa localização poderão visitar com facilidade a loja e divulgar a sua imagem por todo o Nordeste. Os responsáveis pela operação da loja terão que ter muito cuidado com a sua imagem em função de se tratar de um cartão de visitas [...] (CORDOVIL, 200-, p. 2 e 3)

Além disso, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE (2010), Fortaleza possui um déficit habitacional de 116.985 unidades domiciliares, sendo o 6º maior do país. Além disso, em 2005, de acordo com a pesquisa da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) e Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDODH), a capital cearense apresentava 22.984 famílias em 105 áreas de risco.

Dados como esses são reflexos de uma cidade que cresce incorporando novas áreas urbanas ao seu território, mas, contraditoriamente, cresce em

infraestrutura precária, pobreza e degradação ambiental. Tais agravamentos, segundo Davis (2006), tornam-se mais presentes nas megacidades do hemisfério sul, a partir dos anos 1950, quando há um crescimento visível das favelas periféricas devido aos imigrantes do campo que passam a residir em tais espaços e transferem para a cidade a pobreza rural. Sobre os impactos no meio ambiente, Magera (2005, p.98) traz essa temática relacionando-a às pessoas que se mudavam para cidade e se tornavam catadoras. Segundo o autor,

O fato gerador desta concentração popular nas grandes cidades foi, sem dúvida, a expansão das atividades industriais das grandes metrópoles e os trabalhos das áreas rurais acabaram sendo atraídos por verem nelas (nas cidades) a possibilidade de obter um rendimento maior, facilidade de emprego e recursos nas áreas de saúde e educação melhor distribuídos que no campo. Mas nem todos foram absorvidos pelas indústrias/comércio. Esses migrantes de várias regiões do país acabaram por aumentar o número de desempregos das grandes metrópoles e, sem ter o que fazer, muitos acharam no lixo sua última e única saída.

A declaração da catadora Maria Teixeira, uma das entrevistadas dessa pesquisa, explicita bem essa questão:

Eu nasci em Quixeramobim, mas eu fui pra Horizonte com 14 anos. Muita gente ia embora de Quixeramobim porque o povo todo lá trabalhava na terra e estava na época da seca! Meus pais, por exemplo, eram agricultores... Tava tudo muito seco mesmo, isso em 1975 ou 1976... não tinha nada, não houve inverno. Sei que fui para Horizonte buscar trabalho e depois achei melhor vim pra Fortaleza e comecei a trabalhar na catação (Maria Teixeira).

No caso de Fortaleza, as condições naturais do Estado do Ceará somadas à negligência do Estado em não garantir políticas públicas, contribuem para que milhares de pessoas migrem para a capital devido às decorrentes secas. Para Cunha (2014, p. 164)

[...] moradores, vaqueiros, pequenos proprietários, comerciantes falidos, indigentes urbanos, homens, mulheres e crianças ocupavam na Capital, as praças, ruas, calçadas e o Passeio Público, com suas barracas chamadas de “palhoças” este processo contribuiu para o início das primeiras favelas.

A Serrinha, inserida nesse contexto, também recebeu moradores que não tinham onde residir. Como relata uma das entrevistadas:

[As pessoas] Vinham de interior e invadiam os terrenos, a maioria era dos interiores mesmo. E aí foi geração de família né, família foi crescendo mudando, mudando. E daí ficou, criando-se a Serrinha começaram a aparecer os imóveis né. O pessoal foi construindo e aí hoje a Serrinha está enorme. (Socorro Reis)

Assim, o crescimento urbano de Fortaleza, que se dá a partir de 1960 e se acentua na década seguinte, ocorre acompanhado do surgimento de grandes áreas periféricas e de uma concentração significativa de migrantes. O Estado não se faz presente o suficiente e não há condições habitacionais para receber esse grande fluxo migratório. Pequeno e Freitas (2012) trazem dados de um relatório realizado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), de 1973, considerados um dos primeiros estudos sobre a urbanização e a favelização<sup>9</sup> na capital cearense. De acordo com o relatório, existiam, no referido ano, 205 mil pessoas vivendo em 81 favelas em Fortaleza.

É nesse período, então, que a população moradora da periferia se organiza e realiza mobilizações. Silva (1992, p. 109) afirma que “a urbanização em Fortaleza não consegue acompanhar o ritmo do crescimento demográfico, o que vai aguçar o surgimento de movimentos sociais especialmente nos espaços suburbano”.

Pirambú e Dias Macedo foram os bairros pioneiros na eclosão de movimentos sociais. No primeiro dia do ano de 1962, a Marcha do Pirambu, também conhecida como a Marcha sobre a cidade de Fortaleza, foi símbolo de luta e expressão política dos moradores de periferia que lutavam contra as ameaças de despejos. Essas lutas tiveram na Igreja Católica uma grande aliada: “a luta pela questão da terra, pela garantia da terra, pela permanência no local teve na Igreja a sua principal defensora” (SILVA, 1992, p.115-116).

Esmeraldo (1998, p.39) reforça a importância da atuação do bairro Pirambú para os demais bairros periféricos da capital cearense que, a partir de então, seria palco de diversas ocupações territoriais e manifestações urbanas:

A mobilização [*Marcha do Pirambú*] que arregimentou mais de 30 mil participantes naquele ano, numa caminhada do bairro até o centro da cidade, visava denunciar o descaso das autoridades para com essas populações, a luta pela moradia e a resistência às constantes violências que sofriam nas ameaças de remoção e de expulsão. Nesse período, um

<sup>9</sup> Atualmente, segundo os dados de 2013 do IBGE, Fortaleza possui 509 favelas e 396.370 pessoas vivendo nelas. Além disso, na lista das maiores favelas do Brasil, a favela Pirambú, localizada na área litorânea da zona oeste da cidade de Fortaleza, ficou em 7º lugar, com uma população de 42.878.

segmento da Igreja Católica representado por padre Hélio apoiava e assessorava os movimentos populares voltados para a luta pela moradia e por condições dignas de existência [...].

Assim, a Igreja Católica, baseando-se na ideologia filosófica da teologia da libertação<sup>10</sup>, atuava nas comunidades num processo de incentivo à participação e organização popular:

Com a criação das CEB(s) (Comunidade Eclesial de Base), a partir da década de 1970, os movimentos sociais religiosos assumem papel de destaque. Neles, os participantes se reúnem e tratam dos assuntos numa dimensão social, a partir da Bíblia e da reflexão sobre os problemas comunitários (SILVA, 1992, p.113)

Durante esse período, torna-se mais frequente os moradores das comunidades denunciarem os problemas do local à prefeitura, ficando mais conhecidas para o resto da sociedade as principais demandas das periferias fortalezenses.

O documento “Levantamento de necessidades comunitárias” (ANEXO 2), de 1979, traz dados sobre as principais reivindicações dos locais; classificando os bairros segundo o número de reclamações. (SILVA, 1992). Deficiência no serviço de iluminação pública, falta de escoamento para águas pluviais e falta de calçamento foram as três principais reclamações dos bairros. A Barra do Ceará (Cristo Redentor, Vila Velha) foi o bairro que mais registrou demandas, ocupando o 1º lugar no levantamento.

A Serrinha ocupou o 12º lugar (ANEXO 3), denunciando, dentre outros, as faltas de diversos serviços, tais como: limpeza pública, rede de esgoto, postos de vacinação, transporte coletivo, água da CAGECE, etc. A fala de Maria de Jesus ilustra com mais precisão a condição do bairro e as soluções que os moradores tomavam para sobreviver a falta de recursos já ditos anteriormente:

Faz 38 anos que moro aqui na Serrinha e assim que me mudei fiz um poço aqui no quintal. Até hoje ainda tem. Na época, não tinha saneamento, nem coleta, nem água. Aqui perto tinha um chafariz, muita gente pegava água lá,

---

<sup>10</sup> A Teologia da Libertação foi um movimento que surgiu a partir de membros da Igreja Católica, na América Latina, na década de 1960. Uma das características mais fortes da Teologia da Libertação é a opção pelos pobres, contra a miséria e a exclusão, sendo a favor da libertação. No Brasil, Leonardo Boff é o nome mais conhecido da corrente. A Igreja Católica condenou o movimento, na década de 1980, alegando que ele não se adequava à doutrina cristã.

mas eu fiz logo o poço para não ficar precisando ir buscar água. (Maria de Jesus).

O referido bairro também já se organizava nos anos de 1960 e 1970, mas suas demandas se tornaram mais conhecidas no início da década de 1980. Foram várias reivindicações públicas, mas uma especificamente se destacou. Devido à falta de infraestrutura na Serrinha, os moradores, em sua maioria mulheres, mobilizaram-se e foram às ruas batendo panelas, dentre outros objetos caseiros, e reivindicando melhorias. Essa caminhada ficou conhecida como a “Passeata da lata e da lamparina”. Sobre esse episódio, Dorinha nos dá seu depoimento:

Nós começamos a luta... aí fizemos uma caminhada, né!? Todo mundo com a lata na mão caminhando por aqui porque não existia infraestrutura no bairro de jeito nenhum, a gente fez a caminhada da lata e da lamparina porque não existia luz, não existia água, essa caminhada pelas ruas que ficou conhecida, registrada... isso foi em 1980 ou 1981... (Maria das Dores)

Da Silva (2000), tratando desse contexto de organização em Fortaleza, afirma que, nesse momento, a participação e a presença feminina foram de grande importância para as mobilizações nos bairros. Para ilustrar, a autora cita que nos anos 1980 e 1990, 50% das associações de moradores de bairros periféricos de Fortaleza eram presididas por mulheres. Sobre esse período de articulação, Silva (1992, p.127) complementa:

Neste contexto estão inseridos os movimentos de bairro, os das donas-de-casa contra a carestia, os de mulheres, os de negros e, os de algumas minorias que, agora, buscam e encontram espaço para registrar suas ideias e lutar pelos seus direitos.

Movimentos como esses vão se contrapor ao cenário mundial, marcado pela globalização, que, juntamente com o neoliberalismo, aprofunda o processo de acumulação nas cidades de capitalismo periférico, acarretando um maior número de trabalhadores urbanos na informalidade e em trabalhos super exploradores. A moradia ilegal, a diminuição do custo da força de trabalho e um Estado movido, antes de tudo, pela necessidade das elites marcaram o processo de urbanização das grandes cidades brasileiras. Utilizamos como exemplo a fala de Navegante, moradora da Serrinha desde o início da década de 1990:

De 1992 até os anos 2000 eu me envolvi pelas causas da Serrinha. A década de 90 todinha foi desses movimentos: pela questão da moradia, que foi o primeiro problema de todos. Depois veio um movimento político, luta por praça, lagoa, escola... A Serrinha era outra coisa na época, a gente não tinha tanto ônibus aqui passando pelo bairro, como hoje tem (Navegante)

Para Maricato (2015, p.29), o transporte, a habitação e o saneamento são as três políticas públicas urbanas estruturais, mas que foram fortemente ignoradas pelo Estado até a década de 1990. No bairro Serrinha, os três pontos colocados pela autora foram citados acima por algumas entrevistadas como os principais problemas do bairro naquele período, ilustrando bem a condição dos bairros de periferia de Fortaleza.

Ainda atualmente, de acordo com o levantamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município (SDE) de Fortaleza, lançado no mês de maio de 2015, 92 dos 117<sup>11</sup> bairros analisados apresentam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado muito baixo. Assim, 78,63% dos bairros da capital cearense têm os indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita) baixos. A Serrinha é uma desses bairros.

## 2.2 MULHERES EM MOVIMENTO NA CAPITAL CEARENSE

A luta das mulheres por direitos e melhorias de vida não é algo recente na história. Há séculos, as mulheres estão presentes no desenvolvimento de ações coletivas, no entanto, estas não foram reconhecidas, e, historicamente, a invisibilidade acompanhou a história de suas conquistas:

O desenvolvimento do movimento de mulheres durante este centenário se constituiu como uma poderosa narrativa de desconstrução da estrutura patriarcal, das desigualdades históricas estabelecidas entre homens e mulheres a partir da denúncia sobre sua posição secundária na sociedade. (BANDEIRA; MELO, 2010, p.7)

---

<sup>11</sup> Somente Novo Modumbi, Olavo Oliveira e Parque Santa Maria, três bairros criados recentemente, não foram incluídos na pesquisa do IBGE.

Assim, observando a história do Brasil, entendemos que as mulheres sempre atuaram, seja individual ou coletivamente, nas conquistas de direitos do país. Apesar disso, é somente no século XX que elas são mais reconhecidas na sociedade, o que não exclui suas lutas nos séculos passados. Essa prática de luta, desde o período colonial, tem sido marcante no Brasil devido ao sexismo e ao racismo muito presente na sociedade.

Neste tópico, evidenciamos a luta feminina, destacando algumas mulheres no Ceará: nomes que são conhecidos, mas que foram registrados de forma tímida e limitada, se admitirmos a devida importância das suas contribuições e resistências. Desde o início da história do Brasil, as mulheres, principalmente as índias e as negras, que foram anônimas nos estudos históricos, lutavam contra a exploração servil e sexual a que eram submetidas pelos colonizadores. Além disso, a mulher negra já trabalhava fora de casa, antes mesmo do movimento feminista<sup>12</sup> lutar por essa pauta. Madeira (2013, p.5) afirma que:

Desde o período colonial, as mulheres negras ocuparam, não sem resistência e violência, o espaço público para comercializarem verduras, frutas, peixes e quitutes, sobressaindo algumas negras de tabuleiros, que, em meio às muitas dificuldades, conseguiram comprar sua liberdade e de seus familiares. Fatos como esses denotam a força da mulher negra, em meio às tantas adversidades, na garantia de melhores condições de vida e na preservação do seu legado cultural. Historicamente são mulheres que lutaram e lutam.

Dito isto, é importante entendermos que a formação da sociedade brasileira tem o patriarcado como uma característica influente nas relações de sexo e raça do país. Essa forma de organização da sociedade negava a importância das mulheres. Nessa questão, Saffioti (2015, p.33) afirma que as mulheres, em especial as negras e as pobres, são consideradas socialmente inferiores “Na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua segunda vantagem. Caso seja rico, encontra sua

---

<sup>12</sup> A respeito desse assunto, a autora Sueli Carneiro tece críticas ao movimento feminista: Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. (...). Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? (CARNEIRO, 2003)

terceira vantagem, o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual”.

Para Del Priore (2013), o “patriarcalismo brasileiro” é resultado da tradição portuguesa que trazia a Nossa Senhora como modelo ideal de mulher, esta deveria ser submissa ao marido; e da colonização agrária, baseada no trabalho escravo implantada na colônia. Assim, no Brasil, a família patriarcal possuía, além do pai, da mãe e dos filhos, “os parentes, os filhos ilegítimos ou de criação, afilhados, empregados e amigos com quem se nutria uma relação de compadrio – isto é, padrinhos ou madrinhas –, além de agregados e escravos.” (DEL PRIORE, 2013, p. 13). A principal obrigação feminina era o casamento, que seria a forma ideal de a mulher constituir uma família e realizar o papel imposto de ser mãe;

Pobre ou rica, a mulher possuía, porém, um papel: fazer o trabalho de base para todo o edifício familiar: educar os filhos segundo os preceitos cristãos, ensinar-lhes as primeiras letras e atividades, cuidar do sustento e da saúde física e espiritual deles, obedecer e ajudar o marido [...] (DEL PRIORE, 2013, p.13).

Nessas condições, podemos afirmar que a mulher branca e de classe abastada, apesar de sua condição, também era oprimida. A ela eram atribuídas características dóceis e frágeis para que ficasse em casa ou, se saísse, tivesse seus passos vigiados pelo homem. Já a mulher negra, a mulata e a indígena eram atribuídas características que as ligassem a força de trabalho ou a servidão sexual, sendo estas vítimas do preconceito duplamente: devido ao machismo e ao racismo. Segundo Del Priore (2013, p.36): “os gestos mais diretos e a linguagem mais chula eram reservados a negras escravas e forras ou mulatas, às brancas se direcionavam galanteios e palavras amorosas”.

No Ceará, o reconhecimento da mulher e de sua atuação parece ter sido desprezada e ter seguido esta mesma dinâmica do patriarcado. Além disso, a invisibilidade das mulheres está relacionada também a algumas particularidades do local. A respeito dessa questão, em entrevista, a autora Esmeralda (2012, TV O POVO) afirma:

Nós podemos dizer que o Ceará não foi inventado para as mulheres... Ele foi inventado para homens, porque fomos construindo no Ceará, assim como no Nordeste, uma ordem que se pautava no patriarcado, que se pautava na produção material do latifúndio, da agricultura, mas

principalmente voltada para a produção da cera, do algodão, de carnaúba, couro, gado...

Como exemplo, temos uma importante figura no cenário cearense: Francisco José do Nascimento ficou conhecido como o Dragão do Mar e se tornou referência no movimento abolicionista do estado. Esse reconhecimento, contudo, não se estendeu da mesma forma às mulheres que também estiveram presentes na mesma luta. Relatos históricos a respeito da participação política feminina são escassos e, geralmente, limitam-se há poucos registros e estudos breves sobre o assunto.

As autoras Bandeira e Melo (2010) enfatizam que em todas as regiões do país<sup>13</sup> existiam mulheres lutando pelas causas abolicionistas. Em 1882, a Sociedade das Senhoras Libertadoras Cearenses foi composta exclusivamente por mulheres que apoiavam o fim do trabalho escravo antes mesmo da Lei Áurea, mas não teve o mesmo destaque que os homens abolicionistas do período. Maria Tomásia Figueira Lima (1826-1902) e Elvira Pinho (1860-1946) foram ativistas marcantes da referida sociedade. De acordo com o Dicionário Mulheres do Brasil (2000), esta última ainda se destacou por ter sido a primeira mulher a ocupar cargo de diretora de escola no Ceará, em 1913.

É importante destacarmos que menos reconhecida ainda são as mulheres negras desta época. A Preta Tia Simoa, mulher negra nascida no Cariri, por exemplo, foi uma líder articuladora da greve dos jangadeiros contra o tráfico negreiro pouco citada nas lutas contra a escravidão.

Além desses nomes, temos ainda no século XIX, Antônia Alves Feitosa, mais conhecida como Jovita Feitosa, que cortou os cabelos e se disfarçou de homem para lutar na Guerra do Paraguai (1864-1869). No entanto, não foi aceita porque na época, somente homens eram aceitos no exército. É importante ressaltar que mulheres que não foram marcantes no espaço público, além de terem ajudado nas conquistas deste espaço, elas estão historicamente presentes na construção da

---

<sup>13</sup> O exemplo cearense se espalhou e em 1884 na cidade de Manaus, na Província do Amazonas, foi criada a associação de mulheres Amazonenses Libertadoras. Fundada por Elisa de Faria Souto, Olímpia Fonseca, Filomena Amorim, mulheres brancas da elite local, que conseguiram empolgar a sociedade e em 30 de março de 1887 a província do Amazonas também libertou seus escravos. Nesta segunda metade dos anos 1880, multiplicaram-se as organizações de mulheres e homens que lutavam pela Abolição e em várias localidades tais como nas cidades de Santos, Rio de Janeiro, São Paulo surgiram organizações que batalhavam pelo fim da escravidão. E as mulheres pela primeira vez apareceram como protagonistas destas ideias. (BANDEIRA; MELO, 2010, p.12)

vida do cotidiano, do privado e há uma invisibilidade de suas atuações como práticas sociais e políticas.

Perrot (2010, p, 185) discorre, sobre esse não reconhecimento das mulheres atuantes, que a história registrada excluiu, tanto em nível de relatos registrados como em nível de fontes sobre os acontecimentos políticos. Além de os instrumentos, tais como livros, arquivos e publicações, utilizados para os registros históricos serem elaboração dos homens, estes também detinham basicamente a exclusividade do texto e do que era considerado público:

[...] o "ofício do historiador" é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutivo. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou "mental", ela fala do homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas -, as mulheres alimentam as crônicas da "pequena" história, meras coadjuvantes da História [...] (PERROT, 2010, p, 185)

Nossa história local também traz as marcas predominantes do masculino, no entanto, foram várias as cearenses que buscaram romper com esse limite estabelecido para elas. Mulheres essas que tiveram uma atuação política importante com ganhos concretos para o Ceará, e especialmente, para Fortaleza. Aldaci Barbosa, por exemplo, foi uma conhecida Assistente Social que atuou no bairro Pirambu durante a década de 1960. Ficou conhecida por sua atuação na Fundação do Serviço Social de Fortaleza e foi a primeira mulher do Ceará a ocupar um cargo público de gestão. Ainda que sua atuação não tivesse rompido com o conservadorismo, ao atuar na organização da comunidade juntamente com representantes da Igreja, a Assistente Social foi pioneira de destaque no cenário do período. De acordo com Jales (2012, p. 115), ela se destacou,

Primeiro, por ter sido a primeira mulher a assumir um cargo de gestão na Prefeitura Municipal de Fortaleza. Segundo, por ter se mantido neste cargo durante dez anos, em um período de política autoritária onde a maioria dos cargos de alto nível era ocupada por homens, prevalecendo o modelo masculino de gestão.

Assim como Aldaci Barbosa, Luíza Távora foi destaque no cenário político da capital cearense, principalmente quando o seu marido, Virgílio Távora, foi eleito duas vezes para prefeito de Fortaleza. Medeiros (2012, p.169) afirma que, mesmo com as contradições que permearam as ações de Luíza Távora na área social

marcadas pelo assistencialismo, “esta primeira-dama deixou os fundamentos do que mais tarde se tornariam ações de políticas públicas voltadas para a pobreza”.

Um maior reconhecimento da atuação e participação política feminina em Fortaleza ocorre a partir da segunda metade século XX, pós 1960, com o avanço do movimento feminista no país e com as resistências contra a ditadura militar.

Esmeralda (1998, p.48) destaca que nesse período há uma maior articulação das mulheres do estado: “A primeira iniciativa de agregar as mulheres cearenses num movimento partiu de mulheres remanescentes de partidos de esquerda que conseguiram sobreviver (mesmo clandestinamente) às forças repressivas da ditadura militar”.

Após a Ditadura Militar, a primeira mulher a ser eleita por voto direto foi a Assistente Social Maria Luiza Fontenele, que na época pertencia ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi também a primeira mulher eleita prefeita em uma capital do Brasil, tendo governado entre os anos 1986 e 1989. Seu governo foi marcado pela postura de diálogo e aproximação com os movimentos populares, o que incomodou profundamente as elites políticas, sofrendo, com isso, ataques permanentes dos políticos de seu tempo. A ex-prefeita é citada por algumas entrevistadas desta pesquisa, quando as mesmas falam da participação das mulheres na política:

[Como foi a remoção que a senhora sofreu?] Olha, quando a gente montou os barracos, isso em 91 ou 92, lá no terreno ocupado, a polícia ou os guardas da prefeitura chegaram e derrubaram tudo! Depois a Maria Luiza veio, perguntou se a gente tinha coragem de ficar e se a gente queria montar tudo de novo, acho que na época ela era deputada federal... Depois veio a Rosa da Fonseca, eu acho que ela era vereadora. Aí pronto, elas trouxeram mais uma turma pra ajudar a gente, aí demorou pouco tempo, uma semana, duas no máximo, a gente levantou de novo. A polícia não derrubou porque a prefeitura tirou eles de lá... Porque assim deu reportagem, aí queimou o filme da prefeitura, teve uma repercussão grande! (Adelaide)

Aqui em Fortaleza, teve antes da Luizianne, outra prefeita mulher. Foi a Maria Luísa. O governo da Maria Luísa só não foi melhor porque ela teve muitas dificuldades, era gente demais contra ela! Inclusive as verbas não passavam por ela! O dinheiro não era passado para ela e sim para o governador... (Maria de Jesus)

Atualmente, Maria Luíza faz parte do grupo Crítica Radical de Fortaleza, atuante em greves e manifestações da cidade. Assim, como a ex-prefeita, a ex-vereadora Rosa da Fonseca pertence ao grupo, fundado em 1973 por elas e outros integrantes.

No cenário político, outra mulher que surgiu com força foi Luizianne Lins, eleita duas vezes prefeita de Fortaleza. Seu governo também foi perseguido fortemente pelas elites locais e pela câmara, além de não ter contado com o apoio do próprio partido durante alguns momentos dessas candidaturas. Moraes (2004, p.1) destaca:

Outra mulher eleita prefeita ocorreu somente no ano de 2004, quase vinte anos depois, o PT, com uma mulher, novamente era o vitorioso nas eleições para a prefeitura de Fortaleza, com a candidata enfrentando os mais diversos setores do establishment político, econômico e social, a força da burocracia do seu próprio partido e as atitudes desencorajadoras do governo federal.

Além da petista, outra mulher que se destacou nos anos 2000 não só pela atuação, mas por representar a demanda pelo fim da violência contra a mulher, já trazida pelo movimento feminista há décadas, foi a farmacêutica Maria da Penha. Esta mulher, após sofrer um atentado do seu marido, luta duramente para condenação do agressor, que a deixou paraplégica. Maria da Penha hoje é o nome dado à lei sancionada em 2006, que criminaliza a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Evidenciamos neste tópico, alguns relatos de exemplos de mulheres cearenses que conquistaram os espaços públicos e se destacaram no cenário cearense, à revelia da ordem econômica, social e política instituída por homens e contrária à atuação feminina fora do lar. Dessa forma, explicitamos a participação dessas mulheres na definição dos espaços. Dessas mulheres que marcaram a nossa história. Procuramos na próxima seção (re)construir a história do bairro da Serrinha, de sua organização e estrutura, tendo como centro a atuação social e política das mulheres, numa perspectiva de negação à invisibilidade que predomina no cenário feminino.

### 3 DE FAZENDAS A BAIRRO DISPUTADO: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA SERRINHA

Na revista da Prefeitura Municipal de Fortaleza, a Serrinha é apresentada da seguinte forma: “Localiza-se na zona central da capital, sendo um bairro tipicamente residencial, mas com muita presença do comércio. Antigamente também foi marcado pela presença de muitas indústrias.” Adelaide, moradora do bairro há 26 anos, explica sobre a localização privilegiada do bairro, que dá acesso fácil aos demais locais de Fortaleza:

As pessoas nunca entenderam por que fiquei feliz em ter uma casa própria nesse bairro, mas eu acho aqui uma localização ótima, excelente! Se eu quiser ir para Centro vou pelo terminal, pela Bernardo Manuel, pelo aeroporto, tem N opções. (Adelaide)

**Figura 1 – Bairro Serrinha e vizinhos**



Fonte: Google maps

A localização central do bairro foi um dos motivos pelos quais o local, desde quando começou a ser ocupado, já era um espaço de disputa entre os diversos sujeitos.

A história da Serrinha se liga a essas demandas que vem de fora da referida localização e influenciam a vida dos sujeitos moradores e das relações sociais formadas no espaço. Tendo como referência os relatos de memórias de moradores antigos a respeito do início da história da Serrinha, o bairro tem como

marco as duas primeiras décadas do século XX, quando são delimitados os primeiros loteamentos do local. Anos depois, ocorre a construção de uma Base Aérea, no ano 1942, onde se encontra até hoje, como o novo Aeroporto Pinto Martins. Inês, integrante de uma das famílias removidas do espaço para o surgimento da Base Aérea, conta:

Isso da Base Aérea foi antes de eu nascer, em 1940 e pouco... Houve uma indenização que foi uma merreca, e meu avô foi morar lá na comunidade Nossa Senhora das Graças, que não chamava ainda Nossa Senhora das Graças, era lá no Pirambú mesmo. Depois, eu não sei como, minha família não me contou, ele retomou o terreno dele, e ficou bem grande... O terreno dele ia desde aqui da capelinha até o Angar, o aeroporto antigo. Aí quando eu vim pra cá em 1960, 1970 foi que eu vi o terreno, que era enorme, da família. (Inês)

Antes das transformações trazidas pela Base Aérea e pelos loteamentos, esse local era conhecido pelas matas, pelas lagoas e pelos sítios em seu espaço, chamava-se Dendê. O nome Serrinha se deu devido aos aspectos físicos naturais da região: havia montes de terra vermelha, açudes e piçarra, onde se encontravam essas saliências de barro vermelho em seu relevo formando um serrote.

A área que hoje é a Serrinha consistiu, na sua formação inicial, em fazendas, várias de lagoas e áreas de vegetação não cultivadas em predominância. As poucas áreas cultivadas eram para a subsistência:

Meus pais ainda criaram uma granja aqui, nessa mesma casa, que antes era uma fazenda. Ai criavam galinhas, papai gostava de criar porque o terreno era grande. Era uma fazenda mesmo, tinha fazenda, poço, sítio, tinha banana, goiaba, caju, só não tinha maça... (Socorro)

Os avós da entrevistada Inês, Sr. Euzébio de Souza Monteiro e a Sra. Rosa de Oliveira Monteiro, por exemplo, são considerados uns dos primeiros moradores do bairro. Era na fazenda de propriedade do casal que havia esses moinhos de piçarra, conforme relata a filha de Euzébio e Rosa:

[...] nessas terras compradas por meu pai tinha uma lagoa muito grande, ao lado da lagoa tinha um serrote, uma elevação de terra muito alta com uma imensa mata fechada (um serrado) e devido esta elevação de terra, o Serrote, meu pai passou a chamar de 'Serrinha' as terras dele [...]<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Relato colhido dos documentos da própria comunidade

A lagoa da Rosinha, também localizada no bairro, teve este nome em referência à senhora já citada. Conta-se que Dona Rosinha permitia que os moradores vizinhos à sua propriedade utilizassem a lagoa para caça e banho quando quisessem. Além desta, na Serrinha também havia a Lagoa da Base Aérea ou Lagoa de Itaoca, a Lagoa do Quincas Félix e a Lagoa da Itaperaoba. Dentre todas essas características do espaço natural de origem do bairro, apenas este último existe; é praticamente o único manancial atual do bairro e serrotes não são mais identificados ali.

A inexistência dessas características naturais da Serrinha revela o processo de exploração da natureza pelo homem sob o modelo econômico vigente. Segundo Mészáros (2002), o sistema de capital é destrutivo, incontrolável e sem limite. Assim, observamos um processo de (de)formação do próprio espaço físico do bairro, que vai perdendo os aspectos naturais e tornando-se um espaço com marcas destrutivas e socialmente postas.

Antes de ser reconhecida como bairro, a Serrinha foi distrito da Parangaba, município do Ceará até 1921, quando foi incorporada à Fortaleza. A década de 1940 foi marcada pela ocupação das terras e pelo crescimento urbano no bairro. Este se tornou mais significativo na década de 1960, quando uma imobiliária fez um loteamento no local, e a região começou a ser povoada.

A construção da Base Aérea em 1942 fazia parte de um processo mais amplo de desenvolvimento econômico do país vinculado a um contexto internacional, quando são criadas condições favoráveis de infraestrutura para a expansão do capitalismo e a criação de novos mercados para o capital internacional das multinacionais.

Essa dinâmica afetou diretamente os moradores de diversos bairros de Fortaleza. Destacamos, por exemplo, que este fato estava relacionado com o ataque de Pearl Harbor, em 1941. Neste período, os Estados Unidos colocaram-se a favor dos Aliados (Inglaterra e União Soviética) e contra o eixo (Alemanha, Japão e Itália) e entram na Segunda Guerra, passando a implantar bases militares em algumas cidades litorâneas do Norte e Nordeste do Brasil, como Natal, Salvador e Fortaleza. Essas escolhas foram feitas por considerarem locais estratégicos para que os países das forças Aliadas tivessem um caminho mais curto da Europa para a África.

Nesse período, a capital cearense abrigou duas bases aéreas em seu solo: a Base Aérea de Fortaleza, construída em 1941 e conhecida como Base do

Pici, que apresentava problemas de pouso e decolagem para os aviões; e a Base Aérea do Cocorote, com a construção iniciada em 1942 e finalizada no ano seguinte, compreendendo locais que hoje são os bairros da Serrinha, Aerolândia, Alto da Balança, Dias Macedo, Montese e Vila União (MACIEL, 2010).

Assim, observamos que os moradores desses bairros foram diretamente atingidos pelas obras que ocorreram desde o período da 2ª Guerra Mundial. Discorrendo sobre esta questão, Maciel (2010, p. 61) afirma que

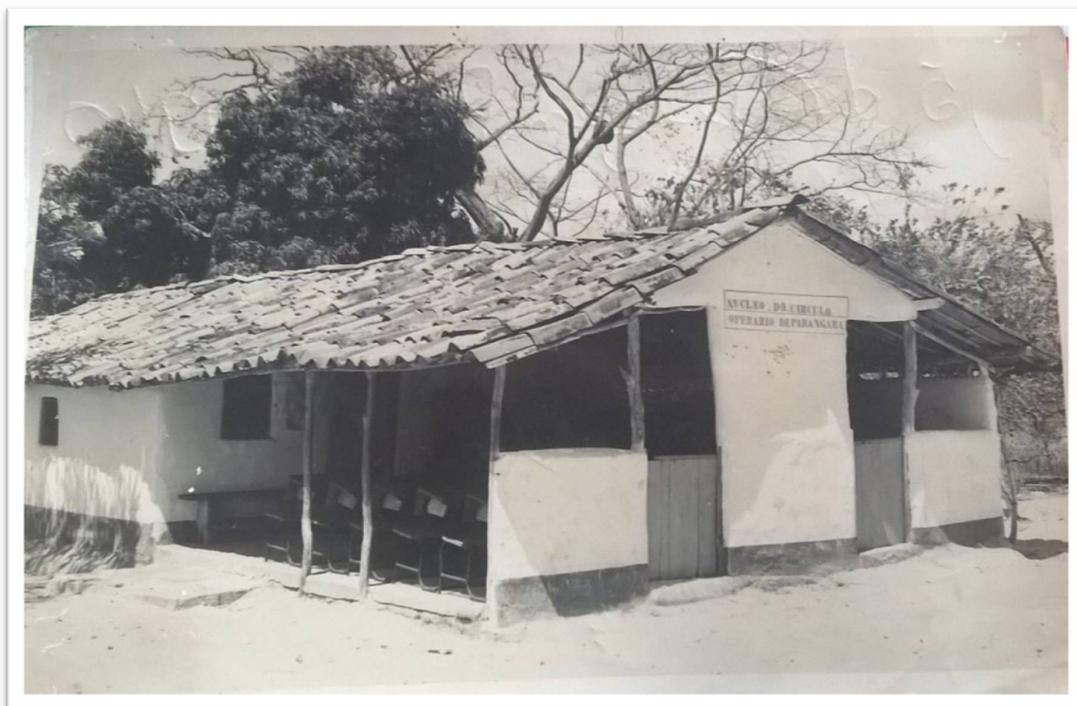
[...] as mudanças provocadas pelo aeroporto ao longo dos anos, atravessando gerações, estavam relacionadas às perdas das suas terras. A presença estrangeira é interpretada como o início dos deslocamentos por que passam e de um poder que impõe e que “toma” as referências culturais desses moradores [...]

Ainda de acordo com Maciel (2010), o aparecimento dessas construções e dos estrangeiros, principalmente dos norte-americanos, nesses bairros traziam mudanças nos modos de vidas dos moradores e alterações na forma urbana dos locais, seja devido às desapropriações a que as famílias do bairro foram submetidas para as terras serem utilizadas pelas novas obras.

A década de 1940 foi um marco para o bairro também porque nesse período os que ali residiam começaram a se organizar coletivamente em prol da educação. A primeira escola do bairro surgiu pela iniciativa dos próprios moradores, como expõe a interlocutora:

Um senhor daqui do bairro que tinha uma mercearia, o seu Miguel cedeu um espaço para a escola, que ficou conhecida como Escola São Pedro. Aí, minha mãe [Heloísa Ferreira Lima] foi a primeira professora, ajudou a fundar essa escolinha, começou a dar aula sem receber nada. Ela era voluntária... (Ana Lúcia)

**Figura 2 - Foto tirada no dia 15 de novembro de 1940. A 1ª escola da Serrinha chamou-se Escola São Pedro e o espaço pertencia ao Núcleo do Círculo Operário da Parangaba (escrito na parede)**



Fonte: acervo pessoal de Ana Lúcia Ferreira

A escola São Pedro foi financiada, principalmente, pelo Círculo Operário da Parangaba:

Tinham cinco operários que faziam parte desse círculo da Parangaba, que hoje ainda existe na Parangaba mas não existe mais aqui na Serrinha... A escolinha era mantida pelos cinco operários, eles é quem pagavam as mensalidades. O círculo atuava assim: davam perfume... aqui no bairro era escola, ele, por exemplo, seu filho estudava lá e você tinha direito ao perfume, quando morresse tinha direito ao enterro. (Ana Lúcia)

As primeiras conhecidas ações coletivas para as melhorias do bairro datam desse período. Ainda com essas iniciativas que buscavam por direitos para a população, a Serrinha sofria com o descaso do Estado. Assim, as expressões da questão social se aprofundavam em determinados momentos. Em períodos de seca, por exemplo, aumentava a pobreza, a exploração dos trabalhadores do bairro, e as ações das autoridades não eram suficientes.

Na década seguinte, 1950, quando o bairro ainda era predominantemente rural, havia fazendas e muitos moradores trabalhadores rurais foram afetados pela seca de 1958, aprofundando os reatamentos da questão social no bairro. Para Nobre (2014), foi somente a partir de 1877 que a seca se constituiu como uma expressão da questão social.

Esse fenômeno climático tornou-se um problema público quando os sertanejos começaram a reagir diante da miséria, e o Estado passou a intervir na problemática. Inicialmente, essas respostas eram ações pontuais, no entanto revelavam, em parte, a força da resistência dos trabalhadores, o que caracterizava uma das manifestações da questão social. Na tentativa de amenizar os problemas enfrentados pela população atingida pela seca, o Estado e a classe dominante se atentaram à tal problemática com medidas provisórias essencialmente de controle:

O argumento das elites urbanas era o de que, dessa forma, se coíbiam o ócio, a mendicância e outros vícios danosos à sociedade. Esta prática gerou, de fato, um baixo custo para o Estado, a tal ponto que muitas vezes não precisava ter sequer dispêndio com salários, cabendo-lhe suprir esses trabalhadores apenas com alimentação e vestuário (NOBRE, 2014, p. 94).

Essa forma de tratar a população que sofria com a seca é relatada por Raimundo Mota<sup>15</sup>, 70 anos de idade, que chegou à Serrinha quando era criança. Ele conta como a problemática chegou para os moradores do bairro e como a prefeitura agia ao oferecer algum trabalho, com o pagamento dos trabalhadores por meio de alimentação:

Eu alcancei a seca de 1958 aqui na Serrinha, eu tinha 13 anos. Eu ficava ali perto das construções para ganhar qualquer coisa, qualquer trocado... Nessa época, criavam uma frente de serviço, né? A gente fazia qualquer coisa para ganhar um trocado, rapadura... Na seca de 58, o serviço foi exatamente para colocar piçarra, começaram a colocar piçarra lá da Igreja da Messejana para cá, na Dedé Brasil. Aí para trabalhar lá, você ganhava 1kg de jabá, era aquela carne do sul, salgada para caramba, ou um litro de farinha, de madeira mesmo. Menino, quando chegava em casa era uma felicidade medonha. Aí chegava em casa não tinha negócio de botar a carne de molho não... Era a sobrevivência que tinha era essa aí. (Raimundo Mota)

---

<sup>15</sup> Durante uma entrevista que realizávamos com as mulheres da diretoria da AMORBASE, o Senhor Raimundo compareceu ao espaço da Associação e, por acaso, quando uma das entrevistas citou a seca, este começou a dar seu depoimento também a respeito do assunto.

A obra a que o entrevistado cita é a da Avenida Dedé Brasil<sup>16</sup>, conhecida por ser a primeira grande estrada da Serrinha, cujo início de construção foi em junho de 1956. Nesse período, mesmo com maior povoamento e o crescimento urbano de Fortaleza mais significativo, a Serrinha não era ainda um bairro densamente populoso, nem com uma infraestrutura mínima. A vegetação se fazia presente em parte significativa dos espaços e, geralmente, as casas eram distantes umas das outras, como afirmam as entrevistadas:

Na minha época já não era como hoje, mas na época da minha mãe é que não tinha gente mesmo. Mamãe dizia que eram poucas pessoas que moravam aqui... Moravam nos sítios, depois vieram os poucos moradores para as ruas de terra, que não tinha calçada, nem iluminação, nem saneamento, nem nada... (Inês)

Aqui desse lado só era essa nossa casa, e tudo era mato. Ônibus, "ave maria", não passava nenhum ônibus na época, nunca passou, só naquela pista ali. Serrinha mesmo, aquela serrinha de índio. Era carência muito grande. Aí depois de um tempo começou a aparecer aquelas casinhas de taipa, aí começou a surgir mais delas... cada casa era estendida com muitas crianças. Quando papai colocou luz e televisão, era novidade! As crianças começaram a vim assistir televisão aqui, enchia de menino aqui em casa (Socorro Reis)

Pelo relato de Socorro, que chegou ao bairro na década de 1960, quando tinha 17 anos de idade, notamos que a televisão era um eletrodoméstico raro na casa dos moradores da época, na maioria das vezes, marcados pela pobreza e pela carência de infraestrutura, demonstrada na fala da entrevistada pela falta de luz e equipamentos básicos e pelas casas de taipa que eram as moradias mais comuns. Maria das Dores compara a situação dos moradores da Serrinha em relação à pobreza na década de 1960, quando ela chegou ao bairro, ao período atual:

Acho que a Serrinha agora está até melhor, antes era pior, era tanta gente pedindo comida, principalmente em tempo de seca... tanta criança passando fome, atrás de leite, meu esposo dava, a gente comprava o leite. Mas hoje em dia, eu fazendo as visita por aí, a gente encontra aqui acolá, ainda tem, mas menos que antes. (Maria das Dores)

---

<sup>16</sup> 1956 - junho - 06 - O Diário Oficial do Município - Diom nº 949, publicou o texto da Lei municipal nº 1.050, que por proposta do vereador Miguel Ivon Ribeiro denomina de Avenida José Braga Brasil (Avenida Dedé Brasil), a estrada da Serrinha, que une Parangaba à estrada de Messejana. O nome da Avenida é uma homenagem a José Braga Brasil, conhecido por Dedé Brasil, que foi sub-prefeito de Parangaba e residiu muitos anos naquela via.

Como afirmado acima, a questão social se aprofundava em períodos de seca. Era comum pessoas que moravam no interior se mudando para a capital por diferentes motivos, seja fugindo da seca, mesmo que esta também afetasse a Serrinha, seja por acreditarem que em Fortaleza teriam uma melhor qualidade de vida:

Quando cheguei aqui [*Comunidade Garibaldi*], em setenta e dois [1972], tinha bem menos gente... mas tinha gente de todo canto... de interior e tudo. Eu mesma sou de Palmácia... (Cida)

A mamãe [*Heloísa Ferreira Lima*], que é a professora que deu o nome a rua aí ao lado, veio para cá bem novinha, criancinha... Meus avós vieram do interior pra cá mais pra poder dar estudo e profissão aos filhos (Ana Lúcia)

Ainda hoje, a Serrinha é um bairro destino para os cearenses do interior que buscam moradia na capital. De acordo com os dados do IBGE, 16.435 residentes da Serrinha não nasceram em Fortaleza. A pesquisa, no entanto, não traz a origem do imigrante. Porém, em 1995, quando foram removidos habitantes do bairro para a construção do Aeroporto de Fortaleza, 54% deles, de acordo com os dados de Maciel (2010), eram de cidades do interior do Estado e, a maioria deles, de Quixadá e Baturité. Era frequente também que pessoas sem moradia fossem morar nos bairros em formação, nos quais havia muito terreno não ocupados por seus proprietários e terrenos públicos desocupados também. Dorinha, que se mudou para o bairro em 1965, afirma sobre o período:

Logo quando nós chegamos não tinha ninguém, aí começou no Garibalde, aí o primeiro que construiu lá foi um preso, que fugiu. Ele fez a casa lá, aí o dono veio pra botar pra fora, aí ele saiu correndo.(Dorinha)

Ainda no mesmo período, no ano de 1965, a primeira entidade comunitária do bairro é criada: o Conselho Comunitário do Bairro Serrinha (COMBASE), ligado às Ligas Operárias da Igreja Católica da Parangaba. A década de 1970 foi marcada pela chegada de mais moradores no local. Segundo Cardoso (2013, p.61):

O processo de adensamento populacional do bairro Serrinha só tornou-se mais visível a partir da década de 1970, quando toda sua área constituinte já se encontrava dividida em loteamentos [...] As áreas livres, abundantes até a década de 1970, com muitos campos de futebol e árvores frutíferas, hoje são quase inexistentes, pois o bairro é muito adensado, em

decorrência de ocupações desordenadas, sem um planejamento urbano que prime pela qualidade de vida do(a)s moradore(a)s e respeito ao ambiente.

É nesse mesmo período, mais precisamente no ano de 1975, que a Universidade Estadual do Ceará passa a ter na Serrinha o *Campus* do Itaperi, onde já existia a Faculdade de Veterinária do Ceará. Sendo reconhecidamente um espaço que muito valorizou o bairro, o *Campus* Universitário trouxe modificações ao cotidiano dos moradores, inclusive no acesso a serviços de transporte. A fala da entrevistada Eliane Batista, nascida na Serrinha e ainda atual moradora do bairro, relata a precoce relação entre a comunidade e a Universidade:

Não tinha água aqui e tinha uma torneira na UECE... A gente ia pegar água lá e a fila era enorme! Isso na década de 70 para 80. Eu ia também para Uece para apanhar o ônibus lá, eu lembro que apanhava o ônibus da Uece junto com os estudantes da veterinária, porque ônibus que passava na Serrinha mesmo não tinha, o que tinha era perto do castelão e só um de manhã, de tarde e de noite. Nas décadas anteriores, as décadas de 50 e 60, nem passava ônibus aqui, na minha época, pelo menos, os moradores usavam os ônibus da Uece (Eliane Batista)

Até a década de 1980, a população da Serrinha ainda não tinha acesso aos serviços básicos, como energia, água ou algum tipo de saneamento básico. Essa situação se modificou durante a década de 1980 e nas subsequentes, em grande parte, em função das lutas sociais iniciadas pelos moradores do bairro, com uma participação significativa das mulheres, demandando melhorias para o bairro e protagonizando as conquistas alcançadas. Vejamos como foi se dando este processo.

Em 1981, é criada a AMORBASE, que até hoje funciona e realiza diversas atividades em prol do bairro. A moradora Dorinha explica sobre a criação da Associação:

Antes de [19]80, já tinha um grupo que se reunia pelas coisas do bairro, já tinha a professora Heloísa também... A gente começou a fazer encontro. A nossa reunião tinha muita gente, a gente fazia na minha casa, na casa de um, na casa de outro. Acho que tinha mais participação de mulher porque a mulher ela se preocupa mais com o bem estar da família, homem é mais assim, sei lá, diz que é besteira, poucos homens participavam, poucos, as mulher era mais ativa, ela lutava mais pelo que ela deseja, pelas melhorias. (Dorinha)

O morador Ademar cita qual a primeira conquista da Associação:

Agora só com relação ao início da associação tem a questão do lixo. Foram grandes conquistas da AMORBASE, mas a primeira conquista, no início, já em 1981 já, foi a coleta aqui para a Serrinha. Ou seja, o bairro não estava inserido na coleta de lixo da cidade e aconteceu um fato: tinha um muro da base aérea como tem hoje a avenida Carlos Jereissati, só que naquele tempo não tinha avenida aí o muro era mais pra cá, aí o pessoal da comunidade tinha que se desfazer desse lixo. Então, aí algumas pessoas jogavam lá ou jogavam encostado no muro aí a base colocou vários panfletos escritos ameaçando as pessoas. Nesse momento, a AMORBASE aproveitou essas ameaças e conversou com a própria prefeitura pra que a Serrinha fosse inserido a coleta de lixo e aconteceu . Isso foi uma vitória! (Ademar)

Outras vitórias ocorreram advindas da luta das mulheres por uma melhor infraestrutura urbana na Serrinha. Até a década de 1990, não tinha sinalização de trânsito em várias ruas movimentadas, o que causava constantemente acidentes no bairro. Diante do contexto, um grupo de moradores do local, que passou a ser denominado de GIS (Grupo Independente da Serrinha), passou a reivindicar que a prefeitura tomasse medidas. Maria de Jesus, entrevistada desse estudo e uma das fundadoras do GIS, explica como ocorreu essa luta:

Foi pela gente, pelo grupo GIS, que os sinais de trânsito chegaram aqui. Isso da Dedé Brasil até a Bernardo Emanuel. A gente fazia o movimento barra pesada mesmo! Quando os carros batiam numa pessoa, matavam alguém... a gente fazia um mil e um movimento. A questão é que tinha um Centro dos Idosos perto, o CRAS, né!? E os idosos que viviam indo para lá fazer as atividades, não conseguiam atravessar as ruas, toda semana faltavam ser atropelados. Depois nós fizemos um movimento mais sério, organizamos e fizemos um levantamento para todos os órgãos. Com isso, veio o pessoal da AMC fizeram também um levantamento, e nós conseguimos sinalização. (Maria de Jesus)

Dito isto, a luta desenvolvida nas cidades perpassa a luta por melhores condições de vida para seus moradores, como a fala da interlocutora expressa ao denunciar a necessidade de segurança nas ruas da Serrinha. Neste período, a Serrinha se torna mais visada pelos grandes investimentos devido a sua localização estratégica na cidade de Fortaleza.

Reconhecemos, no ano de 1993, a construção do Terminal da Parangaba que permite a conexão de diversos ônibus para diversas áreas da cidade, permitindo o transporte público à classe trabalhadora. Além do terminal, destacamos a

construção do Aeroporto Pinto Martins, configurando-se em uma grande obra a atender as necessidades do setor turístico e do comércio. Com a chegada do Aeroporto, por exemplo, e com a abertura de novas avenidas, grandes negócios se realizam por meio de violações de direito dos moradores.

Atualmente, de acordo com os dados da PMF, os equipamentos públicos voltados para a saúde existentes no bairro são: a Unidade Básica de Atenção à Saúde da Família Luís Albuquerque Mendes e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Dr. Haroldo Juaçaba. Algumas entrevistadas citam a insuficiência nos equipamentos públicos para atender a demanda da população:

O posto do bairro aqui quase que não dá conta da gente, porque passa num sei quantos tempo sem remédio. Chega um remédio num dia e quando a pessoa vai lá num tem mais. As vezes quando tem um médico que é bom, aí num instante tratam de tirar ele do posto e transferem para outro canto. O Crass, precisa nem falar, é longe, é no Itaperi! Agora tem a UPA, né!?... Com essas duas UPA, a do Itaperi e a do Zé Walter ficou um pouco melhor. Agora tudo no mundo o pessoal corre logo pra UPA. Lá a gente é consultada, examinada e se não der pra resolver lá eles mandam pra outro canto. (Maria Aparecida)

Não tem um posto de saúde localizado aqui na Serrinha. Ele fica lá no alto da coruja, lá... E é longe para ir, o que eu queria era que tivesse um posto de saúde aqui, nessa bola aqui que é a Serrinha, para o povo não ter mais que ir daqui pra lá. (Maria Aparecida)

O que tem aqui da prefeitura não dá vencimento não! Tá com mais de ano que eu compro remédio de pressão, e meu marido também compra o dele! As vezes não tem é de jeito nenhum... É difícil minha filha. Às vezes, quando eu chego lá no posto, a menina que trabalha lá diz que tinha, mas quando a gente chega acaba logo! É muita gente doente, aí não tem condições, né!? E quando precisa de um exame é do mesmo jeito! A gente tem que pagar se for esperar pelo SUS, a gente morre! (Maria Teixeira)

De instituição municipal, também há no bairro a Secretaria Executiva Regional (SER IV) e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS Serrinha). Além disso, segundo o site da PMF, há sete praças e três campos de futebol na Serrinha. Durante a nossa pesquisa de campo, com a nossa participação nas reuniões dos moradores do bairro realizadas para desenvolver esse estudo, constatamos que tais informações oficiais se alteraram, uma vez que só a praça da Cruz Grandes está em condições de ser utilizada pelo bairro, visto que as demais se deterioraram por falta de manutenção. Além disso, identificamos também que a falta de campos de futebol adequados para uso da população:

Olha, a questão das praças e dos campos hoje aqui na Serrinha está ligada à questão de esporte aqui no bairro. Aqui sempre teve um movimento muito forte, hoje tá mais franco, mas muita gente ainda tá aí. Ainda existe uma escolinha, que mantém e faz campeonato. Eu e mais um grupo brigamos pelo terreno apropriado para o campo faz tempo. Então, qual é nosso maior interesse? Zelar pelos terrenos, áreas de instituição pública. No caso desse terreno, para o campo, ele é de instituição pública, que é pra construir praça, escola, área de lazer... Resumindo, nós temos interesse de que? Que essas áreas continuassem a permanecer públicas (Navegantes)

A narradora diz se inserir em projetos sociais para promover o esporte como uma forma de afastar os jovens da criminalidade:

Então, a gente tá tentando levar a questão da cultura do esporte pra vê se melhora a vida dos moradores! Temos campeonato, todas as datas comemorativas a gente leva o movimento pro campo e para que? O cara vem jogar, traz a mulher e o filho, a mulher traz mais duas amigas, as amigas trazem o avô, a avô. É para comunidade, em geral, se inserir nessa questão. E nesse campeonato, a gente vai impondo regra e os jogadores vão atendendo. A gente vai impor regras, e condições dentro do esporte pra criar um hábito. [*Que tipo de regras?*] Por exemplo, não pode jogar embriagado, está sob uso de alguma coisa, não pode brigar. Aí nós já vamos, aos poucos, mudando alguma coisa. Nós vamos mudar tudo? Não, mas nós já atingimos algumas pessoas. A gente faz isso para ter uma cultura de paz aqui na Serrinha. (Navegantes)

Outro aspecto narrado é o preconceito que os moradores do bairro sofrem. Pela fala seguinte da moradora Maria das Dores, analisamos a imagem negativa que acompanhou a história da Serrinha, mesmo quando esta ainda não tinha se constituído como bairro propriamente dito:

Só tinha um ônibus aqui, Serrinha o nome desse ônibus, o pessoal jogava até pedra no ônibus porque o pessoal dizia que era gente macumbeira, porque ninguém sabia quem morava praulá, a gente ficava isolado... (Maria das Dores)

Nessa questão, podemos também abordar a imagem pela qual bairros periféricos passam. É frequente que estes sejam representados como locais onde o que existe é uma violência desenfreada ou aspectos considerados negativos. Os demais habitantes da cidade passam a associar os pobres e os que moram em favelas ao crime, o que faz com que os moradores de periferia vivam “o mais revelador da segregação e fragmentação características da dinâmica atual das

idades” (PRANDO, 2013, p.61). Assim, esses moradores se veem, mesmo fora dos seus locais de moradias, estigmatizados e tendo oportunidades limitadas pela sociedade no geral. As opiniões das interlocutoras sobre a violência urbana e a Serrinha merecem destaque:

Eu não sei se é só a Serrinha que é um bairro mal visto. O que eu sei é que todos os bairros que não são ricos hoje são mal visto. O Bom Jardim? É mal visto! O Pirambu? É mal visto por todo mundo também... A Serrinha tá no meio deles! Você vez ou outra vê o povo falando aqui... Na TV, por exemplo, eu vejo muito programa... Gosto muito de ver programa policial, as vezes minha família diz pra eu não assistir muito isso, mas mesmo assim eu assisto, gosto. Passa muita coisa sobre a Serrinha e me incomoda porque nunca vi coisa boa, só passa os roubos, os crimes... Só passa essas coisas sobre a Serrinha (Maria Amaral)

Olha, quando eu vejo os problemas aqui da Serrinha, eu penso: violência tem em todo canto, né!? As vezes a pessoa de bairro mais rico bota cerca elétrica, tanta câmara e é roubada do mesmo jeito, mas acho que em bairro como o nosso isso é mostrado mais. (Maria de Lourdes)

Podemos relacionar também a essa questão a fala de outras entrevistadas sobre as instituições vizinhas do bairro, como a UECE e o Aeroporto Internacional Pinto Martins, que, ainda assim, não servem para facilitar as condições de vida dos moradores:

Se eu acho que a Serrinha sofre preconceito? Eu acho que sim, eu vejo isso quando os moradores tentam entrar em algum canto, mesmo sendo público, e é tanta dificuldade! [*Que tipo de canto?*] A Uece, por exemplo. O aeroporto é igual a Universidade, não tem serventia para a gente... Antes, os velhos daqui do bairro iam pegar aposentadoria lá no banco do aeroporto, os moradores em geral, né!? Aí começaram a impedir, a gente foi reclamar e eles disseram que não dava certo tanto velho e mulher grávida com buchão no banco de lá porque ficava feio para os turistas verem... (Ana Lúcia)

A fala de Maria de Amaral complementa o dito por Ana Lúcia:

Olha, é complicada essa relação Uece e Serrinha... Uma vez eu fui lá, tentei resolver um problema no banco e eles disseram que o banco era para atender só a comunidade acadêmica. É ruim, tendo banco perto, a gente tem que deslocar para longe, pagar passagem... Aí, o povo que não sabe como é em bairro como a Serrinha, diz que a gente quer tudo na frente de casa, e não é! A gente quer uma coisa mais próxima, só. Pra facilitar um pouco a vida do pobre... A nossa vida já é muito difícil, já. É muito corrida, a gente vai daqui e pra acolá atrás de trabalho. Por isso que eu digo: acho

que as mulheres daqui da Serrinha, as de antigamente e hoje também, são pessoas muito batalhadoras. (Maria Amaral)

Posto isto, concordamos com a visão de Prando (2013, p.61), que afirma sobre essa questão:

As imagens hegemônicas da favela, concomitantemente à sua segregação espacial, refletem diretamente no processo de socialização de seus moradores, que sofrem com a falta de relação mais efetiva com o restante da cidade – como se não pertencessem a ela. Esse preconceito vivido pelos moradores de favelas recai em práticas e instituições socializadoras, que acabam por ter de exercer a mediação entre a simbologia dos demais bairros da cidade e da favela, incitando um conjunto de valores e normas que define diferentes tipos de capital social que, por sua vez, permitem ou não a interação em meios distintos.

A situação se agrava ainda mais na periferia das cidades e, portanto, na Serrinha, quando observamos a dinâmica posta nas últimas décadas com a concepção do papel das cidades no circuito do capital, como espaço de reprodução e ampliação do modo de produção vigente.

Desde 2012, a Serrinha também passou a ser vizinha de um dos principais terminais de integração do Metrô de Fortaleza (Metrofor), que transporta diariamente milhares de pessoas. Entendemos Isso como um elemento positivo para as populações dos bairros periféricos, já que há o investimento nos transportes públicos de qualidade para a classe trabalhadora. Embora, juntamente a este fato, ocorra uma valorização da área e sua atração pelo setor imobiliário para gerar lucro ao capital.

Na visita à Serrinha que realizamos dia 27 de janeiro de 2016, fizemos algumas anotações em nosso diário de campo que podem ilustrar como o bairro recebe constantemente investimentos em seu espaço:

Caminhando pelas ruas do bairro, percebemos a grande quantidade de construções em andamento que há no bairro. Em quase todos os quarteirões, havia algum imóvel em construção ou em reforma. Hoje, a caminho da ACORES, um carro de som anunciava que naquela noite haveria a inauguração de um novo supermercado no bairro. O som do carro era seguido pelos fogos que soltavam para comemorar o novo empreendimento. E entre os dois sons, os comentários dos moradores que estavam sentados na calçada: “Pronto, agora que o resto dos mercadinhos fecham mesmo”; “Para que esses fogos? a gente num tem nada com esse supermercado”; “Vai ser tudo caro, vai ser igual ao Cometa, antes dava até para comprar algo lá, hoje não, depois que o Cometa colocou ar

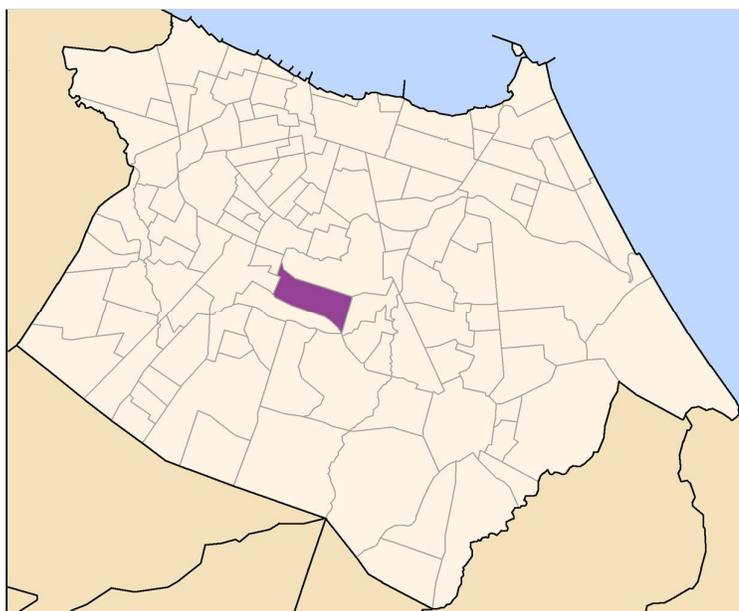
condicionado, cresceu, enricou e a gente deixou de comprar lá”. (Diário de Campo)

Os comentários das pessoas que vivem na Serrinha denunciam um dos grandes problemas sofridos pelos que vivem em periferias de grandes cidades hoje: a intervenção do grande capital, através de corporações, empresas e redes de comércios que estão sempre constantemente se aperfeiçoando com as novas tecnologias e minando os pequenos comércios locais. Assim, nota-se que a Serrinha é um bairro que está sempre em movimento, embora os que ali vivem, muitas vezes se sintam alheios a esse movimento.

Atualmente, a Serrinha faz limite com os bairros Aeroporto, Itapery, Itaoca, Parangaba e Dias Macedo. Faz fronteira ao norte pela Rua Álvares Cabral, ao sul pela Rua Pedro Wilson e Avenida Dedé Brasil, ao leste pela Rua do Fim e a oeste pela Travessa e Rua Peru.

Conforme os dados da Prefeitura Municipal de Fortaleza, o bairro possui uma área de 1,713km<sup>2</sup> e uma população de 28.770 habitantes. De acordo com o censo 2010, a sua população masculina é de 13.823 habitantes, e a população feminina, 14.947. Assim sendo, as mulheres são maiorias no bairro, representando 51.95% da população do local, enquanto os homens representam 48.05%.

**Figura 3 - Mapa de Fortaleza com destaque para o bairro Serrinha**



Fonte: <http://bairroserrinha.com.br/>

A centralidade da Serrinha na cidade é também visível devido às Avenidas dos Expedicionários, Avenida Bernardo Manuel, Avenida Silas Munguba e Avenida Senador Carlos Jereissati. Esta última torna-se um destaque para enfatizarmos como a localidade da Serrinha é um local disputado, já que dá acesso a vários lados da cidade, incluindo áreas consideradas nobres em Fortaleza. Além disso, o bairro também é vizinho do estádio Arena Castelão que, desde os preparativos para a copa das confederações 2013 e para a copa do mundo 2014, passou por processo de investimento concentrado na região, aumentando o interesse dos grupos corporativos privados, conseqüentemente, dos impactos negativos para a população moradora do local.

Maciel, (2010, p.126) analisando o processo de urbanização da Serrinha, destaca a importância das vias terrestres que ampliam as possibilidades de conexões entre as zonas leste e oeste da cidade.

[...] Percorrendo a principal avenida de acesso ao Aeroporto, a avenida Senador Carlos Jereissati, que corta os bairros Serrinha e Dias Macedo, o observador logo identifica algumas diferenças em relação a outras vias de acesso ao Aeroporto. Além de ser a principal delas, a Avenida, como um grande *boulevard*, que se destaca pela extensão, largura e pelo tráfego intenso das demais do “entorno”, é responsável por ligar de forma rápida as zonas leste e oeste, inexistindo qualquer edificação em toda sua extensão. Ao leste, ela segue em direção a outras avenidas de grande fluxo de Fortaleza que conectam o aeroporto aos “bairros nobres”, de onde vêm os segmentos que mais utilizam o Aeroporto para realizar viagens [...]

Essa visão de que a Serrinha é um bairro bem localizado e que dá acesso a vários lados da cidade, passa a representar uma maior integração à cidade, conforme relata a moradora:

A Serrinha... ela é um bairro tão central, porque ela fica muito perto do centro, mas não sei por que toda vida ela teve uma discriminação, o povo dizia pro meu esposo que a gente morava lá no fim do mundo... Já tem tudo, o pessoal já ta de olho, tem o aeroporto, a UECE...” (Maria das Dores)

Os moradores reconhecem que esta infraestrutura contribuiu para a valorização do bairro e a mobilidade de sua população, pois as avenidas passaram a ser vias de tráfego de ônibus coletivos, o que dilui as distâncias centro e periferia. A narração acima demonstra como quem reside na Serrinha, ao mesmo tempo em que

se sente moradora de um bairro “central”, sofre o preconceito por ser ainda reconhecido como um bairro da periferia. Além do mais, é notório para os moradores, de acordo com a fala, que há grupos de fora da região, “o *peessoal*” que parece estar se aproximado do bairro devido ao que este representa na cidade de Fortaleza como possibilidade de ampliação do mercado imobiliário.

### 3.1 QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE; CONCEITOS E DEBATES.

Nosso objeto de estudo é a Serrinha, como espaço urbano de Fortaleza e a participação das mulheres no enfrentamento da questão social. Assim sendo, ao pontuarmos esse bairro como espaço de moradia da classe trabalhadora, observamos que seus equipamentos sociais eram escassos e que foram aos poucos conquistados pela população. Esse território revela a distribuição desigual da riqueza socialmente produzida, condensando nela a manifestação concreta da questão social. Dessa forma, torna-se indispensável destacar que há diferentes definições e visões sobre o que é questão social, embora, segundo Santos (2012), a concepção mais difundida e aceita no Serviço Social seja a de Iamamoto e Carvalho, que, num primeiro momento, colocam o seguinte:

[...] a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão [...] (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983, p.77)

Nesse sentido, a questão social está ligada à reprodução do capital, em que há uma constante exploração do trabalho coletivo e uma apropriação individual da riqueza produzida socialmente. Ancorado na mesma linha de pensamento de Iamamoto, Netto (2001) também aponta a questão social como fenômeno inseparável do modo de produção capitalista, compreendendo sua gênese no século XIX, período da industrialização, quando a pobreza, de existência anterior à sociedade burguesa emergente, generaliza-se. Esse processo sócio-histórico, também denominado pauperização, representa uma contradição profunda de um

modelo societário mantido por novas tecnologias que permitiam uma maior produção de bens e riquezas.

[...] Numa palavra: a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão. A designação deste pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos [...] (NETTO, 2000, p.43)

Assim, tratamos a questão social no bairro Serrinha, como o processo constante de pauperismo por qual passa a classe trabalhadora, apesar da contínua produção de riquezas da sociedade (NETTO, 2005).

É de suma importância destacar, e esta é uma opção teórico-prática da nossa pesquisa, que a condição, a participação política e a resistência social da mulher do bairro Serrinha também se ligam aos rebatimentos da sociabilidade capitalista. Isto posto, corrobora lamamoto (1999, p. 114) que “dar conta da questão social hoje, é decifrar as desigualdades sociais – de classes – em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente, etc”.

A questão social tem suas expressões determinadas no contexto de desigualdades sociais oriundas do modo de produção capitalista. Nesse sentido, se a categoria aqui discutida tem a ver com a sociabilidade burguesa, que se sustenta pela relação Capital vs. Trabalho, quando este último passa por transformações, a questão social embora continue a mesma, ela apresentará novas roupagens e desdobramentos. Podemos destacar as mudanças causadas pela crise do capital da década de 1970, quando os lucros diminuíram e era preciso a retomada da acumulação, o que foi se realizando pelo aprofundamento da exploração ainda maior da classe trabalhadora e da busca de novos espaços para o capital circular.

O movimento do capital, que, além de ser facilmente observado no chão da fábrica, toma a cidade como espaço de sua gerência, daí a importância das grandes obras e mega eventos, ocupa também, e principalmente, o espaço da produção. Antunes (2009), analisando as alterações no mundo do trabalho, pontua que a acumulação flexível, como o *modus operandi* do sistema de capital do pós crise de 1970, trouxe várias consequências, mas os dois principais elementos destrutivos dessa reestruturação produtiva foram a precarização extrema do

trabalho, acompanhada da desregulamentação dos direitos trabalhistas, e a crescente crise ambiental.

Os autores Castel (1998) e Rosavallon (1995) defendem que há uma nova questão social a partir desse período, quando há uma crise no mundo do trabalho e na forma como o modo de produção passa a se organizar. É de suma importância destacarmos que o primeiro autor trouxe grandes avanços no debate sobre questão social, já que sua obra faz uma longa análise das transformações históricas da sociedade capitalista.

Castel (1998) defende que a questão social sempre existiu, mas que se reconfigura através das crises e a partir do período citado apresentando novas problemáticas que colocam em risco a coesão social, conduzindo a “desestabilização dos estáveis”. A nova questão social estaria relacionada à nova organização do trabalho, sendo este o ponto de integração da sociedade: com a reestruturação produtiva e, conseqüentemente, a precarização do trabalho, a sociedade salarial apresenta rupturas, revelando a existência de um fenômeno novo.

O mesmo autor contextualiza que, após a Segunda Guerra Mundial, na Europa, havia o pleno emprego e a Seguridade Social assistia amplamente idosos, crianças, gestantes, etc. A partir das três últimas décadas do século XX, no entanto, há uma crise na sociedade causada pela crise do trabalho, o que colocou em risco a coesão social. O segmento da nova questão social seria os inúteis para o mundo, que se caracterizam por estarem em situação instável em relação ao trabalho, seja por estarem desempregados, seja por estarem em um trabalho precarizado.

Já para Rosavallon (1995), essa nova questão social revela, desde os anos 80 do século XX, novos fenômenos sociais, como o desemprego e as novas formas de pobreza. Cabe destacar que o desemprego nesse período atingiu índices altíssimos na Europa. “A França tinha, em 1996, mais de 3 milhões de desempregados. Nesse ano, as contribuições cobriam apenas 20% dos dispêndios” (ROSAVALLON, 1995, p. 14). Esses números destoavam fortemente ao período fordista-keynesiano, no qual a produção em massa empregava um grande contingente de trabalhadores e, devido a isso, havia a noção de que não existia desemprego no país.

Contraopondo-se a visões dos dois autores franceses, Pastorini (2004), juntamente com Netto (2001) e Iamamoto (2001), defende que essas “recentes” problemáticas sociais não são uma nova questão social, mas sim novas

manifestações de uma mesma questão social que não pode ser superada no modo de produção capitalista. Dito isto, perceber a questão social apartada da relação contraditória entre Capital vs. Trabalho, coloca sua supressão distante da luta de classes e das resistências contra as diversas formas de expressão das mazelas sociais. A mesma autora resume:

[...] Sintetizando, poderíamos dizer que a problemática da “questão social” reformulada e redefinida nos diferentes estágios capitalistas, persiste substantivamente sendo a mesma. Sua estrutura tem três *pilares centrais*: em primeiro lugar, podemos afirmar que a “questão social” propriamente dita remete à *relação capital/trabalho* (exploração), seja vinculada diretamente com o trabalho ou com o “não-trabalho”; em segundo, que o atendimento da questão social vincula-se diretamente àqueles problemas e grupos sociais que podem colocar em xeque a ordem socialmente estabelecida (preocupação com a coesão social); e, finalmente, que ela é expressão das desigualdades e antagonismos ancorados nas contradições próprias da sociedade capitalista [...] (PASTORINI, 2004, p.110-111)

É necessário destacar que o processo de formação social do Brasil se relacionou com o desenvolvimento desigual do capitalismo, que trouxe particularidades para as expressões da questão social no país. Esse desenvolvimento não significou mudanças estruturais e sim um reajuste econômico e social. Para Santos (2012, p.95), esse redimensionamento demonstrou um “teor predominantemente conservador, de conciliação com o atraso”, já que, ainda de acordo com a autora, as características que marcaram inicialmente a estrutura do Brasil, como o latifúndio, a monocultura extensiva e exportadora, manteve-se atualmente sem grandes transformações. Esse fato explica a permanência do país no mesmo lugar na divisão internacional do trabalho.

Também levando em consideração os fundamentos sócio-históricos do Brasil e a necessidade de entender a questão social somente pela realidade europeia, Silva (2014, 49) analisa que, já no período colonial, a escravidão e o patriarcalismo representavam as raízes latentes<sup>17</sup> da nossa questão social devido à “questão étnica e pelo trabalho forçado, motivos de tantos conflitos sociais e raciais que ainda não foram superados”. Segundo a mesma autora, a questão social, expressa tardiamente no Brasil, teve no período imperial suas primeiras manifestações e na República seu período mais forte desde então.

---

<sup>17</sup> A autora Silva (2014), ao utilizar o termo latente, faz referência às contribuições de Ianni (1991), que afirma ter existido no Brasil uma questão social latente desde a colonização e o período imperial do país.

Como já afirmado anteriormente, é no contexto do século XIX, com a Revolução Industrial, o pauperismo e as lutas da classe trabalhadora, que a questão social tem sua gênese propriamente dita. Santos (2012) cita algumas das mais significativas expressões da questão social nesse período, tomando como referência a França e a Inglaterra, países que tinham o capitalismo mais concreto;

[...] era flagrante a ausência de investimentos em infraestrutura urbana, o desprezo pelas condições de vida operária, significativos níveis de morbidade, mortalidade da população infantil e adulta, habitações em locais insalubres, doenças, fome, baixos salários (SANTOS, 2012, p.37).

É importante ressaltar, então, que a questão urbana desde o início dos processos de urbanização, em especial no período da industrialização, até atualmente, é uma expressão da questão social. Nesse sentido, ela se manifestará principalmente no processo de reprodução do modo de produção capitalista, caracterizado principalmente pela acumulação de riqueza e de miséria na sociedade. Para Maricato (2013, p.19), essa manifestação se faz principalmente pelo modelo de cidade atual:

[...] a cidade também não é apenas reprodução da força de trabalho. Ela é um produto ou, em outras palavras, também um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. Há uma disputa básica, como um pano de fundo, entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos.

O sistema de capital engendra uma contradição basilar nas grandes cidades: por um lado, a riqueza da arquitetura e das grandes construções; e, por outro, a miséria da população e sua remoção permanente das áreas de sua moradia para outras regiões mais longínquas. O capital vai ocupando os espaços urbanos, realizando uma “limpeza social” e aprofundando a pobreza.

Na seção a seguir, destacamos esse aprofundamento da pobreza na Serrinha em estudo e como esta afeta com particularidades as mulheres moradoras do bairro.

### 3.2 A POBREZA NA SERRINHA

Usamos a contribuição de Yarzbek (1993, p.63) para nos aproximarmos da definição de pobreza: “é a expressão direta das relações sociais vigentes na sociedade e certamente não se reduz às privações materiais. Alcança o plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas da sobrevivência.”

Assim, colocamos a pobreza não só como uma questão econômica, visto que também a autora aponta outros dados, além da questão de classe, para analisarmos as relações da sociedade, especialmente as relações de sexo e raça.

A noção de que, particularmente, a mulher é atingida pela contradição social apresentada pelo fenômeno da questão social, torna-se mais clara diante dos dados mundiais. Segundo dados da ONU de 2014, há uma feminização da pobreza, caracterizada pelo aumento do número de mulheres que vivem abaixo da linha da pobreza e pelo número de famílias chefiadas por mulheres. Para Melo (2005, p.14),

Há uma nítida relação entre a divisão do trabalho e a pobreza das mulheres; a inserção feminina aconteceu em paralelo com o crescimento das atividades informais, das atividades sem remuneração e aumento das taxas de desemprego. Assim, as mulheres continuam ainda concentradas em segmentos menos organizados da atividade econômica, são mais submetidas a contratos informais e tem menor presença sindical e desta maneira encontram-se mais expostas ao desemprego.

Vemos isso com mais clareza quando comparamos a rendas dos moradores e das moradoras da Serrinha. No bairro, enquanto o rendimento nominal mediano de todos os trabalhos das mulheres de 10 anos ou mais moradoras do bairro em uma referida semana é 510 reais, o rendimento nominal do trabalho dos homens na mesma faixa etária e na mesma semana é 700 reais. (IBGE, 2010)

Melo (2015, p.3) aponta ainda que além da desigualdade entre os sexos, a questão da raça tem uma grande peso na população pobre do Brasil: “[...] permanecem substanciais diferenças entre os sexos que além disso, é agravada pela questão racial, fazendo com que a pobreza brasileira tenha um rosto feminino negro”.

Dito, a questão da renda da mulher negra também se insere na divisão do trabalho que, além de sexual, é racial também. Mais que uma relação hierárquica de

homem acima da mulher, o patriarcado também expressa a questão da discriminação de raça, também muito presente no Brasil. Werneck (2012, p.7) afirma que “há muito tempo a sociedade brasileira se desenvolve permeada profundamente por visões e práticas racistas patriarcais”, trazendo consequências principalmente para as mulheres negras, que são descritas como hipersexualizadas ou trabalhadoras braçais desqualificadas.

Relacionamos essa temática às mulheres entrevistadas: das 18 entrevistadas, 9 possuem renda menor que um salário mínimo e dessas 9, 8 se consideram pardas ou pretas, o que é classificado pelo IBGE como negra. Esse assunto não será detalhado por hora, visto que ele é explicitado melhor na última seção.

Quando tratamos aqui da condição do bairro Serrinha, estamos também tratando das condições de vida de seus moradores. Fortaleza está organizada administrativamente em seis Secretarias Executivas Regionais (SER). Cada bairro faz parte de alguma dessas regionais, que devem ser responsáveis pela execução dos serviços públicos nas áreas determinadas. A Serrinha faz parte da Secretaria Executiva Regional IV<sup>18</sup> (SER IV), que é a regional com menor número de habitantes, com menor índice de analfabetismo e a que possui a segunda melhor média de rendimentos mensais por família<sup>19</sup>. Apesar desses dados, o referido bairro, não apresenta bons números em seus índices sócio-econômicos.

A Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE) de Fortaleza, baseando-se no Censo Demográfico 2010, analisou os dados dos 119 bairros existentes na cidade para calcular o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>20</sup> de cada um; contrastando com o bairro Meireles, que obteve o maior IDH com a pontuação 0,953, a Serrinha ocupou a 80ª posição, com o IDH de 0,282. Outra característica que é fundamental para entendermos as relações sociais que se permeiam no bairro é a condição econômica da população. De acordo com o Censo

---

<sup>18</sup>De acordo com os dados oficiais da PMF, Secretaria Executiva Regional IV possui 305 mil habitantes e tem em seu territórios 19 bairros: São José Bonifácio, Benfica, Fátima, Jardim América, Damas, Parreão, Bom Futuro, Vila União, Montese, Couto Fernandes, Pan Americano, Demócrito Rocha, Itaoca, Parangaba, Serrinha, Aeroporto, Itaperi, Dendê e Vila Pery.

<sup>19</sup> Ver todos os dados no Mapa de criminalidade e da violência em Fortaleza – Perfil da Regional IV em: [http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/regional\\_IV.pdf](http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/regional_IV.pdf)

<sup>20</sup>A classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) varia de 0 a 1. Quanto mais se aproxima de 1 melhor o nível de desenvolvimento humano e, quanto mais se aproxima de 0 pior o nível de desenvolvimento. O IDH analisa indicadores como renda, educação e longevidade das pessoas.

de 2010<sup>21</sup>, 30,6% dos domicílios possuem rendimento mensal entre 1/2 a 1 salário mínimo, seguidos de 25% das residências que têm renda entre 1 a 2 salários mínimos. Outros 17,6% dos responsáveis pelo domicílio afirmaram que a renda do mês está entre mais de ¼ do salário mínimo a ½ do mesmo.

Ainda de acordo com esta pesquisa, há uma grande disparidade social entre os dados em relação às condições econômicas dos 3,9% dos domicílios que contam com renda maior que cinco salários mínimos, enquanto os que não possuem rendimento mensal equivalem a 4,7% dos domicílios. Assim, na Serrinha, embora o bairro não seja uma unidade territorial homogênea, a maior parte da população é composta por moradores com rendas baixa e uma parte significativa possa ser classificado como em situação de pobreza extrema. Este dado revela a questão social, ou seja, trata-se do processo de pauperização da sua população como classe trabalhadora (NETTO, 2000). A tabela abaixo nos permite visualizar melhor a pobreza e a desigualdade social do bairro:

**Tabela 2 – Pobreza e desigualdade**

%Família/Rendiment o Mensal	Nenhum rendimento	¼ a ½ s.m.	½ a 1 s.m.	1 a 2 s.m.	Mais que 5 s.m.
% de domicílios com o referido R.M.	4,7%	17,6%	30,6%	25%	3,9%

Fonte: IBGE, 2010. Tabela elaborada pela autora

Segundo Santos (2012, p. 134), embora a pauperização seja colocada como a principal expressão da questão social, ela possui várias manifestações que estão interligadas: “a pauperização remete a outros indicadores sociais, como acesso a saneamento básico, habitação, educação, que determinam, por sua vez, os indicadores de saúde e assim por diante”.

A essa noção de pauperismo ligado a outras problemáticas, como a do saneamento básico, remetemos à questão do esgoto na Serrinha. A declaração abaixo traz a opinião da entrevistada que reside no bairro há mais de 50 anos e considera o esgoto um dos maiores problemas locais:

<sup>21</sup> 15331 famílias da Serrinha responderam as questões do IBGE.

Um problema grande aqui é o esgoto e, de jeito nenhum, podemos dizer que a prefeitura tá presente! Tá muito distante, a Serrinha aqui é abandonada, o esgoto aí a gente faz é tempo que a gente pediu, foi uma luta muito grande da AMORBASE para conseguir saneamento que temos! Mas, mesmo assim, ainda tem lama na rua, porque não tem onde bote o esgoto, a coisa horrível, ela [a prefeitura] não vem de jeito nenhum e fica um cheiro ruim, uma sujeira... (Maria das Dores)

Analisando esses indicadores na Serrinha, temos que o saneamento básico não possui uma posição boa. Pela análise de 2000 do Índice de Saneamento Básico (ISB) a Serrinha ocupa a posição 92º, com o índice 0,620. Este índice leva em consideração o abastecimento de água via rede geral, captação de esgoto via rede geral, lixo coletado diretamente por serviço de limpeza e presença de instalações sanitárias domiciliares. Comparando esse dado com a análise do ano de 1991, quando a Serrinha apresentou um ISB de 0,549, na posição 77º, notamos que, apesar da melhora na numeração, o bairro desceu de posição no ranking de posição em relação aos demais bairros de Fortaleza, o que demonstra que não houve uma melhora significativa no ISB.

### 3.3 CONFLITOS E RESISTÊNCIAS: QUESTÃO SOCIAL NO BAIRRO SERRINHA

Conflitos socioambientais, luta pela terra, violência constante no bairro atingindo, especialmente, os jovens negros e pobres do bairro e falta de acesso aos direitos básicos são as mais visíveis formas de como a questão social se materializa na Serrinha. Ao serem diretamente afetados pelas novas roupagens causadas pelo fenômeno antagônico de uma sociedade que produz socialmente sua riqueza, por um lado, e estabelece a apropriação privada como critério de acesso aos bens conquistados, por outro, os moradores do bairro articulam-se coletivamente na resistência contra essa dinâmica perversa. Tal resistência se manifesta, inicialmente, na luta pela questão da sobrevivência, em um processo de articulação coletiva através de associações de moradores do bairro, como demonstramos nas seções passadas.

Nesse embate entre exploração e resistência, desvela-se a questão social no bairro. Iamamoto (2001, p.145) desenvolve uma importante colocação sobre essa relação no Brasil contemporâneo:

[...] Crescem os níveis de exploração e as desigualdades, assim como, no seu reverso, as insatisfações e resistências presentes nas lutas do dia-a-dia, ainda carentes de maior organicidade e densidade política. Na sua maioria, silenciadas pelos meios de comunicação, essas lutas condensam a recusa do instituído e expressam iniciativas tensas e ambíguas, que adensam um processo de acumulação de forças que procura avançar historicamente no horizonte de igualdade. Lutas tímidas, mas vivas nos âmbitos do direito ao trabalho e do trabalho; da luta pela reforma agrária; pelo aos serviços públicos no atendimento às necessidades básicas dos cidadão; contra as discriminações étnico-raciais e de gênero; pela defesa do meio ambiente, das expressões culturais, etc.[...]

Na Serrinha, as organizações coletivas são representadas principalmente por associações como a ACORES e a AMORBASE, além de grupos de jovens. Essas formas organizativas se configuram como a tendência que parece ter sido comum em bairros periféricos urbanos do Brasil:

A vizinhança parece ser, para as classes populares, o foco de suas organizações políticas e culturais, especialmente as voltadas para o lazer. Basta ver o enorme crescimento e a importância política cada vez mais das associações de moradores (ZALUAR, 1994, p.174)

Na Serrinha, as organizações políticas e culturais também vão se delineando desde os anos. Nos últimos anos, a prática social e política da juventude do bairro é uma das mais atuantes nos movimentos de cultura.

Considerando que parte desses grupos e movimentos sociais se organizam nos espaços públicos e que, atualmente, apenas uma praça da Serrinha está em condições de uso, já que todas as outras do bairro estão precarizadas, observamos um certo prejuízo na dinâmica de luta e resistência coletiva.

Em 2012, quando a PMF revitalizou a Praça da Cruz Grande, hoje com o nome oficial de Praça de Juventude, instalou neste espaço uma quadra poliesportiva com arquibancada e aparelhos para exercícios físicos, etc. Esta praça passou a ser um local adequado para encontros e atividades de organizações populares e tornou-se um espaço disputado pelos diferentes grupos da Serrinha.

A respeito dessa questão, Santos (2012, p.2) destaca a criação de um Conselho de Participação, em que os moradores da comunidade se reuniam semanalmente para discutir como a única praça pode ser melhor utilizada pelos coletivos que querem frequentá-la:

[...] Há uma disputa na agenda ou cronograma de suas atividades, pelo espaço do anfiteatro, da quadra de areia, da quadra poliesportiva e do entorno. Todos a querem ocupar, seja com cultos/missas, shows, saraus, rodas de break, capoeira, campeonatos esportivos e do “passinho do reggae”, fabricação e venda de artesanatos e outros produtos, ou mesmo para uso cotidiano, a exemplo da disputa de skate, dos passeios de bicicleta e do jogar carimba (queimada). A pauta das reuniões do conselho gestor gira em torno dessa agenda, da manutenção e reparação dos equipamentos e materiais utilizados, da regulação da frequência dos vestiários pelas equipes esportivas, das formas de financiamento do próprio conselho, da proibição de tráfego de motos pelo lugar, de venda de bebida alcoólica, da proliferação do comércio ali, de equipamentos de entretenimento (pulas e motoquinhas), bem como, da relação com o poder público e a autonomia gerencial e política do conselho [...]

A decisão coletiva de estabelecimento de uma agenda de usufruto desse espaço através dessas reuniões e encontros que discute o uso da praça é essencial para a população, com seus grupos e movimentos. Esse processo reafirma a importância do espaço público como local aberto e que deve ser ocupado por aqueles que a desejam ocupar, além de também se configurar como um espaço de maior sociabilidade entre os moradores da Serrinha.

A praça tornou-se espaço de lazer e de resistência na medida em que é lugar de encontros diversos, principalmente, de grupos sociais, políticos e culturais, como Movimento Hip Hop e o Mh2O. Nesses momentos, eles pautam o acesso à cidade, por exemplo, inclusive através da bandeira coletiva de resistência contra o extermínio da juventude negra e pobre da periferia. O ativismo político-cultural dos moradores da Serrinha se expressa, principalmente, nas atividades desenvolvidas na praça do bairro por grupos como a Caravana da Periferia, frente de mobilização política e social. Assim:

[...] A Praça da Juventude se configurou então, como ponto de partida, não só para encontros com os movimentos sociais locais, mas representou também, a ampliação do olhar sobre as demandas não só por reparação de injustiça ambiental (degradação e ocupação irregular no entorno da Lagoa), mas por lazer, cultura, esportes e organização da ação comunitária. [...] (SANTOS, 2012, p.5)

A lagoa a que a autora se refere é a da Itaperaoba, utilizada pelos primeiros moradores do bairro quando realizavam atividade de pesca, pela necessidade de alimentos e de lazer. Atualmente, há um conflito envolvendo essa

lagoa que está relacionada à problemática da habitacional, pois as populações que moram entorno dela revelam a crise da moradia presente na Serrinha.

O censo do IBGE de 2010 registra que há três tipos de aglomerados subnormais<sup>22</sup> no bairro, que totalizam 964 domicílios particulares ocupados e 3.480 pessoas morando nesses aglomerados. Esse dado representa 12% da população da Serrinha vivendo nos seguintes assentamentos: dois recebem o nome de Itaperoaba/Cruzeiro; um é chamado de Rampa, também conhecido como São Salvador; e o outro é Comunidade Garibaldi. Esta última comunidade está em 20º lugar na lista de áreas com maior risco para moradia na cidade, de acordo com a pesquisa realizada pela PMF, por meio da Habitar Brasil/BID.

Entre os anos 1995 e 1998, novas problemáticas ligadas à disputa pela terra atingiram o bairro, com as desapropriações que ocorrem em função da construção do atual Aeroporto Pinto Martins. Da Serrinha, segundo Maciel (2010), foram removidas 140 famílias, tendo sido o segundo bairro com mais remoções, perdendo apenas para o bairro Dias Macedo, que teve 210 famílias desapropriadas. Ao total, 1.643 pessoas foram deslocadas das suas moradias para a realização desse novo aeroporto. De acordo os dados do mesmo autor, 50% das famílias deslocados da Serrinha, moravam no local há mais de 15 anos.

No Brasil, Yamamoto (2008) aponta que as particularidades da formação histórica do país contribuem fortemente para que as refrações da questão social sejam relacionadas pela grande concentração de terra e por um grande número de trabalhadores expropriados; formando um contingente de assalariados rurais e urbanos.

Dito isto, a exclusão da classe trabalhadora das decisões políticas e o poder de uma burguesia que se fortalecia sem romper com a base agrário-exportadora traziam desdobramentos particulares para o capital e, conseqüentemente, para as lutas sociais do país. O Estado teve papel central nesse processo, pois atuou como legitimador das demandas burguesas, enquanto ia reprimindo os pobres que buscaram contestar essa lógica. Assim, temos muitos

---

<sup>22</sup> O IBGE define aglomerado subnormal como “o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: - irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou - carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública)” Ver: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>

exemplos de uma política que se utilizou (e ainda se utiliza atualmente) de espaços públicos e privados para servir a interesses particulares, mesmo que, para isso, desaloje populações pobres moradoras dessas regiões.

Para Nobre (2003) o Estado Capitalista vai incorporar as demandas da classe trabalhadora, de acordo com suas lutas e pressões, mas sem pôr em risco a manutenção do modo de produção capitalista com seus interesses privados. Ou seja, o Estado Capitalista vai agir em um projeto coletivo que diz beneficiar a todos os cidadãos, mas que, no entanto, vai fortalecer a lógica do capital ao incorporar os interesses da burguesia.

Na sociedade capitalista, o trabalho se aliena a partir do momento em que o trabalhador é expropriado dos meios de produção (sem terra, sem ferramentas, etc) e fica como única alternativa a possibilidade de vender sua força de trabalho, que vira mercadoria. Dessa forma o trabalhador produz riqueza, mas ele não se apropria do que produziu. Seu trabalho não mais visa atender às suas necessidades sociais, mas sim atender às demandas do capital.

[...] O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo dos objetos. O trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens [...] (MARX, 2004 p.111)

Essa relação Capital vs. Trabalho, que engendrou a questão social (e continua a fazê-lo), no entanto, não se faz sustentando e defendendo abertamente esta contradição. É preciso que a sociedade capitalista não apareça para os indivíduos como um sistema desigual, em que a maior parte da população trabalha e outra mínima parte se apropria dos lucros desse trabalho. Assim sendo, o poder político age de acordo com as necessidades das expansões do capital, aliando-se às questões, mas, ao mesmo tempo, responde, em parte, às demandas sociais através das diversas políticas públicas.

Nobre (2003), utilizando as contribuições de Marx, explica que, num primeiro momento e superficialmente, o capitalismo se apresenta como uma sociedade onde as liberdades individuais prevalecem, já que os sujeitos vão realizar as trocas livremente de acordo com seus desejos:

Cada indivíduo troca sua mercadoria por outra que corresponda ao valor da sua, significando que, no mercado capitalista, os indivíduos são iguais entre si. Em termos de aparência do sistema, pressupõe-se que cada vendedor leva ao mercado seu próprio trabalho, expresso numa determinada mercadoria, na procura de trocá-la por outra de valor correspondente. (NOBRE, 2001, p. 18)

No entanto, essa troca de mercadorias de um mesmo valor correspondente só existe porque as referidas mercadorias são produzidas por uma força de trabalho explorada. Logo, “o fundamento dessa relação de igualdade é o próprio fato de se tratar de indivíduos proprietários de mercadorias que desejam trocá-las” (NOBRE, 2003, p.21). Os que possuem somente a força de trabalho como mercadoria vendem-na como forma de sobrevivência. A partir daí, há a extração da mais-valia, que consiste na diferença entre o valor pago (no caso, o salário<sup>23</sup>) ao trabalhador e o valor produzido por esse, havendo, assim, a geração do lucro.

Relembremos que o Estado vai ao longo do século XX criar condições para a acumulação do capital ao admitir duas formas de dominação burguesa: o keynesianismo (que se consolidou entre os anos de 1945 e 1973) e o neoliberalismo (vigente partir da segunda metade da década de 1970). Nobre (2001, p.14) destaca que “as duas formas estatais se distinguem pelo estabelecimento de relações peculiares entre as diferentes unidades de poder político em função da economia capitalista como um todo”.

Em relação à questão urbana, Aguiar (2014, p.122) acrescenta que “o Estado faz uso de formas de tratamento distintas quando se refere aos detentores da propriedade privada da terra urbana e aos destituídos de moradia digna”. Exemplo específico desse Estado Capitalista servindo à burguesia ocorreu na Serrinha, bairro periférico localizado cidade de Fortaleza, como cita a mesma autora. O referido está entre as periferias da capital cearense que mais sofrem com os conflitos socioambientais da atualidade, e que expressam através da deficiência de infraestrutura urbana, das moradias em área de risco, da negligência do Estado para

---

<sup>23</sup>[...] o salário não paga o valor do trabalho, mas o valor da força de trabalho, cujo uso, no processo produtivo, cria um valor maior do que o contido no salário. O valor de uso da força de trabalho consiste precisamente na capacidade, que lhe é exclusiva, de criar um valor de grandeza superior à sua própria. O dono do capital e empregador do operário se apropria deste sobrevalor ou mais-valia sem retribuição. Mas, embora sem retribuição, a apropriação da mais-valia não viola a lei do valor enquanto lei de troca de equivalentes, uma vez que o salário deve ser o equivalente monetário do valor da força de trabalho. Assim, a relação mercantil entre capital e força de trabalho assume o caráter de troca de equivalentes, ao passo que a criação da mais-valia se efetiva fora dessa relação, no processo de uso produtivo da força de trabalho. (MARX, 1990, p.37-p.38)

com a população do bairro (ou atuação do mesmo para favorecer o grande capital) etc.

O mesmo estudo discorre que, em 2009, foi construído o Atacadão Distribuidora Comércio e Indústria Ltda, pertencente ao grupo Carrefour, uma corporação internacional. Essa obra foi construída, nas margens do Riacho Itaoca e de onde era antes a Lagoa da Rosinha. Destaca-se que moradores e movimentos da região, como o Movimento Pró-Áreas Verdes da Serrinha, organizaram-se contra a construção desse empreendimento, demonstrando a atenção da população frente às alterações em seu território e refletindo as lutas sociais reivindicadas na própria questão social.

Em 2012, entre 250 a 400 famílias ocuparam um terreno em frente ao Aeroporto Pinto Martins e ao lado do Supermercado Atacadão, na Avenida Carlos Jereissati, também nas margens dos rios já citados; local que a Prefeitura Municipal de Fortaleza atribuía como área de preservação ambiental. A Ocupação da Terra Prometida, como ficou conhecida, é considerada área de risco, e as moradias, compostas em sua maioria por barracos, são precárias e insalubres. Apesar disso, essa ocupação revela as estratégias de resistências populares frente a um Estado que negligencia a questão social. (AGUIAR, 2014)

Ambas as áreas estão em ambientes considerados frágeis, no entanto, o tratamento do Estado é contraditório e é diferente para cada uma. Enquanto a Ocupação da Terra Prometida é criminalizada, correndo o risco de ser expulsa do local sem a garantia de moradia digna, a construção do Atacadão foi consentida pelo Estado e pela Justiça e o supermercado funciona normalmente na atualidade, apesar de um Inquérito aberto e em andamento:

[...] Os discursos e práticas contraditórias do Estado são reconhecidos no tratamento desigual dado as 119 diferentes apropriações na Serrinha, são elas: a Ocupação Terra Prometida e o Empreendimento Comercial Atacadão. O discurso de desordem urbana e ambiental disseminado pelo Estado capitalista é respaldado pelo conhecimento técnico-científico e aparato jurídico, que vem sendo utilizado como uma estratégia de controle das apropriações e usos do espaço urbano. No entanto, tal controle é relativizado para garantir o processo de reprodução do capital. Assim, entendemos que o Estado não é de modo algum um poder abstrato que se impõe sobre a sociedade de fora para dentro, mas é um produto social, congregando forças e interesses diversos e contraditórios [...] (AGUIAR, 2014, p.118-p 119).

Dito isto, entendemos que o poder de mediação do Estado capitalista perpassa pelos diferentes interesses coletivos e contraditórios das classes sociais e serve à lógica da acumulação. No texto seguinte, analisamos com mais detalhes um movimento que vai de encontro a essa lógica capitalista na Serrinha e luta em defesa da lagoa Itaperaoba.

### **3.3.1 Movimento pró-parque lagoa Itaperaoba: a resistência contra os muros na lagoa**

O estudo da Prefeitura Municipal de Fortaleza, realizado a partir do olhar dos moradores locais, sobre os bairros da cidade aponta a agressão aos pontos naturais do local como um dos problemas da Serrinha; citando: “Como pontos fracos, [...] a ocupação desordenada, pontos de lixo na beira do riacho (esquina com a Rua Bruno Valente), no entorno da Lagoa da Itaperaoba” (REVISTA FORTALEZA 2040, 2015, p. 44). Cardoso relata sobre essa problemática:

Na Serrinha existiam importantes corpos hídricos, como lagoas e riachos: riacho e lagoa da Rosinha, Lagoa da Itaoca, Lagoa do Quinca Félix e a Lagoa de Itaperaoba [...] Atualmente, em decorrência das intervenções urbanas que desconsideraram o paradigma ambiental, a maioria das lagoas foi aterrada. Somente a Lagoa de Itaperaoba ainda resiste, mesmo diante de muitas agressões ao seu ecossistema (CARDOSO, 2013, p.61)

Assim sendo, o movimento em defesa do meio ambiente da Serrinha tem como prioridade salvar a única lagoa, componente da bacia hidrográfica do Rio Cocó, que ainda existente no bairro. Localizando-se em frente ao Campus do Itaperi, da Uece, a Lagoa Itaperaoba tem como limitação ao Sul a Avenida Silas Munguba, a oeste pela Rua Dr. Justa Araújo, ao norte pela Rua Padre Nóbrega e a leste pela Rua Benjamin Franklin. Entrevistamos três mulheres engajadas no Movimento Pró Parque Lagoa Itaperaoba. As interlocutoras explicam o motivo de se inseriram nessa luta:

Eu entrei nessa luta porque a lagoa da Rosinha, que era nas terras da minha vó e até levava o nome dela, foi degradada e eu tinha um sonho que ela fosse conservada... Transferi meu sonho de vê a Lagoa da Rosinha revitalizada para a Lagoa da Itaperaoba. (Inês)

Eu sou muito a favor dos movimentos sociais e eu sempre fui de movimentos sociais, participo enquanto posso, vejo a importância deles. (Maria de Jesus)

Olha, eu fui uma pessoa que tomei banho na lagoa e hoje isso é impossível. Antes era uma lagoa normal, com sua natureza viva, no sentido de dar condições de vida aos sujeitos que moravam ao seu redor, haja visto que ela produzia peixes, envolta havia algumas árvores que davam frutos, como manga, goiaba. Era um manancial que dava sustento aos moradores que moravam próximo a ela, além do ter também lazer... Hoje a lagoa ela se encontra praticamente impossibilitada de servir à comunidade, em todos os aspectos, de bem estar das pessoas... porque se você quer tomar um banho, não toma, se procurar plantações que estavam envolta, não tem... até os moradores pescavam os peixes, comiam e vendiam. (Maria Augusta)

A Lagoa Itaperaoba, como notamos pela fala da última entrevistada, era um meio de sobrevivência e uma forma de lazer dos moradores do bairro. Desde o ano de 1956, segundo o Dossiê de Denúncia<sup>24</sup> do próprio bairro, a PMF demarcou a Lagoa da Itaperaoba como bem público, autorizando o loteamento do local. No entanto, ela não acompanhou o processo de ocupação dessa área e as formas diversas de loteamento. Devido à falta de fiscalização:

[...] gradativamente, a Lagoa foi perdendo o seu espaço, agravado por um processo desordenado de ocupação de áreas urbanas, provocado pelo êxodo rural, que perdurou por vários anos. A região do entorno da Lagoa foi totalmente ocupada, com as ruas próximas obstruídas por construções irregulares. Os acessos à Lagoa foram fechados por propriedades particulares. Até então a Lagoa era utilizada pela população como área de lazer, onde se tomavam banhos e pescava-se vários tipos de peixes e, no sangradouro as senhoras lavavam roupas, sendo estas atividades fonte de renda para a Comunidade” (2002)

De acordo com o mesmo Dossiê, a partir dos anos 1970 as ocupações nas proximidades da Lagoa da Itaperaoba aumentaram e, conseqüentemente, a degradação ambiental também. Na década de 1990, aumenta significativamente o número de famílias nessa área, formando a chamada Comunidade Garibaldi. Os conflitos ligados à habitação e à questão ambiental no bairro, dessa forma, estão presentes desde a sua formação até a atualidade.

A referida lagoa é alvo de divergências entre os que a defendem como bem público, que deve ser compartilhado por todos da comunidade, e os que compreendem o manancial como incluso nos terrenos privados. Segundo Cardoso

---

<sup>24</sup> Uma cópia do Dossiê de denúncia nos foi apresentado pelos próprios moradores da Serrinha que participam do Movimento em defesa da Lagoa Itaperaoba. O Dossiê de Denúncia faz parte de uma ação coletiva de luta a favor da Lagoa.

(2012), já na década de 1970, o acesso à lagoa evidenciava os conflitos do bairro entre as famílias que reivindicavam o fechamento dos terrenos para interesses particulares e os moradores, em sua maioria de pequeno poder aquisitivo, que demandavam usar o local para banho, pesca, etc.

Com a chegada de mais moradores nesse momento, a situação da reserva de água piora. A participante do movimento Maria Augusta, destaca a década de 1980 como período em que a Lagoa começou a se degradar:

Nesse momento, especuladores viraram proprietários de parte dela e, acontecendo dessa forma, os especuladores tomaram uma parte da lagoa mais pra Dedé Brasil. Quer dizer, do meio dela, parte dela para a Dedé Brasil, foram construindo casas que eu diria... chiques. Após essa invasão, o que aconteceu? A lagoa foi degenerando-se e não parou por aí, porque foi uma grande perda, depois que o grande proprietário tomou parte dela, vieram as pessoas mais simples e construíram uma favela no entorno dela. Quer dizer, nos espaços que demandavam a questão das plantações, e do próprio sangradouro... antes quando ela enchia, tinha onde escorrer a água, e hoje ela não tem. Eu quero te dizer que com toda essa demanda de ocupação do solo da lagoa... O meio ambiente, ele se degradou. Essa é a parte cruel. Como ele se degradou? Água poluída, porque detritos de algumas casas de quem mora no entorno dela vão pra lá. Isso foi em uma pesquisa que eu fiz com uma moradora, a gente perguntava: e aí? como é feito a questão do esgoto? E a resposta era que ia justamente para a lagoa (Maria Augusta)

A degradação é aprofundada com a delimitação da lagoa por propriedades privadas, que se dá, principalmente, a partir da década de 1990. Nesse momento, a dificuldade de acesso à lagoa aumenta, pois as ruas e o acesso à lagoa foram fechados pelos proprietários dos seis lotes<sup>25</sup>. Em 1996, o atual Espaço Caro, um dos espaços do entorno, foi locado pela Associação Recreativa Têxtil Bezerra de Menezes (ARBEM) para realização de eventos de lazer para os associados da empresa. A ARBEM, com o intuito de fechar mais o acesso dos moradores da comunidade ao espaço, tomou medidas para garantir a distância entre a população da Serrinha e os associados que iam ao local para as frequentes festas que se realizavam. Uma dessas medidas foi a instalação da cerca elétrica, que matou um morador de 22 anos.

---

<sup>25</sup>“A área da lagoa de Itaperaoba e dos seis terrenos que a circundam foi classificada como Área de Preservação Ambiental de primeira categoria pelo Decreto 1.474/82 e reconhecida como de utilidade pública para fins de desapropriação, por meio do decreto nº 11.235 de 31 de julho de 2002, e publicado no Diário Oficial do Município em 14 de agosto deste mesmo ano. Porém não foram empreendidas ações pelo poder público que viabilizassem a efetividade da lei e resultassem em ganhos objetivos para a população” (CARDOSO, 2012, p. 67)

Antes desse momento, já havia no bairro uma resistência em prol da Lagoa Itaperaoba. Essa luta, no entanto, só surgiu intitulada como Movimento Pró-Parque Lagoa de Itaperaoba em 1996, quando ocorre esse “acidente-crime”<sup>26</sup> que ocasionou a morte de um morador de 22 anos da Comunidade Garibaldi, Alessandro Silva. O entrevistado Ademar, padrasto de Alessandro, explica a morte do jovem:

O Alessandro era da minha família. O que aconteceu foi que o Espaço Caras se incomodava com a população muito próxima... E os jovens tinham curiosidade, queriam vê as festas lá. Aí no período também voltou a ter o lance da pesca lá. Ou seja, a gente da comunidade, principalmente a juventude, estava usufruindo com mais frequência um espaço que hoje a gente sabe que é público. Aí o pessoal dessa associação e do espaço colocaram uma cerca que era energizada. Foi nessa que o Alessandro morreu eletrocutado. (Ademar)

Com esse ocorrido, a Serrinha passa a ser palco de uma intensa mobilização do MPLI promovendo atos e debates sobre direito ambiental e acesso aos locais públicos em escolas, praças, além de também haver uma grande articulação com outros movimentos sociais, imprensa e assessorias jurídicas populares. Trazemos alguns depoimentos que explicam como se dá essa mobilização:

A gente fez reuniões, se mobilizou, informou a população sobre a lagoa os espaços no entorno dela... o intuito é que ela seja urbanizada, assim como minha mãe quis que a lagoa da rosinha fosse urbanizada também, mas nunca teve luta por ela [lagoa da Rosinha] (Inês)

A primeira audiência pública foi na câmara dos vereadores, foi importante, foi interessante até para que a cidade de Fortaleza tomasse conhecimento que essa lagoa tava privatizada e cercada pelos muros que não davam visibilidade. Em 1999, nós providenciamos outra audiência pública, essa teve o primeiro momento na margem da lagoa e o outro momento foi na UECE. Então, a partir disso foi até apresentado um projeto de revitalização da lagoa, mas não saiu do papel e ao longo dos anos o movimento pró parque ele até pela sua questão de sobrevivência ele vem trabalhando na questão da educação ambiental, fazendo palestras e debates em várias escolas aqui do bairro e assim nós já promovemos, fabricamos agendas que conta a história da lagoa, caminhadas, abraço da lagoa, e também a gente, uma das ações mais novas que o movimento já fez, mais ou menos uma média de 2 anos, nós fizemos um círculo com a prática de capoeira na margem da lagoa, nós temos um convenio com a capoeira daqui do bairro, a gente ta disponibilizando ai aulas gratuitas, disponibilizando aulas para crianças que moram em torno da lagoa. E qual é o objetivo, o objetivo na verdade é salvar vidas e dá visibilidade também a nossa luta! (Ademar)

---

<sup>26</sup> Utilizamos o mesmo termo usado pela a autora Cardoso (2012) ao abordar sobre a morte do morador da Serrinha não somente como um acidente, mas também como um crime de autoria daqueles que instalaram a cerca elétrica no local.

Sobre o assunto, Cardoso (2012, p. 74) acrescenta:

O Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba não é institucionalizado, não tem regimento ou estatuto, também não tem uma sede própria. A identidade de movimento foi construída, primeiramente, no contexto do bairro e, em seguida, em nível de cidade, pela constância de suas ações e o reconhecimento, por parte de autore(a)s sociais atuantes na Serrinha, de sua luta pela urbanização e revitalização da Lagoa de Itaperaoba como importante para o bairro.

A questão da urbanização e revitalização denuncia ainda o que Davis (2006) pontua ao estudar a situação ecológica nas favelas atuais, em que cerca de 90% dos esgotos da América Latina vão para rios e cursos d'água sem tratamentos. O autor atribui isso ao problema da moradia atual "conforme piora a crise habitacional da maioria das cidades as favelas também invadem diretamente santuários e baciais hidrográficas vitais" (DAVIS, 2006, p. 141).

Atualmente, no entanto, apesar do histórico de mobilização da Serrinha, o bairro apresenta dificuldade para reunir pessoas pelas causas coletivas. Assim, a articulação do Movimento Pró-Parque Lagoa Itaperaoba representou um símbolo ainda atual dos movimentos sociais de resistência da Serrinha. Nas palavras de Cardoso (2012, p.74) "o Movimento Pró-Parque Lagoa de Itaperaoba significou uma renovação de forças no movimento popular do bairro Serrinha e uma resistência do movimento popular".

Portanto, essa luta é de grande importância, embora tenha poucos resultados concretos, visto que representa uma forma de resistência que hoje engaja mulheres do bairro. Além disso, a luta vai assumindo novos matizes e apresentado novos e velhos desafios e demandas, em que outras mulheres já lutam mesmo antes do movimento Pró-Parque, como a questão do esgoto e do acesso ao bem público. Na seção a seguir, explicitamos com mais detalhes as áreas em que mais atuaram as mulheres entrevistadas.

#### 4 O SER MULHER E A ATUAÇÃO NO BAIRRO: O QUE DIZEM AS INTERLOCUTORAS

No Brasil, a luta das mulheres passa a ter destaque com o movimento feminista, que ganha uma maior visibilidade durante a Ditadura Militar. Desde a década de 1960, a luta contra a violência ditatorial e pela liberdade de expressão ocorria. No fim da década seguinte, ainda sob o governo militar de Figueiredo, o movimento organizado dos trabalhadores, a exemplo das 429 greves e dos 3 milhões de trabalhadores que pararam suas atividades naquele período (NETTO, 2014), já demonstrava que as lutas sociais se inseriam fortemente na cena política do país.

Esse foi o período, segundo Corrêa (2001), de maior expressão do movimento feminista contemporâneo no Brasil, que, atuou fortemente nas resistências contra o governo ditatorial, principalmente após 1968, com a imposição do AI5; além da luta contra a ordem posta, o movimento reivindicava também direitos para as mulheres e melhorias para estas em diversas áreas: habitação, educação, saúde, etc. A respeito desse período, Cisne (2014) afirma que é na segunda metade do século XX que o movimento feminista se consolida como sujeito coletivo de luta das mulheres. A mesma autora acrescenta:

Os anos de 1970 marcam os movimentos feministas pelo reconhecimento de que a reivindicação da igualdade é impossível em um sistema patriarcal. Esses anos, que prolongam o movimento de contracultura dos anos 1960, sublinham a luta dos movimentos de liberação das mulheres, não apenas na reivindicação de novos direitos, mas de questionamento do domínio político (CISNE, 2014, p.138)

Além da presença nas ruas, a academia começava a ser espaço de atuação das feministas, que eram em sua maioria jornalistas, partidárias de esquerda, universitárias, estudantes e sindicalistas. Debates, reflexões e estudos a respeito das mulheres passam a vigorar em algumas universidades brasileiras. Corrêa (2001), enfatizando a importância do movimento nesse período, afirma que há uma intensa articulação entre as feministas dos anos 1970 nas décadas seguintes, com as produções iniciais sobre a categoria gênero dos anos 90.

A luta das mulheres por melhorias de vida e direitos não é algo recente na história. Há séculos, o sexo feminino está presente no desenvolvimento de ações

coletivas, no entanto, estas não foram reconhecidas e historicamente o desprestígio social acompanhou a história de conquista das mulheres. O reconhecimento das mulheres como sujeitos históricos se dá com o movimento feminista.

Apesar de um maior destaque do movimento ocorrido no XX, a atuação das mulheres, principalmente das pertencentes às classes menos abastadas não é algo recente. O feminismo é considerado o auge das reivindicações por direitos para as mulheres, no entanto, antes dele, mulheres já resistiam às subordinações a que eram submetidas por serem mulheres. Saffioti (2013) pontua que desde o século XVIII, quando o modo de produção capitalista se firmou, as mulheres da classe trabalhadora ocupavam uma condição de exploração maior que os homens da mesma classe. Nesse contexto, já havia forte resistência por parte delas.

Segundo Toledo (2001), um dos marcos para o Movimento Feminista é a Revolução Francesa. Em 1791, a francesa Olympe de Gouges escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, contestando também, além do fim dos privilégios feudais, o fim do privilégio dos homens e a exigência de que as mulheres também tivessem acesso aos direitos políticos. Ainda de acordo com a autora, a luta feminina nos tempos modernos poder ser dividida em três grandes fases:

A primeira foi no final do século XIX e início do XX, com o movimento sufragista e a luta por outros direitos democráticos. A segunda foi no final dos anos 60 e início dos 70, com os movimentos feministas que visavam, basicamente, a liberação sexual. E a terceira no final dos anos 70 e início dos 80, de caráter sobretudo sindical e protagoniza principalmente pela mulher trabalhadora latino-americana. (2001, p.75).

Apesar de todo esse processo histórico e das permanentes mobilizações, as mulheres continuam a ter menos espaços que os homens em algumas áreas da sociedade, principalmente na política em geral. A atuação das mulheres nos espaços públicos, geralmente, está ligada ao espaço privado. Destacamos, no entanto, que não tratamos da esfera pública e da esfera privada como demarcações fixas, pois estas têm diferentes definições em diferentes momentos da história.

Arendt (1993) explica que na Grécia antiga era clara a demarcação entre essas duas esferas: a casa, lugar a família e do homem enquanto provedor das necessidades pertencia à esfera privada; e a vida política, em que os homens livres

que eram detentores de poderes e de escravos discutiam sobre a pólis grega e exerciam sua liberdade, pertenciam à esfera pública.

Nesse contexto, “dentro da esfera doméstica, a liberdade não existia, já que o cabeça da família só era considerado livre enquanto tinha a faculdade de abandonar o lar e entrar na esfera política, onde todos eram iguais” (ARENDR, 1993, p.45). Diferentemente da idade média, quando a mulher continuou sendo do espaço doméstico, na modernidade, o espaço público e privado “constantemente recaem um sobre o outro” (ARENDR, 1993, p. 47).

Para Matos (1996), não se deve colocar o espaço público apenas como o local de poder e de autoridade e o espaço privado como local do doméstico, pois, atualmente, não há como separar a família do mundo do trabalho. Estudar essa questão, focando na condição e na perspectiva da mulher, ajudar-nos-á a entender melhor a atuação das moradoras do bairro, já que “quando as atividades familiares coincidem com as públicas, a posição da mulher é comparável ou inclusive superior à dos homens, e quando essa situação se inverte, a desvalorização da mulher legitima-se” (MATOS, 1996, p.131). Nesse contexto, quando a mulher começa a entrar no mercado de trabalho e adentrar a esfera da produção, mesmo que não seja de forma igualitária aos homens, ela está também agindo no espaço público.

Na Serrinha, *lócus* dessa pesquisa, as mulheres entrevistadas atuam fora e dentro do espaço doméstico desde que o bairro se construía. Algumas moradoras interlocutoras atuam em prol da educação, outras na defesa do trabalho da catação para obtenção de uma renda. Todas atuam de maneira que suas conquistas sejam coletivas. A fala de algumas entrevistadas ao relatarem por qual motivo se inseriram nas lutas coletivas do bairro merecem destaque:

Atuamos porque, na verdade, a gente como mulher tem o sentimento mais sensível diante das situações, desigualdade social, então o grupo de mulheres que temos hoje aqui na Serrinha é um grupo forte, porque na verdade, o que faz acontecer o grupo é a necessidade de termos que fazer alguma coisa pelo bairro (Maria Augusta)

Mais por necessidade mesmo, né, assim... Pela dificuldade das mães. Por causa que tinha muita criança e não tinha creche, nem escola... Tinha muita mãe, assim como eu, a dona Dorinha atuando... A gente viu que tinha muitas mães que precisavam de ajuda... (Maria Aparecida)

Maria Augusta coloca que a mulher possui uma sensibilidade maior quanto aos problemas do bairro, além da própria necessidade posta na dinâmica

social, e por isso há várias mulheres atuantes na Serrinha. A essa noção, remetemos a questão de patriarcal de gênero<sup>27</sup>, em que ao sexo feminino é atribuída características de fragilidade. Cida atribui sua luta por melhorias para a Serrinha às necessidades que as crianças passavam, reafirmando também a mesma questão de gênero, em que as mulheres se importam mais com as famílias por terem a maternidade como função maior.

De acordo com Costa (1998, p.78), essa especificidade da [...] *atuação feminina na política representa a simples manifestação dos efeitos da estrutura patriarcal à qual estão submetidas as mulheres e que forjam culturalmente a "ideologia da feminilidade"*.

Compreendermos, dessa forma, que a participação política feminina no bairro Serrinha perpassa as relações patriarcais de gênero, já que “o patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo” (SAFFIOTI, 2015, p. 15). Assim, é necessário utilizar a categoria patriarcado, além da de gênero, uma vez que esta última pode ser definida como o sexo social, em que há estabelecimentos do que é ser homem e ser mulher, mas não necessariamente coloca que há uma hierarquia entre eles. A respeito dessa questão, Saffioti (2004, p. 48) afirma:

Cada feminista enfatiza determinado aspecto de gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do

---

<sup>27</sup> Os estudos sobre esse assunto do que é ser mulher e o que é ser homem ganham um destaque grande na década de 1990, quando Scott (1990) torna-se autora de grande importância no Brasil, inclusive nos estudos do Serviço Social, quando se trata do debate gênero. Cisne (2013, p. 192) afirma: “as discussões de gênero são difundidas fortemente no Brasil, a partir da tradução do texto de Joan Scott: Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução realizada pelo SOS Corpo, em 1991, tornando-se um marco referencial”. No entanto, cabe destacar aqui que Scott (1990) não relacionou à gênero a categoria trabalho, protoforma do ser social, e assim, não destacou a questão de classe em relação a de gênero. Cisne (2013, p.193) tece algumas críticas a referida autora: [...] para essa autora as relações de poder estão dissociadas da busca das determinações da dominação/exploração e mais, para ela, somente após essa desvinculação é que se torna possível a análise das relações sociais de gênero (SCOTT, 1991). Nessa perspectiva, Scott (1991, p. 3) rejeita qualquer articulação da categoria gênero com a dimensão de classe. [...] Percebemos nessa citação [A ladainha “classe, “raça” e gênero” sugere uma paridade entre os três termos que na realidade não existe. Enquanto a categoria de “classe” está baseada na teoria complexa de Marx (e seus desenvolvimentos posteriores) da determinação econômica e da mudança histórica, as de “raça” e “gênero” não veiculam tais associações] o isolamento da concepção de gênero que a autora anuncia diante da dimensão econômica/estrutural da sociedade. Todavia, como já apontamos, a articulação entre as relações sociais de sexo, classe e “raça” é indispensável para pensarmos concretamente as opressões e explorações vivenciadas pelas mulheres. Apesar da incoerência apresentada por essa fragmentação, a repercussão positiva da perspectiva advinda de Scott ganha corpo no Brasil na década de 1990. As “análises” e “estudos” de gênero, em detrimento da perspectiva de classe, viram moda [...]

masculino e do feminino. O conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida.

Dito isto, é necessário usarmos a categoria patriarcado, definida pela mesma autora:

[...] não se trata de uma relação privada, mas civil; dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição; configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; tem uma base material; corporifica-se; representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.”

Essa ordem baseada tanto na ideologia quanto na violência é expressa na narrativa das entrevistadas. Ao questionarmos sobre como é ser mulher na Serrinha e qual o principal problema que o bairro enfrenta, um dos assuntos mais citados pelas entrevistadas foi a violência doméstica e familiar contra a mulher, o que reflete a materialidade das relações patriarcais de gênero na sociedade atual.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Observatório da Violência Contra a Mulher (OBSERVEM<sup>28</sup>) com dados dos anos de 2009 e 2010, a Serrinha é o segundo bairro da SER IV onde há mais casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, com 170 e 131 casos nos respectivos anos; ficando atrás apenas do bairro Montese, com 225 e 145 casos nos mesmos anos. Vejamos trechos que denunciam essa violência:

Sabe, essa questão de problemas que a mulher enfrenta é complicada! É uma questão que, às vezes, a mulher é muito omissa! Digo isso porque eu vivo isso porque vejo isso com alguém do meu seio familiar. É muito difícil a mulher que apanhou dizer “ó, se você me bater, a gente vai resolver isso na justiça!” Eu não admito essa violência contra a mulher, mas eu tenho a seguinte visão: se você está sofrendo a violência e chega e pede ajuda, aí a gente faz algo... mas quando a pessoa aceita... Tem mulher aqui na Serrinha que o marido espanca no meio da rua e a gente fica sem saber o que fazer, porque não vou me meter né? Aí a pessoa entra pra casa e no outro dia tá abraçada com o cara como se nada tivesse acontecido... (Navegantes)

O principal problema do bairro, com certeza, é a violência, que é muita! Não só assaltos, mas a violência contra as mulheres mesmo. Eu acho que a gente deveria ter, por exemplo, uma delegacia para melhoria do bairro. Há tantos assaltos, mulheres sofrendo até em casa, tanta morte... aí tem que correr num distrito num sei aonde, aí fica ruim... (Socorro Reis)

<sup>28</sup> O OBSERVEM utilizou B.O.S e T.C.O.s dos anos 2009 e 2010 para realizar a presente pesquisa.

Já sofri sim por ser mulher. Eu já sofri violência em casa, do meu ex marido. Chama violência doméstica, né!? Eu apanhei muito dele, eu estando grávida ou não. Vivi muito tempo apanhando dele. Não denunciei porque naquela época nem existia Lei Maria da Penha... A gente quando é mais jovem, a gente ama, a gente não quer saber, né? Depois que acontecia, a gente se amava de novo. Mas por dentro ficava um buraco em mim. Passei cinco anos com ele. Me agredia fisicamente, verbalmente... Me criticava de todas as formas. A violência continuava sempre, ele me batia, depois pedia desculpas, dizia que estava bêbado, drogado. As pessoas diziam: porque você não deixa ele? E eu dizia: falar é fácil. Hoje eu não aguento mais nenhum empurrão. Não aceito nada disso! (Maria de Lourdes)

Assim, de problema que a mulher enfrenta aqui no bairro... vou falar aqui no Garibaldi mesmo! Tem a violência contra a mulher, né!? Às vezes, a pessoa vai atrás da lei e até agora não vi nada rígido contra isso como era pra ser, não. Como a gente ouve falar na televisão, não vi... Eu digo assim, porque a minha menina, ela morava aqui dentro do Garibaldi também. Ela morava ali com um rapaz e ele se sentiu enciumado, ele já tinha discutido com ela, falado coisa feia com ela... Quando foi no outro dia que nós chegamos lá na casa que eles moravam, só tinha o portão! Ele tinha tacado fogo na casa. Ainda bem que ela tava aqui na minha casa... Eu bem que pressenti e não deixei ela ir pra casa dormir, não... Daqui era bem ali a casa dela, e a gente só viu aquela língua de fogo. Isso já tem uns cinco anos... [Apareceu algum policial no dia?] Acho que a delegada apareceu no dia... E tai, só no ano passado foi que veio uma preventiva pra ele, um papel com isso. No dia que ele fez isso com a casa, ele passou lá em cima, só deu com a mão assim, nunca mais apareceu... Quando ele avista a gente ou qualquer pessoa aqui de casa ele corre, ele foge... Eu não quero mal a ele não, ele foi muito assim, ele fez isso e eu acho que foi incentivo da droga, mas ele foi muito bom pra ela. Ele teve esse momento ruim... Eu digo isso porque a casa ela construiu com tanto esforço, né!? E ele foi lá e destruiu. (Maria Aparecida)

Ser mulher aqui no bairro... Olha, aqui tem a violência, né!? A lei Maria da Penha até chega aqui, mas a maioria das mulheres não entrega o marido. (Ana Lúcia)

A lei Maria da Penha prevê cinco formas de violência contra a mulher. Das cinco, quatro foram denunciadas nas narrativas acima. A violência moral, definida como o ato de caluniar a vítima, está presente na fala de Maria Aparecida: “ele tinha discutido com ela, falado coisa feia com ela”. A mesma entrevistada relata também a violência patrimonial contra um bem material da filha: “ele tinha tacado fogo na casa!”. Cabe destacarmos também a omissão do Estado nesse caso, pois somente quatro anos depois do ocorrido houve alguma medida (a chegada do papel da prisão preventiva).

A agressão física é narrada por Navegantes, que cita um episódio em que sua vizinha é espancada na rua; e por Maria de Lourdes, que afirma ter apanhado sucessivamente pelo ex-marido. Entendemos que a violência psicológica está

presente em todas as outras agressões já denunciadas, uma vez que estas sempre implicam danos emocionais à mulher. É importante destacarmos também o julgamento que a mulher vítima da violência sofre por não denunciar a relação abusiva.

É comum ouvirmos a expressão “em briga de marido e mulher não se mete a colher” para justificar a não intervenção da sociedade nos casos de violências que as mulheres sofrem dos parceiros, como se a problemática remetesse apenas a uma relação privada distante das relações sociais vigentes. Nos depoimentos destacados acima, a mulher é descrita como omissa, que aceita a agressão. A respeito dessa visão de que a mulher é omissa às agressões que sofre, Saffioti (2015, p.84) coloca:

[...] há quem os considere não sujeito e, por via de consequência, passivas. (Chauí, 1985; Gregori, 1989). Mulheres em geral, e especialmente quando são vítimas de violência, recebem tratamento de não sujeitos [...] Isto não significa que as mulheres seja cúmplices de seus agressores, como defendem Chauí e Gregori. Para que pudessem ser cúmplices, dar seu consentimento às agressões masculinas, precisariam desfrutar de igual poder que os homens. Sendo detentoras de parcelas infinitamente menores de poder que os homens, as mulheres só podem ceder, não consentir. (SAFFIOTI, 2015, p.84)

Diante da questão de tentativas de se livrar de uma relação desigual de poder, a mulher, constantemente, rompe o relacionamento após a violência e o reinicia depois que o agressor, geralmente, mostra-se arrependido, o que configura o chamado “ciclo da violência”. Relembremos a colocação da entrevistada Maria de Lourdes, exemplo desse ciclo: “Depois que acontecia, a gente se amava de novo [...] Mas a violência continuava sempre, ele me batia, depois pedia desculpas, dizia que estava bêbado, drogado” Dito isto, ainda de acordo com Saffioti (2015, p.84), acrescentamos:

A violência doméstica ocorre numa relação afetiva, cuja ruptura demanda, via de regra, intervenção externa. Raramente uma consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo. Até que este ocorra, descreve uma trajetória oscilante, com movimentos de saída da relação e de retorno a ela. Este é chamado ciclo de violência, cuja utilidade é meramente descritiva.

Há necessidade de destacarmos também que a noção de mulher omissa, que quer estar em um relacionamento abusivo, e a de que essa agressão é um problema somente do casal perpassa a ideologia dominante na sociedade. Cisne (2014, p.95) afirma que tal ideologia, que é “patriarcal-racista-capitalista, penetra na consciência dos indivíduos devido à naturalização das relações de dominação e exploração que a alienação produz”, e, assim, “é essa alienação que faz com que mulheres naturalizem e reproduzam sua condição de subalternidade e subserviência como algo inato ou mesmo biológico” (CISNE, 2014, p.95)

Desse modo, as desigualdades sociais têm origem nas relações sociais de um determinado contexto social econômico. Assim, desvelar as diferenças sociais entre homens e mulheres requer um enfoque material e histórico, pois as construções sociais e a ideologia que por elas perpassam têm uma realidade concreta. Essa ideologia que determina o que é ser homem e o que é ser mulher não é natural; não sendo natural, ela é histórica e, assim, possui uma base material

As relações sociais são construídas historicamente e permeadas por conflitos e antagonismos. Na sociedade burguesa, tais relações encontram no trabalho o centro da exploração de classe, mediada pela exploração de sexo, raça e etnia, que intensificam tal exploração. Posto isto, ao tratarmos aqui da luta feminina do bairro contra as expressões da questão social, própria do modo de produção capitalista, destacamos as contribuições de Cisne (2014, p.31) sobre o assunto:

[...] precisamos perceber o sujeito classe trabalhadora, em sua totalidade, o que exige desvelar suas particularidades e singularidades. A classe como determinação não pode secundarizar os demais elementos estruturadores desse sujeito, da mesma forma que tais elementos não podem subtrair a classe. Daí nossa insistência em perceber as relações entre classe, “raça”/etnia e as relações sociais de sexo como uma unidade dialética que determina o sujeito totalizante: a classe trabalhadora. Há, portanto, uma unidade dialética entre as subestruturas básicas de poder da sociedade capitalista: *classe*, *sexo*, “*raça*”/etnia, na qual essas categorias estão organicamente integradas [...]

Nesse aspecto, debater a condição das interlocutoras desta pesquisa é compreender as particularidades da mulher no modo de produção capitalista. Saffioti (2013, p.64) analisa a situação da mulher relacionando-a ao capitalismo; “as possibilidades de integração da mulher na sociedade variam em razão inversa ao grau de desenvolvimento das forças produtivas”. Para a autora, nas sociedades pré-

capitalistas a mulher vai desempenhar importante papel econômico, mesmo sendo considerada, juridicamente, inferior ao homem.

Com o advento do capitalismo, a mulher passa por uma dupla desvantagem: 1° por causa dos mitos biológicos que colocam as capacidades femininas como inferiores às capacidades masculinas, o que seria a desvantagem a nível superestrutural; 2° porque, no capitalismo, a mulher vai ser excluída ou secundarizada do modo de produção, demonstrando a desvantagem a nível estrutural (SAFFIOTI, 2013).

Assim, contrapondo-se aos que afirmavam que o modo de produção capitalista traria a chance de liberdade à mulher, Saffioti (2013, p.60) defende que essas desvantagens permitiram ao capitalismo ter a mão de obra feminina como uma fonte intensa de extorquir mais-valia. A mesma autora utiliza a categoria trabalho para tratar desse assunto:

[...] mesmo que, aparentemente, determinado contingente habitacional seja marginalizado das relações de produção em virtude de raça e sexo, há que buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação da seleção de caracteres raciais e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada [...] (SAFFIOTI, 2013, p.60)

A fala da interlocutora abaixo traz a tona a questão da hierarquização nas relações em que a mulher se encontra em desvantagem social:

Esse negócio da mulher ser menor vem de muito tempo, já no tempo da minha mãe, ou até antes né, era assim. Para eles [*homens*], mulher tem que estar em casa cozinhando, e tal (Maria de Lourdes)

Maria de Lourdes denuncia, ao colocar que existe uma inferiorização social da mulher ligada aos serviços domésticos, a divisão sexual do trabalho. É possível observar também a concretude da hierarquia na relação quando uma certa tensão ocorre entre os familiares e estas mulheres que optam por um atuação diferente da colocada pela ordem patriarcal, indo além dos serviços domésticos:

[*Mudou alguma coisa quando começou a participar da Associação?*] Dentro de casa muda sim, porque a gente deixa de dar assistência à família... ao marido e aos filhos, né!? Eles ainda eram pequenos, meu filho mais novo tinha 4 anos, que é esse que graças a Deus já é adulto, se formou. Sim, aí a

gente deixa de dar assistência em casa, porque a minha menina pequena de 5 anos ia pra reunião comigo... (Dorinha)

*[Mudou alguma coisa quando começou a participar da Associação?]* No início, meu marido achava ruim eu trabalhar fora de casa, mas hoje não acha mais não. Todo homem quer a mulher dentro de casa, lavando prato... e ele tinha que entender que eu tava trabalhando pra ajudar porque meus filhos precisam de caderno, tinha colégio e só o dinheiro dele não dava. (Nilda)

A narrativa das entrevistadas traz, ainda que implicitamente, que são elas as mais responsáveis pela manutenção da família e, principalmente, pelas necessidades das crianças, e que fazer algo, além disso, precisa ser compreendido pela família, e em especial, pelo marido, como Nilda afirma. Há então, um modelo tradicional de divisão de tarefas, em que o homem é o provedor e a mulher a cuidadora da família, que pode ser modificado contanto que a mulher consiga conciliar o trabalho externo com o trabalho doméstico. (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Para adentrarmos nessa percepção das mulheres de que a criação dos filhos e a prioridade do lar é, antes de tudo, obrigação delas mesmas, temos que compreender a divisão sexual do trabalho.

Cisne (2014, p.81) afirma que, para debatermos essa categoria, é necessário conhecermos o significado histórico e etimológico da família já que ela “é uma importante chave para o entendimento histórico da exploração e da opressão sobre as mulheres”. O depoimento de uma das interlocutoras elucida isso:

Acho que a mulher é importante porque tudo é a mulher né!? A rainha do lar é a mulher, porque uma mulher faz parte de muita coisa que as vezes o homem não faz... ele não faz mesmo parte da família, não tem aquela dedicação. (Elizabete Calú)

Nesse mesmo sentido, Diniz e Coelho (2009, p.138) acrescentam que “A história das mulheres se confunde com a história de suas vidas familiares. Primeiro nas famílias de origem e depois nas famílias nucleares, elas desempenham funções fundamentais de cuidado e sustentação da vida”. Esse aspecto fica claro também quando questionamos sobre o que significa ser mulher para as pesquisadas e obtivemos as respostas:

Nós mulheres somos mães, avós, professora dos nossos filhos, ser mulher é muito importante! (Nilda)

Ser mulher é algo bom, é vencer, é lutar, sonhar e realizar seus objetivos... ser mulher é ser mãe e é um ato de amor e coragem! (Adriana)

Eliane relata, no depoimento a seguir, a evolução das mulheres ao terem conquistado o direito de trabalharem, mas ainda assim, reforça a obrigação da mulher com a criação da prole, revelando também, a responsabilização dela caso algo dê errado na educação do filho.

Muitas mulheres trabalhavam fora e eram discriminadas, eram mal vistas. De um certo tempo para cá, as coisas foram mudando e a gente vai sempre mudando, conversando e dando aquela força para arranjar algum trabalho. Se tem filho, a gente pede para arranjar um trabalho em casa pra ensinar alguma arte, para vê se aquela mãe toma conta de casa e tem também uma renda; e mais importante que ter uma renda é a educação dos filhos, tantos que se a maioria das mulheres se empenhasse nesse sentido, não havia tanta marginalidade, tanta criança solta no mundo. (Eliane Batista)

A mesma entrevistada cita o exemplo da mãe, que trabalha dentro e fora de casa, o que destaca a dupla exploração da mão de obra feminina:

Desde a minha infância vejo mulheres de luta que sempre buscaram algo novo para as famílias. Como naquela época que eu era criança, minha mãe trabalhava no roçado e era dona de casa... isso é uma cultura, né? (Eliane Batista)

Diante dos depoimentos, compreendemos que a divisão do trabalho, nesse caso, sexual e racial, está muito presente na vida das mulheres da Serrinha. Para além das obrigações domésticas impostas para as mulheres, elas são também as responsáveis pelas conquistas mais necessárias do dia-a-dia e as demandas imediatistas e, assim, pela reprodução social. Hirata e Kergoat (2007, p.599) discorrem sobre o assunto:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)

As mesmas autoras explicam que essa divisão social do trabalho pode ser entendida a partir de dois princípios:

[...] o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599)

Na Serrinha, essa divisão teve uma das suas maiores expressões na vida das moradoras quando chega ao bairro a Fábrica Del Rio, que produzia peças íntimas femininas e oferecia cursos para especializar a mão de obra das mulheres que trabalhavam lá. Uma das entrevistadas desta pesquisa relata sobre a fábrica:

Quando eu cheguei aqui, a unidade de produção era na Fábrica Del Rio, aí nos anos [19]90 ela faliu. Essa fábrica era o centro da Serrinha, as oportunidades de serviço eram na Del Rio. A questão de trabalho, que eu digo. Todo mundo que não tinha profissão, ia para lá. Eram só mulheres e moças... Lá tinha uma escolinha de costura e, depois de aprender, você era absorvida pela fábrica. Depois a fábrica fechou e hoje aqui só tem galpões da Del Rio, ao total são 6. [*Por que a senhora acha que tinha mais mulher do que homem trabalhando na Del Rio?*] Por causa da questão do preconceito, né... Os homens achavam que aquilo ali era coisa de mulher... Não tinha ainda aquela visão de homem e mulher fazer a mesma função, a questão de gênero não entrava ainda na cabeça dessas pessoas. Na delrio, só quem trabalhava era mulher, tinha homem, mas era homem diretor, gerente. Quem costurava, quem vendia, quem negociava eram as mulheres, então quem tivesse de catar alguma coisa do lixo também era mulher... muita gente se fez dali, teve gente que fez loja vendendo roupa de retalho...(Navegante)

A divisão de tarefas baseada no sexo coloca para a mulher o trabalho repetitivo e manual e para o homem o trabalho mais qualificado (HIRATA, 2002). A narrativa de Navegante elucida que os homens ocupavam os cargos mais bem remunerados e prestigiados, enquanto as mulheres eram as operárias que fabricavam as roupas íntimas.

Estudando o mercado de trabalho para a população feminina do Ceará, com foco na capital, a autora Esmeraldo (1998) afirma que com a reestruturação

produtiva várias fábricas tiveram sua organização modificada, acarretando uma diminuição na demanda da mão de obra feminina e, conseqüentemente, demissões:

Os setores industriais, que nos anos 1970 e 1980, incorporaram maciçamente (com exceção do setor metalúrgico cearense) a mão-de-obra feminina para os serviços que exigiam pouca qualificação, baixa escolaridade e, diante disso, baixa remuneração estão se tecnificando e, com isso, eliminando espaços de trabalho masculinos e, principalmente, femininos na capital. (ESMERALDO, 1998, p.61)

Na Serrinha, a fábrica Del Rio, também inserida nesse processo, fechou as portas e deixou um contingente numeroso de mulheres desempregadas. A mesma autora cita a referida fábrica, como exemplo, para tratar do assunto no Ceará:

A indústria de confecção feminina denominada “Del Rio” também está reduzindo significativamente seu quadro de operárias. Até o mês de novembro de 1996, demitiu cerca de 600 mulheres, com a implantação de polivalência, prevista no Programa de Qualidade Total dessa indústria (ESMERALDO, 1998, p.62)

Além dos trabalhos desenvolvidos na fábrica, a Del Rio era fonte de matéria prima para muitas mulheres que catavam os restos dos tecidos e os utilizavam para geração de renda. Navegante discorre:

Aqui na Serrinha, sempre teve um movimento muito forte da questão de sobrevivência, né... Então, as pessoas pegavam o lixo da Delrio. Quando era dia do caminhão chegar pra abrir o depósito pra pegar o lixo, as mulheres, era de 40 mulheres, elas pegavam aqueles retalhos da delrio, de lycra, juntavam, algumas que já eram costureiras, faziam peças, calcinhas, sutiãs e as que não sabiam costurar, elas vendiam a lycra, então movimentava dinheiro, tinha gente que vendia 50 kg de lycra... Quando eu cheguei aqui eu ficava pensando, “Meu deus, esse monte de mulher tudo armada!” Elas levavam tesouras pra cortar as lycras. (Navegante)

Compreendemos assim, que as mulheres da Serrinha utilizaram a criatividade como forma de sobrevivência. Assim, a luta dessas moradoras visa responder, antes de tudo, às necessidades humanas:

São várias, pois, as vias encontradas por homens e mulheres para suprir suas necessidades, desenvolver sua humanidade e melhorar suas

condições de vida e de cidadania. Se não houvesse necessidades percebidas e socialmente compartilhadas, não existiriam políticas, direitos, normas protetoras, trabalho e tantas outras respostas resultantes da *práxis* humana, por meio da qual tanto a natureza quanto a sociedade (e os próprios atores sociais) são transformados. (POTYARA, 2006, p. 68)

Dito isto, as ações das mulheres configuram uma prática social e política que transforma a própria vida e a realidade daqueles que as cercam e, conseqüentemente, da cidade em que vivem. Nas seções seguintes, destacamos as áreas de atuação que identificamos serem onde as mulheres do bairro mais estiveram e estão presentes.

#### 4.1 A LUTA PELAS PRIMEIRAS ESCOLAS NO BAIRRO: O LEGADO DAS PIONEIRAS DA SERRINHA

A palavra legado pode ser definida como “testamento para benefício de outra pessoa; é deixar algo, de valor ou não, para outra pessoa” (FERREIRA, 2010) Utilizamos aqui essa expressão para tratarmos de ações de mulheres que transformaram a vida dos moradores não só da geração da qual fizeram parte, mas também dos que até hoje vivem na Serrinha. Nos registros sobre a história do bairro, encontramos a seguinte homenagem a alguma dessas mulheres:

[...] a velha guarda da Serrinha não esquece os nomes das pessoas que muito contribuíram para seu crescimento. Dona Rosinha muito conhecida pelas suas bondades de ajudar a viver e crescer o povo do bairro; a Profa Heloisa Ferreira Lima – 1ª professora da Serrinha de grandes méritos, sonhos e horizontes claros. Trabalharam como líderes comunitárias: Heloisa, Valda e Maria Célia [...] <sup>29</sup>

A luta pela educação assumiu um destaque na Serrinha e as mulheres citadas pelo documento acima, Heloísa, Valda e Maria Célia, foram pioneiras e atuaram nas primeiras escolas do bairro. As falas de algumas entrevistadas comprovam a importância delas:

---

<sup>29</sup> Citação retirada do texto intitulado “Histórico do Bairro da Serrinha”, produzido por membros da própria Comunidade e anexado ao “Caderno da Comunidade – Conheça a realidade atual da Lagoa da Itaperaoba e do seu entorno”.

Eu conheci uma mulher muito lutadora na Serrinha, aliás duas! Todas as duas foram professoras minhas, a Dona Heloisa e Maria Celia, elas foram grandes professoras. Na época era tudo tão difícil aqui. Elas davam aula e ao mesmo tempo ajeitavam a casa, cozinhavam, e ainda era cozinha na lenha. Às vezes, as alunas até ajudavam elas.... (Nilda)

Nas primeiras escolas da Serrinha, além de mamãe [Heloísa Ferreira], tinha a dona Valda, que já é falecida. Olha, as duas trabalharam além da conta pela educação aqui no bairro. (Ana Lúcia)

As mulheres brasileiras foram pioneiras e predominaram nas lutas pelas primeiras escolas e creches de bairros, principalmente nas periferias. Essas reivindicações se tornam mais conhecidas durante a década de 1980. Gohn (2007) defende que durante essa década o movimento de mulheres cresceu, dando visibilidade a essas reivindicações. Sobre essas reivindicações, a autora afirma:

[...] O que aparece ou tem visibilidade social e política é a demanda da qual são portadoras: creches, vagas ou melhorias nas escolas, postos e equipamentos de saúde etc. São demandas que atingem toda a população e todos os sexos, mas têm sido protagonizadas pelas mulheres. Na área da educação formal, por exemplo, principalmente no Ensino Fundamental, pesquisas e estatísticas têm apresentado, há anos, a predominância das mulheres [...] (GOHN, 2007, p.55-p.56)

No Ceará, a participação das mulheres buscando melhorias para os bairros dos quais fazem parte ocorreu, principalmente, a partir das décadas de 1960. Esmeraldo (1998, p.53) afirma sobre essas organizações em Fortaleza que

[...] os movimentos de mulheres, que aconteciam nos bairros, nas associações, nas CEBs, nos clubes de Mães, nos grupos informais, eram portadores de reivindicações concernentes à reprodução social. Eram lutas por creches, escolas, saúde, transporte, terra, habitação [...]

Cada um desses itens esteve presente nas lutas cravadas pelos moradores da Serrinha, tendo as mulheres sido protagonistas dessa prática social e política. O movimento por creches no bairro nasceu paralelamente às primeiras atividades da AMORBASE, em 1980. A entrevistada explica:

Primeiro começamos com as mães crecheiras, que era dentro das casas da gente mesmo! A gente tinha muita mãe crecheira, eu, dona Dorinha e outras mulheres organizamos esse projeto. Era assim: todo mês, aquelas mães recebiam aquele tantinho pra ficar com aquelas crianças... A gente lutou por essas mães crecheiras, porque as mães precisavam trabalhar e não tinha

com quem deixar as crianças e aí deixava com essas mães crecheiras.  
(Maria Aparecida)

A primeira creche do bairro, que foi criada em 1988 e, inicialmente, chamava-se de Creche Comunitária Pequena Paraíso, hoje é o Centro de Educação Infantil Pequeno Paraíso, foi resultado da mobilizações dos moradores da Serrinha, em especial das mães que necessitavam de um local para deixar seus filhos enquanto trabalhavam.

Posto isto, várias foram as mulheres que reivindicaram que o bairro recebesse equipamos públicos. Destacaremos com mais precisão uma delas. Heloísa Ferreira Lima é considerada a primeira professora do bairro Serrinha e é destaque na luta pela educação no bairro. Também responsável pela primeira sala de aula da comunidade, criada em 1940, e que alguns anos depois se tornaria a Escola São Pedro, a primeira do bairro (seção 3.0). Na década de 1970, fundou e foi também professora do Instituto 5 de Novembro, escola que ficou conhecida como “Quadra” pelos moradores do bairro. Heloísa Ferreira lutou para que o Instituto fosse conveniado à PMF, e ao conseguir, metade dos alunos da escola não pagava mensalidade. Ana Lúcia, filha da professora e entrevistada desta pesquisa, afirma que a mãe veio do interior e era neta de escravo. Sobre o motivo de Heloísa Ferreira ter escolhido a profissão de ensinar, a interlocutora explica:

Mamãe dizia que o avô dela falava para as três netas: vocês têm que estudar para não ter que terminarem a vida pegando em cabo de vassoura, tem que ter profissão (Ana Lúcia)

**Figura 4 - Professora Heloísa e a 1ª turma da Serrinha, em 1940**



Fonte: Acervo pessoal de Ana Lúcia Ferreira Lima

Negra e da classe trabalhadora, a professora foi pioneira na Serrinha e lutou para que as crianças do bairro tivessem acesso à educação. Em uma das visitas do presidente João Figueiredo, em novembro de 1980, um dos alunos da professora entrega ao político um papel que continha um texto elaborado pela mesma e abaixo-assinado dos moradores (ANEXO 4)

O texto denunciava as refrações da questão social na Serrinha: a falta de escolas no bairro e também a falta de transportes para as crianças mais pobres a única escola do local, e reivindicava uma medida do governo. Em nosso diário de campo, registramos informações sobre a atuação de Heloísa Ferreira:

Em uma visita a COMBASE, para entrevistar Maria Amaral, encontramos Ana Lúcia Ferreira. Esta havia sido informada por Maria que nós iríamos comparecer naquele dia ao Conselho e também compareceu para mostrar-me documentos sobre a trajetória de sua mãe, Heloísa Ferreira Lima. Orgulhosa, Ana Lúcia apresentou-nos a pasta de recordações com documentos, fotos, agendas e relatórios da mãe. Destacava que o seu bisavô, avô de Heloísa Ferreira, tinha sido escravo e que, mesmo sem estudos, incentivava que a família seguisse na busca pela educação. Assim, as três netas escolheram ser professoras.

A COMBASE e a Escola Duque de Caxias também tiveram em seu histórico mulheres atuantes. O terreno para a construção do Conselho, por exemplo, foi doado por três mulheres católicas, conhecidas como Irmãs Araújo, que eram voltadas para ações filantrópicas:

Essa escola foi iniciativa das três irmãs Araújo: Maria Alice, Maria Lúcia e Maria do Carmo. Elas doaram esse espaço... Naquela época, as condições eram meio fracassadas pro povo aqui do bairro, tanto que vinha mais para cá [Escola Duque de Caxias] eram as crianças carentes, vinham da favela mesmo... (Maria Amaral)

Na década de 1970, outra escola surgiu na Serrinha, também por iniciativa de uma moradora, que se chamava Raimunda Ferreira dos Reis. A referida fazia parte da AMORBASE e, juntamente com o marido, fundou uma escola no quintal da sua casa. A filha de Raimunda relata sobre a estrutura da escola:

Acho que foi em 1975 ou 1977, por aí, que meus pais criaram essa escola. A escola começou embaixo de um cajueiro. Os alunos traziam uns bancos,

os banquinhos das casas deles. A escola não tinha nem nome, era uma escolinha filantrópica mesmo, de graça. Depois essa escola passou a se chamar "Menino Deus". Era mais alfabetização. Eram uns 30 alunos e a gente tinha muito apoio, doações... A gente tinha todos os eventos de uma escola particular. Minha mãe era a diretora e respondia por tudo. Depois de um tempo, fui procurar a prefeitura para ajuda nas comidas das crianças. Outra mulher aqui da Serrinha, chamada Maria Augusta, me ajudou e me apresentou a uma pessoa responsável pelo apoio a merenda escolar lá na prefeitura. Aí veio visitar uma Assistente Social aqui e disse que só podia ter o convenio da prefeitura se tivesse banheiro, duas salas e secretaria. O que foi que meu pai fez? Ocupou o terreno lá atrás, fez o banheiro, duas salas e a secretaria. Depois disso, ampliamos, tinha alfabetização e era até a terceira série primária. (Socorro Reis)

**Figura 5 - Quintal da entrevistada Socorro Reis, onde era localizada a Escola fundada por sua mãe, Raimunda Reis. A porta da esquerda era a entrada da sala de aula.**



**Figura 6 - Grupo de grávidas na área da casa de Socorro Reis e doações para as moradoras do bairro que estão gestantes.**



Fonte: Acervo da autora

Além das ações na escola, Raimunda Reis era conhecida pelos grupos de caridades ligados à religião Espírita, que até hoje a entrevistada desta pesquisa, Socorro Reis, ainda desenvolve. A interlocutora relata sobre os encontros realizados na casa da família:

Em 1978, papai queria fazer doações para quem precisava. Então, mamãe deu a ideia de fazer uma festa para idoso. Iniciou-se em [19]79 com 5 idosos, hoje nós fazemos nossa festinha de idosos, ate o ano passado eram 100, esse ano já diminuiu porque morreram muitos. Desde aquele período faço todo ano a festa do idoso. [Como eram esses grupos, essas festas?] Mamãe quem organizava, era junto com o grupo espírita! Mamãe, ela fazia sopa, papai comprava os alimentos. Juntos eles davam uma cesta básica pra cada um. Meus pais faziam isso e tiravam do próprio bolso. (Ana Lúcia)

Assim, mantendo a tradição da família, a interlocutora Socorro se organiza todos os anos para doar os objetos necessários para as mulheres grávidas do bairro.

Depois foi que o grupo de idosos aumentou, minha mãe [Raimunda Reis] quis fazer festa de enxoval todos os anos em homenagem ao meu pai, que já tinha falecido. O nome do meu pai era Reis. A festa “do Reis”, que ela chamava e dizia “vou fazer doações de enxoval dia 6 de janeiro”. Aí depois que ela se foi, eu continuei a tradição, quando é dia 6 de janeiro eu faço esse encontro. Fora o dos idosos que faço sempre também, só que esse vem diminuindo porque muitos que frequentavam morreram. Hoje são 20 gestantes, na época da mamãe eram 25. A gente dá a fralda, a saboneteira, o broche, eu sei que até hoje eu dou essas coisas. (Ana Lúcia)

No dia 06 de janeiro de 2016, fomos a campo na Serrinha e estivemos presentes nesse grupo de gestantes que a entrevistada realiza todos os anos. No diário de campo desse momento, registramos:

A varanda da interlocutora se encontra ocupada por cadeiras onde jovens mulheres grávidas estão sentadas. Há bolo e suco sendo servido por pessoas que, segundo a própria Socorro Reis, são da religião Espírita e ajudam a desenvolver atividades de caridade para quem precisa. Dona Socorro transita entre as grávidas perguntando para cada uma o que elas mais precisam para o enxoval: “Você já tem carrinho? Banheira? Roupinhas”. A mesma anota com cuidado o que cada grávida precisa. Antes de começarem a distribuir os enxovais, Maria Augusta, outra moradora que também é entrevistada nesta pesquisa, aparece com uma banheira para bebê e outros objetos de enxoval. Em uma salinha ao lado da varanda, há massagistas oferecendo serviços de relaxamento para as grávidas.

Vale ressaltar, dessa maneira, que as mulheres pioneiras do bairro tiveram suas atuações ligadas à religião, seja Católica ou Espírita. A entrevistada Inês ressalta essa questão:

Quando me inseri nas lutas da Serrinha, procurei realizar uma prática emancipatória, diferente das mulheres mais antigas do bairro, que fazia muita coisa ligada à religião e ao assistencialismo. (Inês)

Essa forma de atuação ligada à ideologia patriarcal é destacada por Martins (2015), que afirma haver uma feminização da filantropia principalmente a partir do século XVIII, quando há um aprofundamento da questão social e, assim, uma necessidade de medidas pontuais contra a organização dos movimentos populares que crescia.

A mesma autora destaca a existência de uma ideologia da domesticidade, além do apelo religioso, para explicar os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres até hoje. Entretanto, Martins destaca (2015, p.26) que há contradições nesse processo:

Para muitas mulheres que atenderam trabalhar em prol dos necessitados - mesmo que mais restrito à noção moral e normativa da difusão da maternidade -, sair de seus lares e iniciar um trabalho benemerente as levou para outras experiências com as quais não tinham familiaridade.

Ainda com as limitações morais que as atividades relacionadas à religião podem desenvolver, entendemos que a realização dessas mulheres moradoras que se dedicaram na luta por melhorias contribuíram e contribuem para uma expansão de suas relações, o que lhes proporciona experiências novas e, principalmente, conquistas concretas para o bairro.

#### 4.2 “A GENTE COMIA COM O ALUGUEL NO PRATO”: A QUESTÃO DA MORADIA NA SERRINHA E A LUTA DAS MULHERES DO BAIRRO

Maria Aparecida tem 59 anos e desde 1972 mora na Serrinha. Ao questioná-la sobre o motivo de ter ido morar no bairro, ela respondeu: *Porque não tinha moradia, né!? Aí vim, com minha mãe, de Palmácia pra cá.* A fala de dona Maria resume uma das demandas mais antigas dos moradores da comunidade: a moradia.

Fortaleza, como já apresentamos na seção 2.2, é uma das cidades com maior déficit habitacional<sup>30</sup> do país, problema esse que é aprofundado pela grande disparidade de renda que a capital cearense apresenta. A tensão nessa questão ocorre quando os movimentos sociais que lutam por moradia entram em cena. A partir dos anos 1970, Fortaleza foi palco de grandes pressões da classe trabalhadora, trazendo à tona duas das expressões da questão social da cidade: a segregação socioespacial e a falta de moradia. Silva (1992, p.79) afirma que “o acentuado déficit de habitação ligado ao crescente aumento da população urbana

---

<sup>30</sup> Fortaleza possui um déficit habitacional de 116.985 unidades domiciliares, sendo o 6º maior do país (IBGE, 2010)

vai provocar uma corrida neste setor através da construção de conjuntos habitacionais e residências isoladas”.

A Serrinha teve esse processo aprofundado no início das décadas de 1980 e 1990. O referido bairro, que nasceu com sítios e chácaras cujos donos, geralmente, passavam no local o final de semana ou as férias, passou a ser mais habitado quando as pessoas que não tinham onde morar tomaram-no como local fixo de moradia. Estes, na maioria das vezes, vinham do interior ou de outra periferia, como coloca a seguinte entrevistada:

Cheguei em 1958 aqui, que foi quando nasci... nessa época, o povo vinha como lazer para cá, morava no centro aí vinham pra cá passar o final de semana, depois de um tempo, virou canto de morar mesmo (Ana Lúcia).

Já nas décadas 1960 e 1970, novas pessoas chegavam ao bairro. Sobre a chegada dos imigrantes rurais a Fortaleza, Silva (1992, p. 64) relata que era comum que esses recém-moradores encontrassem nas favelas os únicos locais disponíveis onde poderiam permanecer:

“a princípio, logo que chegam a Fortaleza, essas migrantes permanecem um certo período na residência de parentes ou amigos. Após um certo tempo, devido a problemas de espaço, entre outros, para resolver a questão, acabam se fixando em favelas”

Esse foi o caso de Maria Aparecida, que relatou primeiramente viver na Serrinha, juntamente com o marido, na propriedade de um senhor, onde trabalhavam como caseiros em seu sítio. Quando a propriedade foi vendida, os trabalhadores ficaram desempregados e não tinham para onde ir. A localidade mais próxima que começava a ser habitada era a Comunidade Garibaldi, onde o casal vive até hoje. Como relata:

No início, quando a gente veio pra Serrinha, a gente não veio logo para cá [Comunidade Garibaldi] não. Nós viemos pra cá porque lá no primeiro canto onde a gente vivia, a gente só tomava de conta, num era nossa casa mesmo não. Aí o homem vendeu tudo, aí nós viemos pra cá, que já tinha um pessoal levantando casa... e assim foi que nós construímos essa nossa casinha aqui [...] Quando eu cheguei aqui na Garibaldi era tudo mato. Aqui onde eu moro era só uma varandinha mesmo, mal dava para passar. Essa ruazinha aqui que tu tá vendo não tinha não. Era só um caminhozinho. Aqui era mata fechada, aí minha vizinha foi quem deu um jeito de ir abrindo os

matos, e assim, abriu a estrada. Com o tempo, mais gente foi chegando, foram abrindo mais caminho, ajeitando mais as casa e hoje tá grande e com bem mais morador. (Maria Aparecida)

Diante do depoimento, entendemos que população pobre ocupava lugares desvalorizados como forma de sobrevivência. Ocupavam e construíam de maneira espontânea suas moradias nos terrenos. Podemos também destacar, pela narrativa de Maria Aparecida, a presença feminina na busca pela moradia: Maria Aparecida teve a iniciativa de levantar uma casa juntamente com o marido; a mesma cita também sua vizinha, que “deu um jeito” de abrir a estrada para acesso das casas que estavam sendo construídas.

Silva (2005, p.85), ao estudar as resistências sociais ocorridas no meio urbano na cidade de Teresina entre os anos de 1985 e 1990, cita que, geralmente, eram mulheres que tomavam à frente nas ocupações:

A determinação de ocupar de muitas mulheres era motivada pelo cansaço proveniente de inúmeros transtornos face às mudanças repentinas de local de moradia, às vezes, por conta de despejos de casas de aluguel não pagas regularmente, ou mesmo dado ao desagrado pela convivência na condição de favor, na residência de familiares.

Caso semelhante é abordado por Fernandes (2015), que acompanha a remoção da Comunidade Trilha do Senhor, no bairro Aldeota da cidade de Fortaleza, para a construção do Veículo Leve sobre Trilhos, em 2013. Ao questionar o protagonismo das mulheres na luta contra a remoção das casas, obteve como conclusão que: “a luta pela moradia estava interligada à questão da mulher por abalar o lar diretamente” (FERNANDES, 2015, p.111)

Perrot (2010) reafirma que a luta feminina por melhores condições de vida em espaços urbanos não é recente: as mulheres estiverem presentes nas resistências das cidades populosas do século XIX ao protagonizarem as mudanças e/ou fugas repentinas devido aos não pagamentos dos altos alugueis cobrados. “Guardiãs dos víveres, as mulheres também são guardiãs do teto. Nas cidades populares do século XIX, sem nenhum preparo para receber as ondas de migrações, o problema da moradia jamais foi resolvido” (PERROT, 2010, p.195)

De acordo com a mesma autora, as mulheres realizavam motins e reivindicavam geralmente por preços menores de alimentos e/ou alugueis ou até

mesmo a suspensão do pagamento pelas moradias, como exigia a intervenção feminina em 1848, em Paris.

A moradia é uma necessidade do ser humano. A casa deve ser local de proteção e aconchego para o indivíduo. Entendemos que a mulher liga-se, devido à divisão sexual do trabalho, mais ao espaço doméstico que o homem, o que a faz estar mais ligada à moradia e às necessidades da casa. Assim, reafirmamos as relações patriarcais de gênero, já que a casa representa a moradia para os filhos e são as mulheres que se preocupam mais com o bem estar da prole. Essas reivindicações femininas estão fortemente presentes ainda hoje:

[...] Indiscutivelmente, a mulher tem uma inserção particular nas lutas contemporâneas, seja empunhando bandeiras eminentemente feministas, que visam a destruição das bases da sociedade patriarcal e falocêntrica, seja em lutas de cariz popular como as que envolvem a conquista de moradia e equipamentos urbanos que possam proporcionar-lhes condições dignas de habitabilidade: um lugar, um endereço digno, ou mesmo um pedaço de terra para plantar e para viver, como nas lutas no meio rural [...] (VIANA, 2005, p.84)

A história de Adelaíde, outra mulher entrevistada, demonstra bem essa questão abordada por Viana (2005). Adelaíde veio da cidade de Aracati, interior do Ceará, buscando melhores condições de vida. Depois de um período morando de aluguel no bairro Antônio Bezerra, decidiu, em 1992, ocupar um terreno próximo a sua casa por não ter mais condições de pagar aluguel. Depois de alguns dias, a prefeitura agiu com truculência e derrubou os barracos construídos pelas famílias:

Isso que aconteceu foi no ano 92. O terreno era bem do lado do viaduto de Antônio Bezerra. Hoje lá é uma favela, pois quando a gente deu as costas, a gente não soube se a prefeitura entrou de novo ou não pro Roncy, que pediu o local. Sei que ficaram algumas pessoas que não quiseram vir pra cá, e não tiraram o barraco... só que no centro desse terreno passava um esgoto, era muito pesado, era cruel, eu me sentia muito mal. (Adelaíde)

Quem derrubava nossos barracos eram os guardas da prefeitura... eles chegavam e simplesmente não olhavam na cara da gente! Tinha gente que tinha comprado a madeira pra levantar o barraco, eles levaram embora, pro depósito da prefeitura... Aí pronto, eles ficavam num canto e a gente noutro, eles passaram uns 10 dias e nada de a gente levantar barraco, mas a gente não saía de lá! Tinha um cajueiro, então a gente ficou lá debaixo! Passando esses dias, a gente demorou pouco tempo uma semana, duas, no máximo, a gente levantou de novo! (Adelaíde)

O terreno era de propriedade do grupo Roncy (antiga rede de supermercado), que logo depois da ocupação reivindicou a posse do local. É notório que o surgimento dos movimentos sociais, principalmente nos espaços suburbanos, ocorrem porque a urbanização da capital cearense não acompanha o crescimento demográfico. A entrevistada explica o motivo de ter tomado essa iniciativa de ocupação do terreno:

Por que assim... é uma frase feita o que vou dizer! Todo mundo fala, mas resume o que me fez ir pro terreno e lutar! A gente come com o aluguel no prato, pois todos os meses quando você pisca o olho e ela chega... a cobrança chega e eram preços exorbitantes! Era uma chance, pois quando a gente foi para o Antonio Bezerra, as coisas eram difíceis, eu não tinha emprego, era eu e meu ex-esposo e mais três filhos, duas moças e um rapaz. (Adelaide)

Elizabeth Calú morava na Serrinha, mas não tinha casa própria. Foi também uma das primeiras moradoras do Conjunto Habitacional Ayrton Senna, que teve como primeira liderança a entrevistada Adelaide. Em três quadras do bairro foram construídas casas populares. Esse conjunto, iniciou-se de forma espontânea e desordenada, quando famílias ocuparam o local. Logo depois, o número de pessoas ocupando o espaço aumentou, quando a prefeitura transferiu para aquele terreno outras famílias sem moradia. Elizabeth explica como foi o processo de construção das casas:

Aqui, de lagoa virou esse conjunto, aí todo mundo fez sua moradia... Eram as casinhas de taipa pra todo mundo ficar dentro pra poder conseguir receber as casas. Doutor Cambraia foi quem que iniciou esse conjunto. Ai eles fizeram um mutirão aqui. As casas de taipa todo mundo fez porque veio muitas pessoas de outros lugares, aí a taipa era só pra gente ficar de baixo pra não perder o lugar. Aí quando terminou, eles entregaram uma sala e um banheiro e um terreno pra construir, um embrião, um compartimento e um banheiro e o terreno pra gente construir, ai todo mundo construiu. Nós construímos a nossas casas, a gente ganhou só o terreno. (Elizabeth)

A Lagoa a que a entrevistada se refere é a Lagoa da Rosinha, que foi soterrada e não existe mais no bairro. Pela fala da mesma, temos a noção do

período de construção do conjunto habitacional, que foi no mandato do prefeito Antônio Cambraia, entre os anos 1993 e 1997.

A Serrinha, nesse período, começava a receber um contingente populacional inédito desde então, fato esse que é demonstrado pela necessidade de os moradores terem que ficar nos terrenos, em casas de taipas construídas improvisadamente, para não “perderem o lugar” em que as casas seriam futuramente construídas. Geralmente, os homens da família saíam para seus empregos e as mulheres e ficavam nos terrenos ou nas casas em construções:

Toda mulher trabalhou em regime de mutirão... A gente que levantou mesmo, tanto era que não tinha mão de obra especializada, porque o homem que era o pedreiro e ele não podia trabalhar aqui porque ia atrás de trabalho. Aí a gente cotizava pra pagar a mão de obra... A prefeitura entrou com o material. *A prefeitura dava o material e vocês construíam como queriam, é isso?* É, só que eles davam assistência na parte de engenharia. Mas só que quem levantou, fomos nós, a Nilda, todo mundo... O marido não pode trabalhar no mutirão, aí a mulher vinha e trabalhava, aí carregava tijolo. (Adelaide)

**Figura 7 - Mulheres e crianças participam da construção das casas do Conjunto Habitacional Ayrton Senna**



Fonte: acervo pessoal de Adelaide Apolinário

O problema da moradia também é expresso pelas catadoras Cícera Edilene e Maria Marta, que viveram situação de rua durante anos. Edilene morou

durante quase 12 anos em um dos galpões da ACORES e Maria Marta passou sete anos vivendo nas ruas do centro de Fortaleza. Ambas encontraram na catação uma forma de obter renda e se estabilizarem em um local.

Eu morava antes do Bom Jardim, saí de lá porque minha mãe morreu. Aí vim para a Serrinha, mas eu e minha irmã nos desentendemos e rompi com ela. Aí fiquei sem casa para viver. Algumas pessoas me deram a mão, me ajudaram. A Dona Nilda me ajudou! Eu morei dentro da ACORES durante um bocado de anos, eu não achava ruim... eu gostava de morar lá. (Cícera Edilene)

Eu sou de Sobral, mas tava morando na casa da minha tia. Já criança eu catava com meu pai lá em Sobral. Ele é catador também. Quando vim pra Fortaleza, tinha 14 anos, fiquei na minha tia e ela tinha muita discriminação porque eu catava lixo, era um sofrimento, aí saí de lá e fui morar com o pessoal de fora. Pulava de galho em galho. Mas, no fim, eu não tinha onde ficar. Morei 7 anos na rua e me virava com que tirava da catação. Aí eu peguei saí e fui morar na rua. Meus 15 anos eu completei no meio da rua, nas calçadas. Minha filha, eu só não sofri muito porque tinham muitas as pessoas boas que ficava mais eu! Essas mulheres da rua que me davam acolhida, dormia na casa de algumas, já dormi em umas casas abandonadas no centro, tinha um bocado de gente morando lá. Com o dinheiro da catação, eu pagava as vezes aquelas quitinetes do centro só para dormir... 15 reais uma noite e se for pra tomar banho e passar dia ou sábado e domingo era mais caro 25 reais. (Maria Marta)

Cícera Edilene saiu das ruas para morar no galpão da ACORES. Maria Marta também saiu das ruas quando se tornou empregada doméstica, aos 18 anos. Atualmente, ambas vivem em casas na Serrinha e pagam aluguel, que também é denunciado por várias entrevistadas como um problema do bairro, por estes terem um valor muito alto. Os locais serão valorizados conforme o número e importância de investimentos na terra urbana. Grandes obras influenciarão os valores dos imóveis que se localizam próximos.

A Serrinha, como já abordado na seção 3.3, é alvo de investimento, o que faz o valor da terra ser mais cara, seja alugada ou comprada. Maricato (2015, p.25) afirma que “mesmo uma casa precária em uma favela se valoriza com as vantagens de localização e pode propiciar ao seu dono rendimentos com aluguel”.

Os valores dos aluguéis na Serrinha se inserem nessa dinâmica. A catadora Edilene atualmente paga 150 reais de aluguel para morar em uma casa que foi construída em um terreno ocupado. Maria Teixeira, por sua vez, paga 300 reais em uma casa “minúscula” para poder morar próximo à ACORES, seu local de

trabalho. O valor maior cobrado é onde reside Maria Marta, que paga 600 reais. Vejamos alguns trechos a respeito do assunto:

500 reais, sai por 600 com água e luz. É em terreno invadido, aí o homem se mudou e deixou alugando...[Por que é tão alto o aluguel?] Os preços daqui são assim mesmo... Dizem que é por causa do aeroporto... (Maria Marta)

O aluguel que eu pago é 300 reais por um canto de 2 compartimento e um banheiro. E, assim, a gente precisa do gás, precisa da comida, tem água, luz, ainda bem que eu e meu marido gastamos pouco porque se não o dinheiro não ia dar porque o aluguel é caro, pelo menos eu acho. (Maria Teixeira)

A questão central, nesse caso, explícita também pela presença do aeroporto, é como a renda fundiária torna-se um grande negócio e a cidade passa a ser alvo dos capitais. O valor de troca e o valor de uso<sup>31</sup> em jogo. “A classe trabalhadora – entendida aqui num sentido amplo, incluindo os informais e domésticos – quer da cidade, num primeiro momento, o valor de uso” (MARICATO, 2015, p. 23). Esse valor de uso entendemos ser a moradia digna, o que inclui os serviços e as infraestruturas para uma moradia digna, já o valor de troca visa responder ao ciclo do capital. O acesso à moradia então passa a ter um grande custo, principalmente para a classe trabalhadora, como as catadoras que possuem um aluguel mais alto que a arrecadação mensal que conseguem com a catação.

Todas as catadoras da ACORES entrevistadas lutam pela casa própria por meio do Movimento Organizado dos Trabalhadores e Trabalhadoras Urbanos (MOTU), que tem como pauta principal a reforma urbana no país. Nos últimos anos, o MOTU tem realizado atos em prol, principalmente, de uma maior agilidade no atendimento das negociações do Programa Minha Casa Minha Vida. As entrevistadas da ACORES relatam o engajamento no movimento e a conquista da casa própria de uma delas:

---

<sup>31</sup> A categoria utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem a mesma. [...]. Esse caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho. O exame dos valores de uso pressupõe sempre uma determinação quantitativa [...]. O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta (MARX, 1988, p. 46).

Antes, eu morava na casa da minha sogra. Morei 15 anos lá. Eu não tinha mais esperança dessa casa do programa sair. Tinha reunião do MOTU aqui na calçada da ACORES mesmo. Eu não ia a toda reunião, só ia quando dava vontade mesmo, porque já tava sem esperança. Eu não sabia que ia ser chamada. Aí fomos inscritas pela Secretaria das Cidades, pela Caixa e através desse movimento, o MOTU, chamaram meu nome lá na Secretaria. Pago 36 reais mensais no Minha Casa, minha vida. É lá no José Walter! Já tá tudo ajeitado, escritura... tudo! (Maria de Lourdes)

Nós também estamos engajados na questão da moradia, uma catadora aqui já recebeu a casa. Aqui todo mundo da ACORES participa. É gente de todo bairro, José Walter, Paupina, Serrinha... (Nilda)

Quando a gente começou as reuniões, era bem pouquinha gente. Tinha reunião no CRAS, no IMPARH... Teve até uma das reuniões em um terreno invadido... (Maria Marta)

Eu participo do MOTU também, para vê se deixo de pagar aluguel... Já estou na fila, graças a Deus, nós já estamos bem avançados, já deixei papelada lá, dei toda a declaração! (Maria Teixeira)

Diante dessa luta pela casa própria e por moradia digna, entendemos ser essa uma das principais demandas das mulheres do bairro Serrinha. Por fim, para ilustrar essa questão, destacamos a fala de duas entrevistadas sobre o que é mais importante quando lutam por melhorias:

Olha, primeiro quando a gente abre os olhos tem que agradecer a Deus pelo dom da vida, e depois, por você morar numa casa! Tem umas goteiras, tem problemas, mas é uma casa e é minha! Tem gente com a situação pior do que a sua e não tem onde viver. (Adelaíde)

O mais importante, de tudo mesmo, é ter um cantinho certo para a gente. (Maria Teixeira)

#### 4.3 “QUEM SABIA CROCHÊ, ENSINAVA A OUTRA PARA ELA COSTURAR PARA FORA...”: O FAMILISMO E AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIAS DAS MULHERES DO BAIRRO SERRINHA

Na década de 1980, várias associações, como a Associação Beneficente Bom Jesus, a AMORBASE e o COMBASE, além de conselhos e escolas, tornaram-se mais atuantes na Serrinha. Em locais como a sede das associações, as casas

das próprias moradoras e alguns espaços pertencentes a instituições religiosas eram utilizados para a realização de grupos e encontros para a população do bairro, sendo mulheres as mais presentes.

O COMBASE, por exemplo, era um espaço onde eram realizados encontros religiosos, além de também ser local onde existe até hoje a Escola Duque de Caxias. Anexado a esses espaços, também há uma Capela, conhecida como uma das primeiras do bairro e construída na década de 1960:

O COMBASE sempre esteve ligado à religião, até o terreno dele foi doado por três irmãs católicas. O espaço era pra reunião, era para os alunos. Os moradores podiam vir desenvolver atividade aqui, mas o que tinha mesmo sempre eram as reuniões do conselho e a Legião de Maria, atividades católicas. Hoje, já diminuiu foi muito, antes tinha um alcance maior esse Conselho, mas hoje é só a Escolinha... (Maria Amaral)

Lá no COMBASE tem também a Escola Duque de Caxias, que mamãe [Heloísa Ferreira Lima] também ajudou do alicerce a construir! Até hoje ainda sou secretária do conselho e da escola. Lá foi onde também foi a primeira Igreja, que, na verdade, é a primeira capela da Serrinha. (Ana Lúcia)

As reuniões, na maioria das vezes, ocorriam para decidirem como poderiam melhorar algum problema do bairro, como a falta de infraestrutura, a falta de creches e escolas. Assim foram se formando as associações de bairro da Serrinha. A fome, a falta de escolaridade e de acesso ao emprego formal eram e, ainda são hoje, os problemas mais apresentados pelas pessoas que tem algum contato nas associações.

Atualmente, a AMORBASE continua ativa e é uma das mais articuladas, sendo, por isso, destaque nas organizações coletivas do bairro. Geralmente, o espaço da associação também é usado pelas instituições municipais e estaduais que desejam ministrar palestras para os moradores do bairro.

Assim, a pobreza, e sua reprodução ao longo das décadas, é uma das características marcantes do bairro, como já explicado na seção 3.2. Desde o início da ocupação do local, os moradores da Serrinha já se organizavam na luta por melhorias de vida e de conquistas de serviços para o bairro. Em uma das visitas realizadas à AMORBASE, registramos no diário de campo acontecimentos que nos ajudam a entender melhor a atuação da Associação e a relação com os moradores do bairro:

Neste dia de visita, coincidentemente, a associação recebia a COELCE para instalar a luz no seu espaço; a mesma companhia faria uma palestra sobre o uso econômico de energia para os moradores do bairro. A AMORBASE estava lotada, em sua maioria, de mulheres da própria Serrinha, mas havia também mulheres de outros bairros (como as mulheres do bairro Itaoca, vendendo produtos naturais, como shampoos e remédios, fabricados por elas). Entre vendas, atividades e a palestra da COELCE que acontecia naquela manhã, ouvi a coordenadora da AMORBASE dizer para uma moradora do bairro “a mulher aqui é que manda em tudo, faz tudo, desenvolve tudo isso aqui”. As salas da associação eram divididas de acordo as atividades; havia a biblioteca, onde havia aula de reforço para as crianças do bairro; a sala artística, onde vendiam os artesanatos produzidos e o pátio, onde aconteciam as palestras.

**Figura 8 - Moradoras da Serrinha assistem à palestra sobre consumo econômico de energia, oferecido pela COELCE.**



Fonte: acervo da autora

**Figura 9 - Sala de exposição da AMORBASE - Venda dos objetos produzidos pelas moradoras que participaram das oficinas ofertadas pela Associação.**



Fonte: acervo da autora

A forma de enfrentar esse pauperismo pelas mulheres do bairro esteve e ainda está muito ligada a diferentes ocupações e trabalhos, que se caracterizam por serem, geralmente, manuais ou precarizados. Isto pode ser percebido na fala de Eliane Gonçalves que, quando questionada sobre as dificuldades que as moradoras da Serrinha enfrentaram durante a década de 1970, período grande de seca no Ceará, afirma:

A gente viu que aquele ciclo de pobreza era muito dramático, e a gente teve que dá a volta por cima, e a volta por cima que a gente deu foi indo atrás de algum curso, oficina ou mesmo aprendendo com as mães... Quem sabia crochê, ensinava quem não sabia, uma que tivesse vontade de costurar, a outra aprendia... e para sobreviver, elas vendiam para fora... (Eliane Batista)

Compreendemos também que essas atividades permitem uma maior autonomia da mulher pela capacidade de produzir algo. Porém, estão todas na área da produção artesanal, com uma relação informal com o mercado de trabalho. A mesma entrevistada, que ministra voluntariamente cursos de pintura, desenho e artesanato com materiais recicláveis na AMORBASE, acrescenta a respeito dessa questão:

Até hoje temos essa cultura inserida no nosso meio e fortalecida os grupos, ensinar como essas mulheres possam apreender, ensinar como elas podem ajudar no orçamento doméstico. A Serrinha é isso: mulheres lutadoras que estão em busca de melhores condições de vida... (Eliane Batista)

A respeito desse assunto, Gohn (2013) afirma que é por meio das políticas públicas que a relação entre os movimentos sociais e o Estado se faz, já que a nova política estatal atua por projetos focalizados (para mulheres, crianças, jovens, etc) e conta com a participação de representantes da sociedade civil em ONGs e associações: “mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais” (GOHN, 2013, p. 62). Nesse contexto, merece destaque a participação das mulheres, que são as mais presentes nas redes civis e público alvo de várias políticas públicas:

[...] Desde o início da década passada, o governo federal tem criado agendas que contemplam a inserção de mulheres em inúmeras políticas públicas nas quais se observa a construção de estratégias de institucionalização das políticas de igualdade de gênero. Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, órgão responsável por promover a transversalidade do tema no interior do governo, criando uma interface com os demais ministérios. Essa secretaria promulgou uma série de editais de apoio à pesquisa sobre gênero. O Ministério do Desenvolvimento Agrário criou a Assessoria Especial de Promoção à Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE), com o objetivo de efetivar políticas públicas que promova os direitos econômicos das trabalhadoras rurais. Em 2003, criou-se o Programa Nacional Agricultura Familiar (Pronaf-Mulher) como uma linha de crédito destinada às mulheres trabalhadoras rurais. A partir dessa datas, dezenas de organizações de mulheres passam a trabalhar em parceira com o governo [...] (GOHN, 2013, p.63-64)

Sobre essa promoção de inúmeras políticas públicas, com destaque para as mulheres do meio rural, são ofertados cursos específicos para essa população. Cursos que são ministrados e voltados, em sua grande parte, por e para mulheres. O Governo do Estado do Ceará, por exemplo, possui um projeto na área de qualificação profissional intitulado “Criando Oportunidades”. A entrevistada Navegante, que trabalha na Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social do Ceará, é costureira profissional e explica como é seu emprego:

Hoje eu trabalho prestando serviço para o governo, para a secretaria de trabalho e desenvolvimento social... eu dou aula para o Projeto Criando Oportunidade, dando aula de corte e costura. Eu viajo o Ceará todo. Para onde mandarem, eu vou. Sou costureira e exerço o cargo de instrutora e é um projeto de criar oportunidade, vai para o interior para aquelas mulheres

que não tiveram oportunidade, que nunca tiveram uma profissão, que vivem em situação de risco. (Navegante)

O “Criando Oportunidade” é inclusivo e trabalha para um público específico: em casa de recuperação de usuários de drogas, quem está em privação de liberdade, presídios femininos e masculinos, associação de mulheres. A gente dá aula em invasão, acampamento. O pessoal invade uma fazenda, aí começa o projeto... Vamos em diferentes lugares, dando aula para ensinar as mulheres para operar as máquinas. É uma oportunidade, né!? Esse projeto também sorteia dez máquinas para o grupo, é como a primeira oportunidade das educandas. Dentro desse grupo que participa, tem diferentes caminhos... Têm aquelas que são simples donas de casa, com filhos e maridos, e não vão sair daquela região, mas nada impede delas ganharem uma máquina para ganharem algum dinheiro para se sustentar, e tem aquelas que aprendem a costurar e vem para a cidade, tem outras que se reúnem, juntam um grupo produtivo e vão ao banco fazer um empréstimo. Algumas fazem as peças e vão para a feira vender. Tem aquelas É assim porque dentro são diferentes pensamentos, aquelas que querem serem donas do próprio negócio, que só querem aprender para fazer a roupa do filho em casa e tem as que querem uma profissão para trabalhar fora. (Navegante)

Serviços e ações organizativas como essas são presentes fortemente nos equipamentos municipais, estaduais e federais, mas que ultrapassam o campo do Estado, estando também presente em associações de bairro, ONGs, etc. A família, em especial as mulheres, então, passa a obter um papel importante para a execução dessas ações e políticas. Para Mioto (2009), com o agravamento da questão social desde a década de 1970<sup>32</sup>, há uma tendência grande em focalizar no papel da família no momento de operacionalização das políticas sociais, principalmente em países que não tiveram o Estado do Bem Estar social efetivado de fato. A autora coloca:

O incremento da ideia da família como centro de proteção e com ela o amplo desenvolvimento do voluntariado, das entidades não governamentais e o delineamento de “novas profissões” no interior das políticas sociais, inclusive nas públicas, vai favorecer não só a reativação exponencial da ideia liberal da responsabilidade da família em relação ao bem estar, como também a reativação das práticas disciplinadoras tão comuns nos séculos anteriores, principalmente em relação as famílias pobres. (MIOTO, 2009: p.141)

---

<sup>32</sup> “A crise do Estado do Bem Estar implicou na adoção de uma solução familiar para a proteção social, quando se caminhou para a redução da dependência em relação aos serviços públicos e para a redescoberta da autonomia familiar enquanto possibilidade de resolver seus problemas e atender suas necessidades” (MIOTO, 2009, p. 139)

Semanalmente, há minicursos ou oficinas na AMORBASE para que os moradores possam aprender a produzir algo e vendê-lo. A maioria dos participantes dos cursos e oficinas é mulher. Nas atividades da associação, a temática ecológica é muito presente. Sabões e sabonetes naturais são produzidos para uso doméstico. Cursos de pintura e de costura, aulas de capoeira (dadas por professores de ONGS), bazares, dentro outras, são atividades realizadas no espaço. A AMORBASE, sob o discurso de empreendedorismo e economia criativa, também se enquadra no perfil de entidade não governamental que desenvolve ações que reforçam o familismo e, conseqüentemente, o papéis atribuídos à mulher na família:

[...] as políticas familiares, de caráter familista, tendem também a reforçar os papéis tradicionais de homens e mulheres no mercado de trabalho. Isso se traduz numa presença “secundária” da mulher nesse mercado, quer seja pela forma (tipo de atividade, salário) como se inserem ou ainda pela dupla jornada de trabalho que as penalizam como o alto custo emocional. (MIOTO, 2009, p. 140)

Políticas familiares, caracterizadas anteriormente por Miotto (2009), já eram presentes nas associações de bairros da Serrinha desde a década de 1980. Nesse momento, houve uma inserção do Estado nas associações de moradores, transferindo serviços públicos para esta esfera. A distribuição de leite, cesta básica, gás, por exemplo, que eram feitos via Centro Social Urbano passam a ser distribuído pelas associações e conselhos das comunidades.

A ABBJ teve com uma das primeiras conquistas para os moradores a inserção do bairro no Programa Nacional do Leite, em 1986, já executava políticas públicas do mesmo caráter voltadas para os moradores do bairro. Nilda, fundadora e primeira presidente da ABBJ, explica:

A primeira conquista da Associação Bom Jesus foi ter conseguido aqueles kits de leite<sup>33</sup>, que o Sarney trazia! Eu conseguia esses kits e as mães eram cadastradas. Todos os mês elas iam buscar esses kits... pra comprar leite para os próprios filhos. Isso era uma coisa muito importante, eu trazia do órgão um papel pra ela assinar e cerca de 30 mães, ou um pouco mais, recebiam o leite. (Nilda)

---

<sup>33</sup> Em 1987, o Governo de José Sarney lançou o Programa Nacional do Leite. No Final do mandato de Sarney, em 1990, 8 milhões de leite eram distribuídos diariamente à famílias que se encontravam na pobreza. A Organização Mundial de Saúde considerou em 1987 esse programa como referência, na área de Assistência Social e Saúde, a ser seguida mundialmente pelos países.

Assim, as formas como essas ações são planejadas e executadas se ligam diretamente à função fixa que cada membro exerce na família. Assim, há uma instrumentalização das mulheres para a operacionalização dessas políticas. A mulher, então, é a que ficará encarregada de buscar e conseguir o alimento do filho, através das associações de moradores. Além disso, crochês, quadros de ornamentação de casa e mais objetos que reforçam a relação entre mulher e espaço doméstico são produzidos na AMORBASE. O relato de Eliane, a seguir, apresenta-nos como atividades realizadas pelas mulheres fortalecem a divisão sexual do trabalho, uma vez que continua ficando a cargo do sexo feminino a responsabilidade com os filhos e os trabalhos domésticos.

Eu acho que muitas mulheres daqui da Serrinha são presentes aqui nos cursos e oficinas da associação porque não têm vínculos nos empregos, ou não tem empregos mesmo... Aí assim você tem mais liberdade... As mulheres fazem comidas, levam as crianças para as escolas e produzem em casa mesmo... (Eliane)

A fala da moradora relata a precarização do trabalho feminino, por não haver vínculo empregatício, além de também trazer a noção de que os serviços domésticos dão uma liberdade maior às mulheres que o exercem. Destacamos, no entanto, que essa questão guarda contradições<sup>34</sup>, pois mesmo reforçando a questão das desigualdades entre os sexos, as atividades realizadas pelas mulheres que frequentam os cursos oferecidos também lhes trazem oportunidades, ainda que mínimas, para que elas consigam alguma renda. Durante uma visita à AMORBASE, Genir, a diretora da Associação, explica-nos que

Com o tempo as mulheres que foram aprendendo alguma atividade, passaram a vender seus produtos para ajudar no orçamento doméstico; algumas delas se profissionalizavam, mas elas não tinham nem roupas adequadas para as entrevistas de emprego. E nem instrução sobre as entrevistas, as seleções... Desde então, a Associação tem realizado bazar

---

<sup>34</sup> Teixeira Rodrigues (2009) aborda essa contradição na relação entre as políticas sociais e a concepção cultural do feminino utilizando como exemplo o Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda que tem como objetivo imediato a redução da pobreza. Ao mesmo tempo em que a renda do Programa Bolsa Família traz uma melhoria nas condições de vida, este reafirmar a responsabilidade da mulher com a família, principalmente com os filhos: “A possibilidade de adquirir bens, fazer crédito e programar gastos lhe dá novas ferramentas para manejar um mundo até então pouco ou nada conhecido” (TEIXEIRA, 2009, p.221-222). Entretanto, a mesma autora afirma também: “De outro lado, o atrelamento do acesso à renda ao cumprimento de condicionalidades, além de, frequentemente sobrecarregar de responsabilidades, tende a ser fonte de culpabilização dessas mulheres, quando se considera que não estão cumprindo a contento as tarefas associadas ao seu papel de mães” (TEIXEIRA, 2009, p.222)

com venda de roupas, sapatos e acessórios por preços mínimos (uma blusa por três reais, por exemplo)... A gente orienta o máximo!

Nesse contexto, como afirma Saffioti (2013, p. 57), que a sociedade patriarcal não tem base apenas no ambiente doméstico, as ações do Estado também retroalimentam tais relações:

“O direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social”. (SAFFIOTI, 2015, p.57)

Posto isto, compreendemos que as ações desenvolvidas ao longo dos anos pelas associações da Serrinha mantêm foco em formas de estratégias de sobrevivências das mulheres no enfrentamento da pobreza. Há uma contradição nessa questão, pois, ao mesmo tempo que esses programas expandem as possibilidades da mulher, também domesticam sua mão de obra, o que legitima a ordem patriarcal.

#### 4.4 “O BICHO, MEU DEUS, ERA UMA MULHER”: A CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E A ACORES

*Vi ontem um bicho, na imundície do pátio,  
catando comida entre os detritos. Quando achava  
alguma coisa, não examinava nem cheirava: engolia  
com voracidade. O bicho não era um cão, não era um  
gato, não era um rato. O bicho, meu Deus, era um  
homem!*  
(Manuel Bandeira)

O poema de Manuel Bandeira é do ano de 1947 e já antecede o que viria a crescer significativamente nas cidades do Brasil, principalmente a partir da década de 1960: o lixo sendo catado por alguém com fome. Esses brasileiros hoje são, em sua grande maioria, mulheres e negras que utilizam a catação como principal fonte de renda. A metáfora sobre o bicho ser o homem também pode ser comparada ao

próprio ser humano, que se encontra nessa condição de trabalho precarizado e extrema pobreza e é reduzido ao próprio lixo, como colocam as entrevistadas nos trechos a seguir:

Muita gente, às vezes, vê o catador como se fosse um lixeiro, como se fossem um pessoal totalmente sem valor, mas não me deixo levar com isso não, eu tenho orgulho de ser catadora (Adriana)

Nos chamam de lixo! Para eles [Prefeitura e Governo do Estado] somos todos lixos. Lixo não, é reciclagem!  
(Maria de Lourdes)

Quando eu cheguei aqui e fiz a parceria com o Estado para abrir a Associação, os vizinhos fizeram até abaixo-assinado pra me tirar daqui... Aí eu juntei eles para conversar e explicar. Eles acham que eu ia trazer todo o lixo de Fortaleza para cá. Não sabiam diferenciar lixo de material reciclável.  
(Nilda)

Observamos que há uma desqualificação dessas catadoras, além de elas serem tão estigmatizadas e desvalorizadas quanto a própria matéria-prima bruta do seu trabalho: o lixo. Nesse contexto, e apesar dele, denominar os seus materiais de “lixo” torna-se uma ofensa para as catadoras. A fala de Nilda elucida essa questão:

Quando estou numa reunião que aqueles grandões de paletó dizem assim “Olha o catador de lixo”, “olha os lixeiros!”. Aí minha filha, eu me levanto e falo: Pode parar, pode parar, pois somos catadores de material reciclável, nós não somos catadores de lixo. Lixo quem leva é a ECOFOR! (Nilda)

No que tange essa discussão, Waldan (2010, p.27) explica:

[...] nas últimas décadas o termo resíduo tem sido laureado com prestígio considerável. Um claro elemento motivador desta preferência residiria no fato de a palavra pelo mínimo amenizar adjetivações de cunho negativo. Portanto, seria mais adaptada a contextos como os da codificação jurídica e do universo tecno-operacional, ambos tendendo a optar por expressões menos sujeitas a criar constrangimentos.

Entendemos que a mudança da categoria lixo para material reciclável atende à necessidade econômica. Quando o lixo passa a ser interessante para o investimento do capital, ele passa a ser chamado por um nome de modo que o impacto dos que trabalham com tal produto seja menor. Há, portanto, uma relativização: mudam o nome, mas não muda a condição social daqueles que trabalham catando os restos. Ainda assim, optamos por usar o termo “materiais

recicláveis”, já que as interlocutoras declararam preferir assim. Além disso, o termo “catador de material reciclável” foi designado pelo Código Brasileiro de Ocupações (CBO) em 2002.

**Figura 10 - Calçada da ACORES lotada de materiais em dia de coleta. Na esquerda, o carro da Associação trazendo mais materiais.**



Fonte: acervo da autora

Entendemos o trabalho de reciclar resultante do momento no qual o capital se apropria do lixo via o trabalho superexplorado dos catadores do capital como resultante da questão social, já que “a análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada numa arena de disputas” (IAMAMOTO, 2000, p. 10).

As catadoras que integram a ACORES optaram pela catação como forma de obterem renda própria. Compreendemos a resistência dessas mulheres no trabalho de catar e suas lutas pela valorização do catador também como um enfrentamento das expressões da questão social no bairro.

Na Serrinha, antes de existir uma associação voltada exclusivamente para a catação, já havia vários catadores e sucateiros trabalhando intensamente na colheita de materiais, seja nas ruas, seja pedindo de porta em porta os restos e objetos inutilizáveis dos moradores do bairro.

A ACORES surgiu nesse contexto. Registrada em 21 de Fevereiro de 2002 (CNPJ), a referida associação não possui fins lucrativos e nasceu da

mobilização de 5 catadoras com o intuito de organizar os catadores da Serrinha e adjacências para haver uma melhor representação e valorização da categoria e também melhorar as condições de trabalho dos mesmos. Gonçalves (2005, p.71) diz: “Através da parceria com o governo estadual, a associação recebeu uma verba de 24 mil reais para comprar o terreno e construir o espaço físico. Receberam, também, os carrinhos e fardamentos. Neste período foram beneficiados dez catadores”. Nilda, presidente e fundadora da ACORES, explica o processo de criação da Associação:

Eu trabalhava catando e era voluntária da Associação Beneficente Bom Jesus. Aí eu fui pra uma reunião em um centro comunitário, e tinha um órgão do governo lá. Eu contei como era que eu trabalhava, catando coisa nas ruas e que contava com dois filhos meus me ajudando... Aí a mulher da Secretaria do Trabalho e da Associação Social disse “a senhora tira seus filhos do trabalho, eles estudam”. De lá me convidaram para ir para um encontro e logo na primeira reunião me fizeram uma proposta, porque na época surgiu o Projeto Reciclando<sup>35</sup>, nos anos 80. Disseram para eu juntar os catadores que eu conhecia... Na época, o secretário vendo aquele meu sacrifício, aquele meu trabalho, disse: diante do seu trabalho, do seu esforço, a secretaria ganhou um dinheiro e a gente está investindo nessa área e eu queria vê com a senhora para a gente fechar uma parceria para comprar um espaço... (Nilda)

A fala acima da interlocutora também traz a tona algo comum na catação: a presença de crianças<sup>36</sup> nessa atividade, seja trabalhando, seja somente acompanhando os pais, como se pode observar nas linhas a seguir:

Quando comecei, minha filha era criancinha e ela me acompanhava. Eu ia puxando o carrinho pelas ruas e colhendo material, e ela ficava sentadinha no carrinho. (Maria Marta)

<sup>35</sup> Em Outubro de 2002, a Prefeitura Municipal de Fortaleza lançou o Projeto Reciclando. O Portal da Histórica do Ceará (2016) destacou o acontecimento como fato histórico relevante para o Ceará: “O Centro de Reciclagem do Ceará - CRC é inaugurado pela manhã no Conjunto Tancredo Neves. Ele será a unidade gestora do projeto Reciclando, desenvolvido desde março de 2000 pela Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado - Setas e receberá material das 12 unidades coletoras de resíduos sólidos desse projeto. Depois de ser triado, prensado e enfadado, o material irá para as indústrias. As unidades coletoras do Projeto Reciclando são do Conjunto Ceará, Serrinha, José Walter, Dias Macedo, Aldeota, Farol, Goiabeiras, Pirambu, João XXIII, Antônio Bezerra, Santa Terezinha e Tancredo Neves”

<sup>36</sup> [...] No Brasil, são mais de 45 mil crianças trabalhado no lixo (UNICEF, 2001) e existem pelo menos 24.340 catadores de lixo nos lixões, sendo que 22% têm menos de 14 anos de idade. Algumas estimativas projetam que o número de trabalhadores nesse segmento chega perto de um milhão (estimativa aproximada, que a informalidade desse setor). As pessoas que trabalham com o lixo estão longe do exercício de seus direitos de cidadania. Relegadas a certas condições sociais e econômicas, acabam vivendo em um submundo [...]. (MAGERA, 2005, p.19)

Atualmente, possuem na ACORES, 20 catadores, segundo a presidente da Associação. No entanto, durante as entrevistas com as outras catadoras e as visitas realizadas à associação, verificamos um número diferente de catadores da ACORES. Tal fato pode ser explicado pela grande rotatividade existente no local. Durante as entrevistas, eram comuns relatos de pessoas que foram catadores durante muitos anos, desistiam da catação por um determinado tempo, e logo depois voltavam à mesma ocupação.

O perfil nacional não destoia do perfil dos trabalhadores da Associação, em que trabalham atualmente 20 catadores de materiais recicláveis, sendo 15 do sexo feminino e 05 do sexo masculino, de acordo com Nilda. Mesmo com a incerteza quanto ao número de catadores da Associação, durante todas as visitas realizadas à ACORES, foi notório que a maioria dos que ali trabalhavam era do sexo feminino. Esses dados podem mostrar como a exploração do trabalho pelo capital, reveladas nas diferentes manifestações da questão social, atinge mais mulheres da classe trabalhadora que homens da mesma classe e mais negras que brancas:

[...] Entendemos que essa forma de pensar a “questão social”, nas suas “variadas modalidades”, possibilita a incorporação de uma visão fragmentada das lutas (pensadas nesta perspectiva como lutas das mulheres, dos negros, dos índios etc.) em que a opressão e a discriminação decorrentes das diferenças de raça, sexo, etnia, etc. não estaria vinculadas à exploração capitalista, e portanto deveriam ser analisadas fora da estrutura de classe [...] (PASTORINI, 2004, p.70)

Portanto, analisamos o caso das mulheres catadoras do bairro Serrinha como expressão da questão social, levando em consideração essa discriminação decorrente das diferenças de sexo e consequente da divisão sexual do trabalho, já que perpassam pela exploração do trabalho pelo capital outras relações (no caso aqui a de sexo e raça) que são utilizadas para favorecer na acumulação do capital, como afirma a Cisne (2014, p.70):

[...] por meio das apropriações advindas das relações de raça e sexo, o capitalismo amplia o contingente humano disponível para os mais baixos salários, aumentando, portanto, sua capacidade de exploração do trabalho associada a essas apropriações [...]

Além disso, de acordo com o relatório do IPEA<sup>37</sup>, que se baseou no CENSO 2010, 66,1% dos catadores de materiais recicláveis do Brasil se declararam pretos ou pardos, o que significa que de 2 em cada 3 catadores do país são negros. Dados esses que também se refletem na ACORES: das mulheres catadoras entrevistadas, somente uma se considera branca, enquanto todas as outras 7 se declaram como parda ou preta.

A maior parte do trabalho de catação atualmente no Brasil é exercida por mulheres catadoras de materiais recicláveis, correspondendo a 75% da atividade, 60% delas sustentam a família com a renda advinda da catação, segundo o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Há, porém, discordâncias sobre o número maior entre homens e mulheres trabalhando na cata de materiais. De acordo com o relatório “Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável”, elaborado em 2013 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o sexo masculino, representando 68,9% do total, é predominante entre as pessoas que exercem a atividade de coleta e reciclagem de resíduos sólidos no país. O relatório acrescenta ainda que esse número pequeno de catadores do sexo feminino (31,1%) pode estar relacionado a outros fatores:

Algumas questões estão relacionadas com a variação observada; por exemplo, o fato de muitas mulheres exercerem outras atividades, como o cuidado do lar e da família, e entenderem que a coleta de resíduos seja uma mera atividade complementar. Ou seja, algumas catadoras podem não se identificar com a atividade por manterem outra atividade como trabalho principal. (IPEA, 2013, p.48)

A mesma pesquisa cita que assim como as catadoras, as agricultoras familiares, por exemplo, têm dificuldade em si classificar como trabalhadora agricultora, declarando-se apenas como “dona de casa”. Os dados denunciam, mais uma vez, a divisão sexual do trabalho, já que mesmo exercendo alguma atividade fora, as mulheres continuam se sentindo e sendo as principais, se não as únicas, responsáveis pelos serviços domésticos.

---

<sup>37</sup> A pesquisa foi feita com 400 mil catadores com dados colhidos nas entrevistas a domicílios. Uma parte significativa dos catadores, no entanto, não possui residência fixa e estão em situação de rua, não tendo participado da pesquisa, destacou o próprio IPEA.

Compreendemos, assim, que as mulheres são maioria dentre os catadores no Brasil, mesmo que elas não identifiquem a catação como ocupação. Além de afirmar que os homens são minorias na categoria, o MNCR coloca que as cooperativas e as associações de catadores são compostas por 70% de mulheres. Isso explica o motivo de não ser frequente vermos mulheres exercendo a atividade da catação nas ruas, mesmo estando elas em número significativo nessa categoria.

A associação é uma forma de organizar o trabalho do catador. No Brasil, é mais comum essa organização ocorrer por meio de uma cooperativa. Geralmente, são as mulheres que trabalham nessas organizações, enquanto os homens realizam o serviço externo. Ao questionarmos às catadoras entrevistadas se elas sabem o motivo de haver mais mulheres que homens na catação, duas delas responderam:

A catação é para quem não tem vergonha e hoje os homens querem ganhar dinheiro fácil, dizem que tem vergonha de ser catador, eu já ouvi muitos dizerem isso. (Nilda)

Acho que as mulheres têm mais coragem que os homens, homem se escora demais. Tem homem aqui que cozinha só o galo. *[O que é cozinha só o galo?]* Homem que fica esperando pela mulher pra tudo. (Cícera Edilene)

A noção de ser catadora, de acordo com essas falas, faz alusão à coragem, já que a catação é uma atividade desvalorizada e estigmatizada. A remuneração do catador e da catadora é diferente, mesmo estando os dois na mesma categoria: “Ao se considerar somente a renda média dos homens que atuam como catador, essa chega a R\$ 611,10, enquanto que entre as mulheres catadoras a média é de R\$ 460,54, ou seja, 32% menor que a média de rendimento masculino” (IPEA, 2013, p. 54). Desta forma, a catadora recebe menos que o catador, mesmo que trabalhem o mesmo tanto.

Na ACORES, os que recebem melhores remunerações na associação são os dois homens que exercem a função de motorista, quando há uma grande quantidade de materiais para buscar em alguma instituição. Dirigir carro, geralmente, é considerado uma ocupação masculina. Assim, por haver essa separação entre o que é exercido pelo homem e o que é exercido pela mulher, a divisão do trabalho baseada no sexo se acentua e, conseqüentemente, as refrações da questão social na condição de vida dessas mulheres também. Segundo as próprias entrevistadas,

elas obtêm por semana uma média de 50 ou 60 reais, enquanto o motorista obtém 100 reais.

Os confrontos se expressam na catação através da grande produção de lucro advindo da reciclagem e, ao mesmo tempo, da contínua situação de miséria em que se encontram os que mais trabalham nesse processo, o que contrasta com o setor industrial, que é o que mais se beneficia com a catação. O Brasil é o país campeão em reciclagem; 96,5% das latas de alumínio do país são recicladas, segundo a Associação Brasileira do Alumínio (ABAL). Esse dado, no entanto, está longe de refletir os resultados das insuficientes políticas de desenvolvimento sustentável do Estado perante os materiais recicláveis do país, pois a grande maioria dos responsáveis por tais materiais são os catadores, que encontram nas latas, nos plásticos e nos demais materiais uma forma de obter renda e, assim, de sobreviver:

O catador é o sujeito mais importante no ciclo da cadeia produtiva de reciclagem, é o sujeito que está na ponta do processo produtivo, fazendo cerca de 89% de todo o trabalho. Contudo, o catador é quem menos ganha, mesmo sendo responsável por cerca de 60% de todos os resíduos que são reciclados hoje no Brasil o catador vive na miséria, nas ruas e nos lixões por todo o Brasil. (CBO, 2008)

Nas últimas décadas, houve um avanço nas políticas de reciclagem no Brasil. Prova disso, é uma Política Nacional de Resíduos Sólidos<sup>38</sup> instituída pela Lei Federal 12.305, em agosto de 2010, e regulamentada pelo Decreto Federal 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Entretanto, tal política, que tramitou por mais de 20 anos no Congresso Nacional até ser aprovada, é considerada uma vitória obtida para o desenvolvimento sustentável, mas não traz grandes avanços para mudar a realidade de trabalho dos catadores do país.

A Classificação Brasileira de Ocupação (2002) define da seguinte forma: “Catadores de Materiais Recicláveis catam, selecionam e vendem materiais recicláveis. São profissionais que se organizam de forma autônoma ou em

---

<sup>38</sup> “A Política Nacional de Resíduos Sólidos contempla, conforme se verifica em seu artigo 8º, dentre outros, os seguintes instrumentos: A coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; a educação ambiental; a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.” (ALVES, 2015, p. 84)

Cooperativas/Associações com diretoria e gestão dos próprios catadores”. E acrescenta: “Catam, selecionam e vedem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não-ferrosos e outros materiais recicláveis”. No ano de 2005, a população de catadores no Brasil já passava de 1 milhão, ou seja, já representava 1% da população economicamente ativa do país (UNB, 2005). Essa população tende a aumentar, uma vez que a pobreza e o desemprego se mantêm em número altos, e, ao mesmo tempo, a quantidade de lixo no país está constantemente em crescimento. Essa realidade é reconhecida por uma das entrevistadas:

Agora tem mais gente... Só aumenta! Aumentou muito o tanto de catador do início do ano passado para cá, principalmente aqui pela banda do centro. (Cícera Edilene)

Assim, no contexto atual, há uma produção ilimitada de lixo. Essa crise ambiental ocorre devido à forma de organização atual do modo de produção capitalista, trazendo como consequências às mazelas sociais e as resistências e estratégias organizadas que se engendram frente a este processo. A questão social, como complexo social posto pelas contradições do capitalismo se apresenta de forma retalhada, fragmentada e diversa, de forma desconecta e repleta de novos matizes; e a degradação do meio ambiente é uma delas.

**Figura 11 - Galpão da ACORES. Na parede, a bandeira do MNCR**



Fonte: Acervo da autora

O objeto de trabalho da catação, o lixo, vem aumentando, na contemporaneidade, juntamente com o número de pessoas que tem como meio de

sobrevivência a atividade de catar. Esse aumento relaciona-se à crise do capital da década de 1970. Quando os lucros diminuíram nesse período, era preciso retomar a acumulação do capital, e esta se fez explorando mais ainda a classe trabalhadora e buscando novos espaços para o capital circular. Para alimentar o ciclo de reprodução do capital, “quanto mais rápida for a substituição das mercadorias, tanto mais encorpado será o giro do dinheiro” (WALDMAN, 2010, p.124). Essa obsolescência programada<sup>39</sup> é exposta pela fala das catadoras, que relatam achar constantemente materiais em condições de uso durante o trabalho:

As minhas coisas lá de casa são tudo da reciclagem... eu só comprei meu guarda roupa... Na Aldeota a gente ganha muita coisa boa, roupa, móvel... eu nunca comprei roupa não. A negada sempre dá. [*Então, descartam muito objeto que ainda funciona?*] Sim, demais! Relógio, celular... eu nunca comprei celular não. Os vários que já tive é da reciclagem, a gente pega a carcaça e arranja a bateria, monta, compra o chip. Até computador, acredita? Tem um computador da reciclagem, acharam uma tela, tudo! Só faltava o mouse e a gente comprou... (Maria Marta)

A gente acha coisa demais! As vezes, uma coisa que você não encontra em loja, a gente encontra na reciclagem. Tipo assim, uma coisa que você esteja precisando, tipo um interruptor de lâmpada. As vezes, tem um problema num ventilador, a gente acha uma pecinha de outro ventilador que também não tava prestando, peça que não tem mais nem para vender.. Aí, uma coisa monta em outro e o objeto volta a funcionar. (Maria Teixeira)

Assim, a crescente crise ambiental produz cada vez mais mercadorias descartáveis. A produção de resíduos, própria da atividade humana em interação com a natureza, tende a aumentar atualmente. Os trabalhadores, as cooperativas e as associações catadoras e recicladoras de lixo relacionam-se diretamente às duas problemáticas específicas da contemporaneidade, que são, como afirma Magera (2005, p.9):

[...] a do meio ambiente urbano, ameaçado (entre outras causas) pelo crescimento ilimitado de lixo que a população urbana parece condenada a produzir; e a da precarização do trabalho, que atinge, qual epidemia, todos os países industrializados e semi-industrializados, como o nosso [...]

---

<sup>39</sup> “A obsolescência dos bens pode ser técnica, perceptiva ou planejada. Na técnica, o fator básico para substituir um produto é a função. Ocorre quando uma nova tecnologia destrona a anterior. Quanto à perceptiva, bens com layout novos impõem aos antigos o estigma de ultrapassados, caso da moda e de todos os produtos cuja vida útil é reduzida por uma repaginação. Note-se que nestes dois casos o critério para descartar as coisas não é seu estado físico, e sim o fato de se tornarem inadequados diante das inovações. Já na obsolescência planejada, os artigos são criados de modo a se deteriorarem em curto prazo, condição que tipifica bom número de mercadorias.” (WALDMAN, 2010, p.124)

No Brasil, o resgate do lixo nas ruas e o caminho que tal material percorre até de fato ser reciclado fica a cargo de catadores, sucateiros e voluntários. Todavia, são os catadores os que mais trabalham, estando eles inseridos em associações e cooperativas ou não. Na tabela abaixo, mostramos os valores que as trabalhadoras da ACORES recebem por seus materiais:

1 kg do material/preço	Papelão	Papel	Lata de aço	Pet	Plástico	Latinha de alumínio	Alumínio de panela	Cobre
Valor (centavos, real)	15 cent.	25 cent.	20 cent.	30 cent.	50 cent.	1,5	1 a 2 reais	9 a 10 reais

Fonte: elaboração da autora

Eu sempre digo que o catador é o último, ele tá na ponta de todo o processo. É ele quem sai de manhã e volta à noite para casa. E faz isso porque ele tem uma família para dar de comer. E eu sempre digo isso, que é um trabalho. Então, o que a gente sonha? Que o catador tenha uma vida melhor, a gente sonha com o catador ganhando um salário mínimo! (Nilda)

O depoimento de Nilda denuncia a grande carga de trabalho realizado pelo catador, que tira desse trabalho o sustento da família. A entrevistada ressalta ainda o sonho compartilhado por ela e suas colegas de trabalho: receber um salário mínimo mensalmente. No tópico seguinte, apresentamos com mais detalhes a resistência à precarização do trabalho que afeta essas mulheres catadoras.

#### 4.4.1 “Para catador, nada é pesado”: as mulheres catadoras e a precarização do trabalho

Quando questionamos à entrevistada Maria de Lourdes quantos quilos ela já chegou a puxar no seu carrinho, após um dia inteiro coletando materiais nas ruas, ouvimos essa resposta:

Quando a gente pega esse carrinho, a gente roda o mundo inteiro, cata em todo canto... não importa se é muito pesado, a gente vai carregando muitos quilos mesmo assim, porque para catador, nada é pesado! (Maria de Lourdes)

Mesmo se referindo ao peso físico dos materiais que colheu, a frase da interlocutora nos leve a refletir a condição de vida dessas mulheres e os motivos pelos quais escolheram ser catadora. O peso, então, pode ser relacionado às condições de vida dessas mulheres que tiveram a pobreza e o trabalho superexplorado em seu histórico.

Com exceção de Cícera Edilene, que possui 38 anos, todas as outras catadoras entrevistadas possuem uma idade avançada (mais de 40 anos), embora algumas delas tenham começado a catação quando eram crianças. As oito catadoras não possuem ensino médio e detêm a responsabilidade de sustentar a família com a renda advinda da catação. As entrevistadas da ACORES informaram também receber o bolsa família.

Os dados demonstram como as interlocutoras tiveram seus direitos violados. Alguns relatos sobre o trabalho desenvolvido pelas entrevistadas mostram como a violência ainda está presente no cotidiano delas:

*[Já sofreu alguma ameaça enquanto estava trabalhando?]* Não, acho que não. Mas assim, uma vez eu tava voltando do centro e o sinal tava fechado, e eu passei puxando meu carrinho e um cara no carro quis passar, ficou gritando comigo, colocando o carro para frente e dizendo “Sai do meio”. E eu respondi: “o sinal tá fechado, quer passar na minha frente? Pois compra um avião e voa!”. Aí ele se calou... (Cícera Edilene)

*[Já sofreu alguma ameaça enquanto estava trabalhando?]* Quando eu morei na rua tinha muita briga. Quando o catador pegava uma coisa, tinha que ser aquela coisa ou então era confusão. Alguns pegavam só pra usar droga, os donos da loja achava ruim. Era *peia*... Teve uma vez que a dona de uma loja jogou coisa na gente. A gente foi vê se podia aproveitar algo do lixo dela. A gente saiu toda molhada. Ela esculhambava a gente, jogou um balde de água com mijo na gente e a gente esculhambou ela também. Eu disse a ela que a gente não rasgava os sacos, a gente abria e depois fechava, mas não adiantou. (Maria Marta)

*[Já sofreu alguma ameaça enquanto estava trabalhando?]* Assim, quando eu ia ao Centro era perigoso, né!? O dia-a-dia de hoje não é muito seguro. Tinha rua movimentada e tinha rua deserta, mas assim mesmo a gente ia. A gente procurava ir em grupo. Sempre íamos de duas e três, nunca sozinha. Ia uma para um lado da rua, a outra pro outro, mas sempre próximos para ajudar um ao outro. As vezes, tinham aquelas pessoas que tinham ganância e queria pegar o lixo maior, cara feia, a gente via briga dos companheiros pelo material. (Francisca Adriana)

É de suma importância analisarmos a briga pelo lixo que a entrevistada coloca. Esse episódio demonstra a perversidade do modo de produção capitalista,

em que a classe trabalhadora apesar de trabalhar e produzir as riquezas, não se apropria delas e, por isso, precisa competir por um objeto descartado para não passar fome. O depoimento de Francisca Adriana enfatiza também a pesada jornada de trabalho que as catadoras enfrentam:

Às vezes, a gente saía seis horas da tarde e voltava de manhã. Na quinta e na sexta, a gente saía quatro e meia da tarde e voltava de madrugada. Hoje não... hoje é mais difícil a gente fazer isso por causa das violências, a gente nunca sabe o dia de amanhã. A gente ia daqui ao Centro a pé, passava de rua em rua, empurrando o carrinho e olhando os pontos que tinha para coletar os lixos. A gente tirava o material que nos interessava e o resto que tinha a gente fechava o saco para o caminhão de lixo pegar. (Adriana)

A distância da ida do bairro Serrinha ao Centro de Fortaleza é 12km, o que implica que a entrevistada percorria no mínimo 20 km para ir e voltar do centro para a Associação. Essa rota passa a ser percorrida em mais tempo devido às paradas que os catadores fazem em cada ponto de lixo das várias ruas do Centro da cidade. Pela fala da entrevistada, o horário de trabalho quando iam coletar nas ruas era de, no mínimo, 12 horas, o que denuncia a extensa jornada de trabalho.

O dia a dia enfrentado por Adriana é comum entre todos que trabalham com a catação, embora, para as mulheres catadoras, esse trabalho tenha uma precarização aprofundada, já que precisam trabalhar mais para compensar o salário menor e ainda desenvolvem os serviços domésticos em suas casas. O que nos remete a afirmação de que a mulher trabalhadora é mais explorada que o homem trabalhador. Para Cisne (2014, p.26):

A análise da condição da mulher no mundo do trabalho não é uma questão de ordem linguística ou meramente gramatical. Ou seja, não se trata, apenas, de ressaltar que além de trabalhadores, existem trabalhadoras na composição de classe. Trata-se de analisar como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora e que isso atende diretamente aos interesses dominantes.

Pelos relatos colhidos das integrantes da ACORES, a catação foi o trabalho escolhido por ser uma ocupação que permite ser executada por pessoas com idades avançadas e sem escolaridade, como afirma Nilda:

Eu precisava arranjar alguma coisa para ter dinheiro, e eu já não tinha mais idade pra arrumar emprego, não tinha estudo e estava cansada de bater nas portas, nunca arrumei nada e eu sempre dizia em casa de família eu não vou trabalhar porque cozinha já chega a minha. (Nilda)

Além disso, torna-se claro que essas mulheres ou se ocupavam com os serviços domésticos sem remuneração, trabalhando em casa, ou tinham empregos fora de casa exploradores ou precarizados e sem direitos trabalhistas. Esse último caso é retratado pelas duas entrevistadas, que antes de serem catadoras, eram empregadas domésticas.

Faz muito tempo que sou catadora. Antes, eu trabalhava como doméstica, desde novinha. Hoje é que o trabalho doméstico é valorizado, porque até assinam a carteira, naquele tempo não assinava, não tinha auxílio para nada, não era valorizado. Eu trabalhei como doméstica até os meus 26 anos. Achei melhor optar pela reciclagem que a gente conseguia tirar uma renda melhor. No último emprego de doméstica que eu tive, meu salário era 400 reais. Isso faz muitos anos. A diária era de 20 a 30 reais por dia e olhe lá. Hoje eu trabalho com reciclagem e, sempre que posso, saio para coletar nas ruas. (Adriana)

Antes eu era doméstica. Doméstica não era valorizada nada antes, agora é que está mais. Mas ainda hoje é mais ou menos... hoje é valorizada entre aspas, apesar de ter carteira assinada. Eu dormia a semana toda lá na casa onde eu trabalhava e só vinha para casa de 15 em 15 dias. Eu ganhava 250 reais. Isso foi há mais de 10 anos. Quando comecei a trabalhar em casa de família eu tinha 12 anos, fiquei nisso até aos 28 anos. (Maria Lourdes)

Exercendo uma extensa jornada de trabalho, dormindo na casa dos seus empregadores, sendo mal remuneradas e iniciando a atividade ainda quando eram crianças são denúncias expostas nas falas das interlocutoras. Essas realidades expressam a questão social presentes em suas vidas. Esses depoimentos demonstram a situação da empregada doméstica no Brasil, que devido a uma herança escravocrata da sociedade brasileira, é uma profissão desvalorizada e mal remunerada, embora atualmente tenha havido um avanço nas leis trabalhistas para o trabalho doméstico. As entrevistadas também destacam as mudanças recentes advindos da regulamentação dos direitos da categoria, conquistadas pela Lei nº 12.964<sup>40</sup>, de 9 abril de 2014.

Como afirmado na seção 3.2, para Silva (2014, p.46), nossa estrutura foi sendo historicamente definida pelo patriarcalismo e a escravidão colados nas raízes

---

<sup>40</sup> Após ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff, a Lei das Domésticas foi publicada no Diário Oficial da União no dia 2 de junho de 2015. Entre os direitos que foram regulamentados estão o adicional noturno, a obrigatoriedade do recolhimento do FGTS por parte do empregador, indenização em caso de despedida sem justa causa, o auxílio-creche e pré-escola, além do seguro-desemprego e o seguro contra acidentes de trabalho. A lei passou a entrar em vigor dois anos após a promulgação da PEC.

latentes da questão social e que ainda hoje não foram vencidos: “Durante três séculos, formaram-se os elementos históricos que definiram o traço de nossa sociedade, elementos pretéritos que explicam nossa evolução política, econômica, social e cultural. Enfim, razões dos nossos infortúnios”.

Infortúnios esses que perduram até hoje e afetam principalmente a população negra do país. Matos (1996) pontua que do fim do século XIX para o início do século XX ocorreram mudanças na sociedade brasileira. Estas refletiam desde as transformações no espaço, que se urbanizava cada vez mais, até a rotina nos interiores da casa, em que as escravas foram substituídas por criadas, podendo elas serem brancas ou negras, estrangeiras ou nacionais. Muito comum também era a presença de crianças exercendo as atividades domésticas:

Desde muito cedo as crianças de famílias pobres, particularmente as meninas, eram introduzidas nos trabalhos domésticos, cozinhando, lavando, passando e cuidando dos irmãos menores. Essa necessidade fazia com que ainda na infância as meninas fossem treinadas para o trabalho de criadas, ofício considerado tipicamente feminino. (MATOS, 1996, p.140)

As crianças negras do sexo feminino eram as que mais se encaixavam nesse perfil de trabalho infantil em residências familiares, predominância essa que também é visível nos dados de hoje: das sete milhões de trabalhadoras domésticas no Brasil, 61,7% são negras e 75% delas não têm carteira assinada (ONU, 2011).

Para Matos (1996, p.144), mesmo após a abolição da escravidão, “nas relações entre amos e criados, persistiu a ideia de que estes deveriam estar sob a tutela do seu amo. Dos patrões, esperava-se um comportamento de “conselheiros e guias” de seus criados”. Esse fato pode ser observado na história de vida de Maria Marta, que assim como Maria de Lourdes e Adriana, trabalhou como empregada doméstica antes de ser catadora. A interlocutora vivia em situação de rua pelo centro de Fortaleza, até conseguir ser empregada:

Quando eu completei 18 anos comecei a trabalhar em casa de família, tinha uma senhora que vivia lá pelo Centro e perguntou se eu não queria trabalhar mais ela. Eu disse “quero pra sair dessa vida é melhor você trabalhar”. Aí ela me deu comida, morada, não pagava muito não, foi uma mãe pra mim. Até hoje eu devo muito a ela, o que ela me ensinou. Eu queria muito estudar pra aprender e ela dizia que “não podia, mas meu marido como é advogado ele podia ensinar você a noite”. Ele que me ensinou ser gente na vida, me ensinou a fazer meu nome, eu nunca fui num colégio. Fui agora depois de grande mas eu vi que tava quebrando muito a cabeça, aí eu parei. Mas era pra mim ter terminado meu estudo. Foi ele que

ensinou a ler, escrever meu nome, ler as letras de doutor, ele dizia que eu tinha um dom. Hoje devo tudo a eles, foram um pai e uma mãe para mim. Hoje ele é aposentado e a mulher dele morreu, mas sempre quando vou lá digo isso porque se não fosse eles eu tava fazendo coisa errada da vida. (Maria Marta)

As três entrevistadas que foram empregadas domésticas afirmaram achar melhor trabalhar catando, mesmo que voltando a antiga profissão tivessem carteira assinada com uma carga horária definida. Já a interlocutora Cícera Edilene, por sua vez, antes de ser catadora, exercia outra atividade cujos horários eram mais livres:

Antes, ainda que eu era criança, eu trabalhava no circo, eu era malabarista. É quase igual a catação, a gente ganha pelo o que a gente faz. Depois fiquei sem emprego e fui para a catação. Eu gosto da minha profissão de ser catador! Ninguém manda em mim e não tenho patrão. Trabalho quando eu quero. (Cícera Edilene)

A gente começa 8 horas e vai até meio dia, vai almoçar e ainda pega um bom descanso depois do almoço. Quando dá umas 5 horas da tarde já não tem nada para fazer. Eu tenho o horário menos apertado, nos outros trabalhos tinha q trabalhar 8 ou 9 horas e aqui não. Não tem esse negócio de hora extra nem nada. Chegar sexta, se você não quiser trabalhar no dia, você não trabalha. (Francisca Adriana)

Nota-se assim, pelo depoimento das catadoras que a escolha para exercer essa atividade é principalmente devido ao desemprego, além de também estar presente a noção de que o catador é trabalhador autônomo, o que permite não ter padrões ou horários de trabalho rígidos e fixos. Essa questão de ter autonomia, no entanto, relaciona-se a uma forma de explorar a mão de obra do trabalhador sem que este se dê conta e, conseqüentemente, continue mantendo as condições do trabalho alienado e estranhado (ANTUNES, 2009).

Para Costa (2015 apud COSTA, 1986), são dois os motivos principais para alguém trabalhar na catação: a necessidade de sobrevivência e o fato desse trabalho ter uma aceitação na sociedade, por carregar valores corretos ligados ao meio ambiente. Os trechos das entrevistas a seguir elucidam isso:

A catação foi um ensino e é um meio de vida, um trabalho digno, faço com gosto e vontade. Aqui, da ACORES, várias catadoras fizeram cursos. As pessoas falam mal de catador, mas não me deixo levar com isso não, eu tenho orgulho. Ando bem vestida, ando cheirosa, ando melhor que as pessoas que acham que catador num é limpo, mas é sim! (Francisca Adriana)

Eu gosto de ser catadora, e gosto muito, pois a gente não está ajudando só o bairro, mas o meio ambiente também. A gente é importante, essas bocas de lodo toda... A gente faz curso e aprende! Veja em São Paulo, tá tudo alagado porque as boca de lodos estão entupidas. Lá tem catadores sim, mas eles não são apoiados pela prefeitura, lá a prefeitura é pior que a daqui pros catadores. A gente faz curso, se mobiliza. Viajamos para São Paulo, fomos bater na frente da prefeitura de lá junto com os catadores de lá. Aprendemos coisas com eles, e eles aprenderam com a gente. (Maria de Lourdes)

Eu gosto de ser catadora, mas já passei um período sem catar, sem trabalhar nisso. Foi ruim, fiquei muito tempo em casa, não via o povo. Entrei em depressão e chorava muito. Aí fui ao médico e ele perguntou o que eu gostava de fazer, o que fazia antes para ficar bem, e eu disse: eu era catadora, doutor! Aí ele disse: pois volte a catar, volte a trabalhar no que você gosta. Aí voltei, melhorei depois de um tempo, e hoje to aqui, bem de novo! (Maria Marta)

Eu adoro ser catadora, tem tanta coisa que a reciclagem dá pra gente, além de a gente fazer amizade, a gente aprende muita coisa muita coisa sobre meio ambiente. (Maria Teixeira)

O trabalho, essencial para o processo de produção social do ser humano, na sociedade capitalista perde sua função essencial de garantir as necessidades vitais do ser humano e passa a ser usado para garantir o lucro (MARX, 2004). Entendemos que as integrantes da ACORES se inserem nesse ciclo de produção do capital ao serem catadoras e venderem sua força de trabalho. No entanto, as entrevistadas se sentem valorizadas por serem trabalhadoras catadoras e citam os aprendizados e as relações que desenvolveram por meio da catação, o que as permite também desenvolver suas potencialidades humanas e, assim também, resistir à sociedade capitalista.

## 5 CONCLUSÃO

Neste trabalho, destacamos a expansão do capital sobre o processo de produção e reprodução das cidades. Além disso, enalteçemos que o capitalismo se sustenta não somente pela exploração do trabalho, mas também através do sexo e da etnia que, para Safiotti (2013), são estruturais neste modo de produção vigente.

No cenário atual, Harvey (2005) apresenta que as cidades são espaços e objetos de lucro do capital. Tais análises nos permitem, através desta dissertação, evidenciarmos o papel central que o bairro Serrinha tem na cidade de Fortaleza, considerando os desdobramentos da questão social neste espaço, demarcado pela pobreza e pelas disparidades sociais, e os processos de resistência materializados nessa periferia urbana pela prática política de suas mulheres.

Na introdução, apresentamos as nossas primeiras aproximações com o objeto de estudo mostrando o caminho metodológico percorrido para a realização da pesquisa. Ao discutirmos “A produção social do espaço urbano e a cidade de fortaleza”, apresentamos o processo de modernização e urbanização da capital cearense, evidenciando como característica presente na formação de Fortaleza a disparidade social. Neste processo, fomos identificando e analisando mulheres cearenses que se destacaram e foram pioneiras na no enfrentamento da questão social.

A categoria questão social se configura como uma das categorias centrais dessa pesquisa. Apresentamos as expressões da questão social presentes na Serrinha, que foram sendo reveladas no próprio processo histórico do bairro com as marcas das intervenções externas, postas pela dinâmica do sistema do capital, que foram prejudicando a vida dos seus moradores. O pauperismo (NETTO,2000), as desigualdades sociais e a rebeldia (IAMAMOTO, 2001), como sínteses da questão social, estão presentes na história da Serrinha, e tem sido objeto das lutas das mulheres que ali marcaram a história. Nesse sentido, fomos identificando um grupo de mulheres que construíram essa resistência e que foram interlocutoras essenciais para que este trabalho fosse construído.

Ao analisarmos as condições de vida e de trabalho das mulheres entrevistadas, conseqüentemente, fomos nos apropriando da condição da mulher da classe trabalhadora de uma cidade regida pelo modo de produção capitalista. Para além de uma pesquisa sobre as mulheres da Serrinha, este estudo se baseou na

história do bairro contada pelos olhos das próprias entrevistadas, que destacaram suas resistências coletivas como marcos. Nosso esforço permanente foi o de fazer o caminho de ida e de volta, do singular ao geral (ARAÚJO, 2006), considerando sempre suas falas revelando o vivido e a totalidade em que realizavam suas práticas políticas e sociais.

Assim, não há como falar sobre o bairro Serrinha sem falar das mulheres moradoras como sujeitos políticos, que nos seus percursos de lutas trouxeram conquistas concretas para o bairro, definindo espaços e direitos. Mesmo com dificuldades, elas desviaram seus caminhos nas ruas esburacadas e atravessaram pistas sem sinalização para buscar água em tempos de seca, além de terem transformado espaços domésticos e quintais em espaços coletivos, como salas de aula que criavam para receber crianças, jovens e adultos.

Do lixo recolhido pelo caminhão ao catado nas ruas, as moradoras – mulheres da Serrinha - se fizeram presentes desde o primeiro dia de coleta de lixo no bairro. Até hoje, lixos descartados por alguém, nos diversos bairros da capital cearense, viram fonte de renda na mão dessas mulheres que resistem à desvalorização da vida e continuam se afirmando, com todo respeito, como catadoras pertencentes à ACORES (Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Serrinha e adjacências). Descartar, a propósito, é uma das características da sociabilidade capitalista. Essa lógica revela a negação das necessidades humanas posta por um modelo produtivo que prioriza as necessidades do capital com suas demandas do lucro.

Dito isto, quando as mulheres atuam visando conquistar direitos para todos os moradores da Serrinha, mesmo com as contradições, elas estão indo de encontro a uma opção de vida burguesa, que exacerba o individualismo. Nesse contexto, a ACORES representa não só uma organização de trabalhadoras, mas um espaço de socialização e construção de resistências coletivas para as mulheres que a integram.

A Associação de Moradores do Bairro Serrinha (AMORBASE), bem como a ACORES, foram formadas na década de 1980 e 2000 respectivamente. Desde suas origens essas organizações são eminentemente coordenadas por mulheres do bairro que assumiram uma força da definição de espaços do bairro. Ambas atuam na estratégia de busca de autonomia e renda. Essa prática social e política das mulheres se configura como um processo nem pequeno e nem de pouco valor,

apesar de simples, como elas mesmas assim reconhecem. Nesses espaços, essas mulheres contribuíram bastante na conformação dos territórios de seu bairro através de suas articulações entre si e com os homens na dinâmica social posta.

Além das associações com ações voltadas para a sobrevivência, as mulheres da Serrinha também lutaram e, ainda lutam, para garantir direitos através da conquista de instituições públicas no bairro. Assim, elas estão fortemente presentes em associações comunitárias e de moradores, em movimentos sociais, em instituições e equipamentos sociais do bairro. Desde a formação do bairro, quando ainda era um distrito da Parangaba, a participação feminina foi significativa, seja nas primeiras organizações coletivas, seja nas primeiras construções no bairro, como observamos nas suas presenças ativas na construção das primeiras escolas e da capela.

Na área da educação, por exemplo, as mulheres foram pioneiras e responsáveis pelas primeiras crianças alfabetizadas, inclusive atuando como professoras das escolas do bairro. Além disso, independentemente se suas presenças em atividades de luta pela educação, inclusive na construção de escolas, são elas as responsáveis por atender as necessidades do dia-a-dia de suas famílias e, assim, tendo um papel central na reprodução social.

Destacamos os limites da atuação dessas mulheres em nossa pesquisa quando identificamos as contradições diversas presentes em práticas sociais e na própria dinâmica social, uma vez que tanto atuando dentro de casa como fora, há uma predominância da ordem patriarcal de gênero. Esta questão é identificada pelos estudiosos da sociedade brasileira, tratando-se como uma relação que se reproduz ao longo de nossa história.

O bairro Serrinha não está fora desse contexto, é parte dele, embora tenhamos identificado avanços nessa questão, como uma maior autonomia buscada, e talvez conquistada, mesmo com limitações, pelas moradoras. Essas limitações estão relacionadas à dupla exploração que afeta o sexo feminino: muito constantemente, mão de obra da mulher é domesticada para servir à esfera econômica e ideológica das relações machistas, racistas e classistas, revelando uma divisão sexual e racial do trabalho. Pelos dados colhidos nas entrevistas, por exemplo, todas as mulheres desta pesquisa exerceram e ainda exercem as atividades domésticas em suas casas. As mulheres negras, além desses trabalhos, possuem os empregos mais precarizados e desvalorizados.

Identificamos, com a nossa pesquisa, que as mulheres muitas vezes têm suas contribuições e atuações não reconhecidas pela sociedade e até pela própria comunidade. Além disso, diante do papel privilegiado que hoje as cidades desempenham no ciclo de acumulação do capital, um bairro alvo de investimentos como a Serrinha, na cidade de Fortaleza, tem a questão social profundamente manifestada em seu cotidiano. Mesmo assim, a abertura de uma estradinha para construir uma casa, como ocorreu com as moradoras da Comunidade Garibaldi, já mostrava como as mulheres do bairro estavam dispostas a lutar pela moradia e, assim, pelo direito à cidade.

Ao desenvolverem uma prática social e política voltada para o bairro onde vivem as mulheres demonstram a relevância de sua atuação nas diversas manifestações da questão social. As interlocutoras estavam e estão reivindicando o valor de uso dos espaços de seu bairro e resistem contra a apropriação constante do capital nas periferias urbanas. Assim, o cenário contemporâneo de aprofundamento da exploração da classe trabalhadora, que reside principalmente na periferia, sinaliza que é necessário resistir contra a segregação social e espacial nas cidades, que afeta a classe trabalhadora, e nela identificamos principalmente a exploração das mulheres. Essas, que resistem a essa opressão advinda do capitalismo e do patriarcado, estão presentes, tanto nas ruas como em suas casas, na luta por uma vida digna e plena de sentido.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, S. **Falas do Estado ou o estado das falas sobre as mulheres nas administrações democrático-populares.** *In:* Godinho, T. & Silveira, M. L. (Orgs). Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Prefeitura de São Paulo-Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

AGUIAR, R. S. **Conflitos socioambientais e ocupação urbana:** questão social no bairro Serrinha, 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social). Universidade Estadual do Ceara, Fortaleza, 2014.

ALVES, A. K. S.. **Da precarização à organização do trabalho formal:** situações de trabalho dos catadores de materiais recicláveis de Maracanaú-Ceará. Dissertação (mestrado acadêmico). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Fortaleza, 2015. Disponível em: <[http://www.uece.br/mass/dmdocuments/dissertacao\\_ana\\_karina\\_da%20silva\\_alves.pdf](http://www.uece.br/mass/dmdocuments/dissertacao_ana_karina_da%20silva_alves.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009, 287p.

ARAUJO, L. B. de C.. **A Questão do Método em Marx e Lukács:** o desafio da reprodução ideal de um processo real. *In:* MENESES e FIGUEIREDO (org). Trabalho, Educação e Sociabilidade. Uma crítica à ordem do Capital. Fortaleza-Ce: Ed. UFC, 2003.

AREDNT, Hannah. 1993: **Origens do Totalitarismo** – Rio de Janeiro.

BANDEIRA, L.; MELO, H.P.. **Tempos e memórias:** movimento feminista no Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil Brasília: SPM, 2010.

BEHRING, E.. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo, Cortez, 2003.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social:** Fundamentos Ontológicos. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil.** Brasília: SPM, 2010. 68 p. 68

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTE, G.B. ; AZEVEDO, M.R.C. **Observação Participante:** O olhar que aproxima e revela. *In:* Métodos e Técnicas de Pesquisa sobre o Mundo do Trabalho.

Org. Giovanni Alves, João Bosco Feitosa dos Santos. Projeto Editorial Praxis. 2014. SP. 1ª Ed.

CARDOSO, A.M.F.. **Tessitura de Saberes Ambientais e Ecopraxis No Movimento Pró-Parque Lagoa de Itaperaoba, em Fortaleza.** 2012. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.

CARNEIRO, Suely. **Enegrecer o feminismo:** a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: RACISMOS contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano, 2003.

CASTEL. **As metamorfoses da questão social.** Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CISNE, M.. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

\_\_\_\_\_. **Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil.** São Paulo. Editora Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. **Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CRISPIN. A. D. ; MAGALHÃES, C. C.; NOBRE. M. C. Q. **Estado, Políticas Públicas e Seca na história do Ceará.** In: Expressões da Questão Social no Ceará. Fortaleza: EdUece, 2014. P. 93 – 128.

COSTA, A. A. A.. **As donas no poder:** mulher e política na Bahia. - Salvador: NEIM/UFBa -Assembléia Legislativa da Bahia. 1998. 248p.

*Connolly, Priscilla.* **“Mexico City: Our Common Future?”** Environment and Urbanization 11, no 1 (April 1999) 53–78. Cooper, Frederick.

CORRÊA, Mariza, 2001. **“Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal”.** In: Cadernos PAGU. Dossiê: Feminismo em Questão, Questões do Feminismo, n. 16. Campinas: São Paulo: UNICAMP.

CORDOVIL, D. C. **O Fenômeno da Inauguração de Supermercados no Ceará.** Disponível em: <<http://www.cordovilconsultores.com.br/artigos/08.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

COSTA, I.F.S. **Do livro também se vive:** origem e reprodução de comerciantes e catadores do lixo. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Ed. Massanagana, 1986.

CUNHA, A. M.. Cidade e questão social no capitalismo: em cena, Fortaleza, a Miami do Nordeste. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 12, núm. 2, 2008, pp. 65-73.

CUNHA, M. A. **Em Jogo a Cidade de Fortaleza e o espetáculo da Copa do Mundo de 2014**. Anais do Congresso Brasileiros dos Assistentes Sociais – CBAS, Minas Gerais. Trabalho apresentado. 2013.

CUNHA, M. C. **Questão Habitacional na Cidade Fortaleza**: da gênese às transformações contemporâneas no espaço urbano. *In*: Expressões da Questão Social no Ceará. 1 ed. Ed Uece. 2014. P. 161 – 188.

DA SILVA, A. **De liderança a candidata**: trajetória das líderes femininas nos bairros de fortaleza. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. 2000.

DAVIS, M.. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo editorial, 2006.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e Conversas de Mulher**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2013, 303 p.

DEWES, J. O.. **Amostragem em bola de neve e respondent-driven sampling**: uma descrição dos métodos. Porto Alegre: UFRGS, 2013. 52p. Monografia, Estatística, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DINIZ, Gláucia; COELHO, Vera. **A história e as histórias das mulheres sobre o casamento e a família**. *In*: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (org.). Família e casal efeitos da contemporaneidade. Rio de Janeiro. Editora PUC-Rio, 2005.

**Dicionário Mulheres do Brasil**, 2000. Jorge Zahar Editor. Disponível em <http://www.mulher500.org.br/publicacoes/dicionario-mulheres-do-brasil.asp>. Acesso em fev. 2016

ENGELS, F.; MARX, K.. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ESMERALDO, G. G. S. L.O **Feminino na sombra**: Relações de poder na Cut. Fortaleza: EUFC, 1998. 262p.

Ética, pesquisa e Serviço Social. **Revista Temporalis**: 09. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Brasília, Ano V, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p.

FERNANDES, D.. **Por um trilho**: memórias de resistência. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. 196p.

FONSECA, D. P. R.; LIMA, T. M. O. (Org.). **Outras mulheres**: mulheres negras brasileiras ao final da primeira década do século XXI. - Rio de Janeiro: PUC- Rio, 2012. 232p.

GOHN, M. G. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político- culturais e debate teórico no processo democrático. *In: Revista Política & Sociedade*, 11, 41-70. 2007. Disponível: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1255>>. Acesso em: 5 jan. 2014.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo, SP: Cortez. 2009.

GOHN, M. G.. **Sociologia dos movimentos sociais**: Questões da nossa época; v.47. São Paulo: Cortez, 2003.

GONÇALVES, R. C. M.. **A voz dos catadores de lixo em sua luta pela sobrevivência**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, Fortaleza, 2005.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **O dragão e a cidade**: lendas do Ceará. Revista Museologia e Patrimônio, v. 2, p. 13-23, 2009.

HARVEY, D. **A liberdade da cidade**. *In: Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **A Liberdade da Cidade**. Espaço e Tempo, GEOUSP, São Paulo, N. 26, p. 09-17, 2009. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp26/09-18HARVEY,David.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005. Coleção Geografia e Adjacências.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**. v. 37, n. 132, set/dez. 2007. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>>. Acesso em: 15 set. 2015.

HIRATA, Helena. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo. 2002. Boitempo Editorial

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. *In: Cadernos de pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>> Acesso em: 08 fev 2015.

IBGE. Banco de Dados Agregados. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 fev. 2012.

IAMAMOTO, M. V.. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n.. 3, Brasília: ABEPSS, 2001.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**. S. Paulo, 3ed., Cortez, 2008

IASI, M.. **A rebelião, a cidade e a consciência**. *In*: Cidades Rebeldes. São Paulo: Boitempo, 2013.

JALES, P. R. S. **Uma mulher na gestão pública**: Aldaci Nogueira Barbosa/Paula Raquel da Silva Jales. -Fortaleza: EdUECE; EDMETA, 2012. 152p.

LEFÈBVRE, H.. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo, Centauro, 2001

MACIEL. W.R.N. **O Aeroporto e a Cidade**: usos e significados do espaço urbano na Fortaleza Turística. 1ª Ed. Ed Uece. 2010.

MADEIRA, M. Z. A.. Sexismo e racismo: **Algumas considerações sobre o perfil identitário e o movimento das mulheres negras**. *In*: Seminário Internacional Fazendo o Gênero 10 desafios atuais dos feminismos, 2013, Florianópolis. Anais Eletronico do Seminário Internacional Fazendo o Gênero 10 desafios atuais dos feminismos, 2013.

MAGERA, Márcio. **Os empresários do lixo**: Um paradoxo da modernidade. 2. ed. São Paulo: Átomo, 2005.

MATOS. Maria Izilda Santos de. **Na trama urbana**: do público, do privado e do íntimo. São Paulo: PUE. 1996. p. 129-149. (Projeto História 13)

MARICATO, *Ermínia*. **“Para entender a crise urbana”**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, E. **É a questão urbana, estúpido!** *In*: Cidades Rebeldes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, **GÊNERO**. Niterói, v.14, n.2 , p. 91-104, sem. 2015.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos-filosóficos**, São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: Crítica da economia política. Vol. I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983

\_\_\_\_\_. **Trabalho Alienado e Superação Positiva da Auto-alienação Humana**. *In*: Fernandes, F. (org). Marx e Engels – História, S. Paulo: Ática, 1989.

MELO, H. P. **Gênero e Pobreza no Brasil**. Relatório Final do Projeto *Governabilidad Democrática de Género en America Latina y el Caribe*. Cepal. Brasília, 2005.

MEDEIROS, M. S. S. de. **Primeiro-damismo no Ceará**: Luíza Távora na gestão social. - Fortaleza: EdUECE; EDMETA, 2012. 192p.

MENEZES, S. O.. Notas sobre a relação campo-cidade: a geografia da divisão territorial do trabalho. **Revista Geonordeste Completa**. Ano XX, Número 01, 2009. Disponível em:

<<http://200.17.141.110/pos/geografia/geonordeste/index.php/GeoNordeste/article/view/63>>. Acesso em 6 jan/2015.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. Rumo a uma teoria da transição. S. Paulo: Boitempo, Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

MINAYO, M. C. S.. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MIOTO, Regina C. T. Família e Políticas Sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete, BEHRING, Elaine R., SANTOS, Silvana Mara de M., MIOTO, Regina C. T. (orgs.). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – São Paulo. **Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo**. In: Cidades Rebeldes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAES, Filomeno. **AS ELEIÇÕES DE 2004 EM FORTALEZA**. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/fortaleza1.pdf> . Acesso em nov. 2015

MULHERES, a história feminina no Ceará. **TV O POVO**. Fortaleza, 16 out 2012. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=7lewX4XfAfK>>. Acesso em: 14 fev 2016.

NETTO, J.P. **Pequena História da Ditadura Brasileira**. Editora CORTEZ . Edição: 1. 2014

NETTO, José Paulo. Cinco notas a respeito da “questão social”. **Revista Temporalis**. Ano 2, n. 3, Brasília, ABEPSS, 2001.

NOBRE, M. C.Q. Estados Keynesiano e Neoliberal: formas históricas do Estado Capitalista no século XX. In: **Humanidades e Ciências Sociais: revista da Universidade Estadual do Ceará**, ano 3, v. 3, n. 1, jun/dez, 2001. Fortaleza: UECE, 1999 – Semestral. P. 13 – 22.

NOBRE, Cristina. **Política social e "cultura senhoril"**: apontamentos sobre a força do conservadorismo no Brasil contemporâneo. XV Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social, 2016, Ribeirão Preto.

\_\_\_\_\_. O Estado capitalista: subsídios para uma discussão conceitual. **Revista de Humanidades**. Vol 18, n. 1, jan/jun. 2003. Fortaleza: UNIFOR, 2003. P.17 – 27.

OSTERNE, M. S. F.; ALMEIDA, R. O. ; SANTOS, J. B. F. . **A Entrevista como Técnica de Pesquisa do Mundo do Trabalho**. In: Giovanni Alves e João Bosco

Feitosa dos Santos (orgs). (Org.). Métodos e Técnicas de Pesquisa nos Estudos do Trabalho. 1ªed.Bauru: Canal 6, 2014.: Projeto Editorial Praxis, 2014, v. 01, p. 29-51.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PERROT, MICHELLE. **Os Excluídos da História**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

PERROT, M.. **Minha história das Mulheres**. 1ªed. São Paulo: Contexto, 2007

PEQUENO, R. FREITOS, C.F.S.. **Desafios para implementação de zonas especiais de interesse social em Fortaleza**. Cadernos Metrôpole. 14 (28), 485-505. 2012

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PISCITELLI, A. **Re-criando a (categoria) mulher?**, *In*: ALGRANTI (org.). A Prática Feminista e o Conceito de Gênero. Textos Didáticos. São Paulo: IFCH/Unicamp, 2002.

ROSA, B. O.. Mulheres Invisíveis: A identidade das catadoras de materiais recicláveis. **GÊNERO**. Niterói, v.14, n.2 , p. 91-104, sem. 2014.

REVISTA FORTALEZA 2040. Prefeitura Municipal de Fortaleza. – V.3, n.1, (2015)- . – Fortaleza : IPLANFOR, 2015. v. : il. Color. ; 21,5 cm. Versão atualizada. ISSN 2359-2621.1. **Núcleo dos Bairros – O Olhar dos Moradores. 2 Planejamento Urbanístico**. 3. Desenvolvimento Social. I. IPLANFOR (Instituto de Planejamento de Fortaleza).

SANTOS. M.. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: EdUSP, 2009.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. São Paulo: EdUSP, 2012.

SAFFIOTI, H.I.B. **A Mulher na Sociedade de Classes**: Mito e Realidade. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013

\_\_\_\_\_. **Gênero patriarcado violência**. - 2.ed. - São Paulo; Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SANTOS. J.B.F; OSTERNE. M.S.F; ALMEIDA. R.O. **A entrevista como técnica de pesquisa do mundo do trabalho**. *In*: Métodos e Técnicas de Pesquisa sobre o mundo do trabalho. Projeto Editorial Praxis. 2014.

SANTOS, J. S. "**Questão Social**" - **Particularidades no Brasil** - Biblioteca Básica de Serviço Social - Vol. 6 - Cortez Editora. São Paulo, 2012.

SCOTT, J.. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *In*: Educação e Realidade. Porto Alegre, v.16, n.2, p., 5-22, jul/dez., 1990.

SILVA, J. B.. **Quando os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. - Fortaleza: Multigraf Editora, 1992. 192p.

SILVA, W. **Reflexões em torno do urbano no Brasil**. *In*: Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural. 1 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2006.

SILVA, I. M. F. da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil**: fundamentos sócio-históricos. 2ªed. Campinas, SP: Papel Social; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2014.

TEIXEIRA RODRIGUES, Marlene. Equidade de Gênero e transferência de renda: reflexões a partir do Programa Bolsa Família. *In*: BOSCHETTI, Ivanete, BEHRING, Elaine R., SANTOS, Silvana Mara de M., MIOTO, Regina C. T. (orgs.). **Política Social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

TOLEDO, Cecília. **A mulher e a luta pela emancipação**. *In*: TOLEDO, Cecília. Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. 2.ed.são Paulo: 2001, p.75 - 94.

UN HABITAT, StateoftheWorld'sCities 2010/2011: **Cities for All, BridgingtheUrban Divide**. London, Washington: Earthscan, 2010, 224 pp.

VAINER, Carlos. **Quando a cidade vai às ruas**. *In*: Cidades Rebeldes. São Paulo: Boitempo, 2013.

VIANA, A. R.. **O gênero da luta pelo direito à casa e à cidade**. Avesso avesso. Araçatuba. v.3.v n3. p. 77. 97. Jun. 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

WALDMAN, Maurício. **LIXO: CENÁRIOS E DESAFIOS**. CORTEZ EDITORA, 2010. 232 p.

WERNECK, Jurema. Prefácio. *In*: **Outras mulheres**: mulheres negras brasileiras ao final da primeira década do século XXI. Denise Pini Rosalem da Fonseca e Tereza Marques de Oliveira Lima, organizadoras. Rio de Janeiro: PUC – Rio, 2012.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados pessoais: idade/ pertencimento étnico-racial/trabalha/ renda/ nível de escolaridade/ com quem mora?

Qual a sua profissão/ocupação?

Qual a sua renda familiar?

Quando chegou à Serrinha?

Por que veio morar no bairro?

Qual o principal problema do bairro atualmente?

Os serviços da prefeitura presentes no bairro são suficientes?

Você faz parte de algum movimento social, associação comunitária ou movimento religioso? Qual e como se dá a atuação deste grupo?

Quando e por que se inseriu nas lutas do bairro?

Acha que há diferença entre a participação do homem e a participação da mulher nos movimentos sociais?

Para você, o que é ser mulher?

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E**  
**QUESTÃO SOCIAL**

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**O (a) Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa Mulheres da Serrinha no enfrentamento das expressões da Questão Social que tem como objetivo analisar a luta das mulheres moradoras do bairro Serrinha no enfrentamento das expressões da Questão Social.**

Quanto aos riscos, reconhecendo a possibilidade de desconforto, constrangimento que podem ocorrer, a pesquisadora se compromete a tratar com o devido respeito, procurando minimizar qualquer risco que possa ocorrer durante a pesquisa. Quanto aos benefícios, devolvendo os resultados da pesquisa para o grupo pesquisado. Que o conhecimento da realidade possa contribuir para a melhoria do bairro.

Dessa forma, pedimos a sua colaboração nesta pesquisa, respondendo a uma entrevista sobre o tema acima proposto que deverá ser gravada se a Sra. concordar. É de suma importância esclarecer que seu nome será identificado ao decorrer da pesquisa. Vale ressaltar, que sua participação é voluntária e a Sra poderá a qualquer momento deixar de participar deste, sem qualquer prejuízo ou dano. Comprometemo-nos a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados poderão ser veiculados através de artigos científicos e revistas especializadas e ou encontros científicos e congressos.

Todos os participantes poderão receber quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa e, ressaltando novamente, terão liberdade para não participarem quando assim não acharem mais conveniente. Contatos e esclarecimentos da pesquisa com a aluna Elane Mendonça Conde Carneiro pelo telefone (85) 997481440 e com a orientadora Profa. Dra. Liana Brito de Castro Araújo. O Comitê de Ética da UECE se encontra disponível para esclarecimentos éticos pelo telefone: (85) 3101-9800 – Av. Paranjana, 1700 – Campos do Itaperi – Fortaleza-Ceará.

Este termo está elaborado em duas vias sendo uma para o sujeito participante da pesquisa e outro para o arquivo do pesquisador.

Eu, \_\_\_\_\_ tendo sido esclarecido (a) a respeito da pesquisa, aceito participar da mesma.

Fortaleza, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

**ANEXOS**

**ANEXO A - FÓRUM DA GRANDE PARANGABA**

**Reunião do Fórum da Grande Parangaba, na Uece. 07/04/2016**

Fonte: acervo da autora

## ANEXO B – TABELA 1 SOBRE OS BAIRROS DE FORTALEZA

**TABELA Nº 19**  
**CLASSIFICAÇÃO DOS BAIRROS E CIDADES DA RMF, SEGUNDO**  
**O NÚMERO DE RECLAMAÇÕES**  
**(LEVANTAMENTO F. PROJETO RONDON)**  
**1979**

TABELA Nº 19  
 CLASSIFICAÇÃO DOS BAIRROS E CIDADES DA RMF,  
 SEGUNDO O NÚMERO DE RECLAMAÇÕES  
 (LEVANTAMENTO F. PROJETO RONDON)  
 1 9 7 9

Nº de Ordem	Nome do Bairro/Cidade	Nº de Reclamações
1º	Barra do Ceará (Cristo Redentor, Vila Velha)	38
2º	Montese	37
2º	Messejana (Água Fria, Sabiaguaba, Cajazeiras, Cidade dos Funcionários, Cambeba, Alagadiço Novo, Lagoa Redonda, Jangurussū)	37
3º	José Walter (Prefeito José Walter)	34
3º	Joaquim Távora	34
4º	Demócrito Rocha	32
4º	Alagadiço	32
5º	Mondubim (Maraponga, Dendê)	31
6º	Henrique Jorge	30
7º	Dias Macedo	29
7º	Bom Sucesso (João XXIII, Cachoeirinha)	29
8º	Antonio Bezerra (Olavo Oliveira)	28
9º	Papicū (Antonio Diogo)	27
9º	Floresta (Vila Ellery)	27
9º	Panamericano (Pici)	27
9º	Rodolfo Teófilo (Amadeu Furtado)	27
9º	Bom Jardim (Parque Alto Alegre)	27
10º	Benfica	26
10º	Granja Portugal	26
10º	Bela Vista	26
10º	São João do Tauape (Tauape)	26
10º	Parangaba	26
11º	Jardim América	24
11º	Centro (Central)	24
11º	Castelão (Cajazeiras, Passaré)	24
11º	José Bonifácio	24
12º	Vila Peri	23
12º	Damas	23
12º	Serrinha	23
12º	Manuel Sátiro (Parque São José)	23
12º	Fátima	23
12º	Meireles	23
13º	Vicente Pinzon (Mucuripe, Varjota, Farol)	22
13º	Itaperi (Dendê)	22
13º	Cocó (Salinas)	22
14º	Aldeota	21
14º	Parque Universitário (Dom Lustosa)	21
14º	Bom Futuro	21
15º	Maranguape	20
16º	Aquiraz	19
17º	Pirambú (N.S.das Graças)	17
18º	Caucaia	16
18º	Arraial Moura Brasil	16
18º	Farias Brito	16
19º	Base Aérea (Alto da Balança)	15
19º	Parreão (Aeroporto, Vila União)	15
19º	Dionízio Torres	15
20º	Monte Castelo (Jacarecanga)	10
20º	Praia de Iracema	10

157

Fonte: Livro "Os Incomodados Não Se Retiram", de José Borzacchiello da Silva

ANEXO C – TABELA 2 SOBRE OS BAIRROS DE FORTALEZA

**TABELA Nº 20**  
**CLASSIFICAÇÃO DAS RECLAMAÇÕES (NECESSIDADES)**  
**POR NÚMERO DE BAIRRO E POR ÍNDICE DE PRIORIDADE**

TABELA Nº 20

CLASSIFICAÇÃO DAS RECLAMAÇÕES (NECESSIDADES) POR NÚMERO DE BAIRRO E POR ÍNDICE DE PRIORIDADE

FORTE: "LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES COMUNITÁRIAS", 1979

Índice	Classificação das reclamações (necessidades) por número de bairro e índice de prioridade	Posição dos Bairros e Cidades no Gráfico segundo os efeitos das prioridades										
		10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	110
1a	Distribuição de energia elétrica	11	2, 43	44, 17		10, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000						

- LEGENDA:
- 1. Centro
  - 2. Praça do Comércio
  - 3. Maréchal
  - 4. Alameda
  - 5. Parque
  - 6. Vitória Pinson
  - 7. José Bonifácio
  - 8. Fátima
  - 9. Juvenal Ilhéu
  - 10. São João de Deus
  - 11. São Luís
  - 12. Cuiá
  - 13. Paraisópolis (vila unida)
  - 14. Amarelândia
  - 15. Vila Maracanã
  - 16. Serrinha
  - 17. José Veloso
  - 18. Mourão
  - 19. Mourão
  - 20. Mourão Brasil
  - 21. Pirâmide
  - 22. Barro do Ceará
  - 23. Anacleto Barreto
  - 24. Itapetigão
  - 25. Floresta
  - 26. Monte Castelo
  - 27. Fátima Brito
  - 28. Santa Fé
  - 29. Humilha Indúlia
  - 30. Bela Vista
  - 31. Pici
  - 32. Monteiro Jorge
  - 33. Bonferrado Rocha
  - 34. Bomfim
  - 35. Jardim Brasília
  - 36. São Futuro
  - 37. Horizonte
  - 38. Parangaba
  - 39. São Sotero
  - 40. Graças (Portugal)
  - 41. São Jerônimo
  - 42. Vila Pórt
  - 43. Ilhaque
  - 44. Humaitá
  - 45. Humaitá Sítio
  - 46. Pampulha
  - 47. América
  - 48. Canaleta
  - 49. Maracajó

FORTE: "LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES COMUNITÁRIAS", 1979

Fonte: Livro "Os Incomodados Não Se Retiram", de José Borzacchiello da Silva

ANEXO D – DOCUMENTO REDIGIDO POR HELOÍSA FERREIRA LIMA

44 Fortaleza  
 Ao DEN.  
 Pedido do 11/03/82  
 na Serrinha  
 construído  
 1982

Fortaleza, 10 de fevereiro de 1983.

Exmo. Sr. Governador do Estado do Ceará  
 Sr. Manoel Castro Filho.

Sempre atentos aos inúmeros benefícios que V. Exa. tem desenvolvido em prol do povo, sobretudo em se tratando de gente humilde e necessitada é que tomamos a iniciativa de solicitarmos a construção de uma Escola do Estado em nossa comunidade.

Esperamos ser atendidos com certa brevidade, pois no momento estamos lecionando numa pequena casa cedida pelo Circulo Operário da Serrinha, sem condições mesmo de atender a tantos pais que recorrem a esta escola. Por este motivo as crianças são conduzidas para escolas mais distantes; acumuladas nos ônibus ou até mesmo a pé, quando não dispõem do dinheiro para transportes.

Caso nossa solicitação seja atendida, queremos informar que junto ao chafariz (nesta mesma rua "Mara 16") há uma imensa área de terra, a qual poderá ser utilizada para este fim.

Certas do pronto atendimento, por parte de V. Exa. antecipamos os nossos agradecimentos.

Instituto 05 de Novembro

Professoras  
 Ana Lucia Ferreira Lima  
 Heloisa Ferreira Lima  
 Ana Marlene Ferreira Lima  
 Dirce Botelho de Macedo  
 Aurea Pereira de Queiroz  
 Suzinha Carlos de Lima  
 Sela Santos Marreira  
 Maria Angueta da Costa  
 Maria do Nascimento Gomes

A Sra. Heloisa Ferreira Lima  
 Educação  
 25 02 83  
 Mirel Meyer Ferreira  
 CHEFE DE GABINETE DA CASA CIVIL